

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Diosana Frigo

**CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-
MILITAR NO ACONTECIMENTO O "VOTO DE JAIR BOLSONARO"
NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Santa Maria, RS
2018

Diosana Frigo

**CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR
NO ACONTECIMENTO O "VOTO DE JAIR BOLSONARO" NO *IMPEACHMENT*
DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração em Comunicação Midiática, Linha de Pesquisa Mídia e Estratégias Comunicacionais, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Comunicação**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Aline Roes Dalmolin

Santa Maria, RS
2018

Frigo, Diosana

Circulação de sentidos e a memória da ditadura civil
militar no acontecimento o "voto de Jair Bolsonaro" no
impeachment de Dilma Rousseff / Diosana Frigo.- 2018.
140 p.; 30 cm

Orientadora: Aline Roes Dalmolin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2018

1. Acontecimento 2. Circulação de sentidos 3. Ditadura
civil-militar 4. Impeachment de Dilma Rousseff 5. Jair
Messias Bolsonaro I. Roes Dalmolin, Aline II. Título.

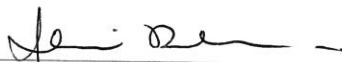
**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

Circulação de sentidos e a memória da ditadura civil-militar no
acontecimento o "voto de Jair Bolsonaro" no impeachment de Dilma
Rousseff

elaborada por
Diosana Frigo

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre

COMISSÃO EXAMINADORA:



Aline Roes Dalmolin, Dra. (UFSM)
Presidenta/Orientadora



Christa Liselote Berger Ramos, Dra. (UFRGS)



Viviane Borelli, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 17 de dezembro de 2018

DEDICATÓRIA

*À memória do meu avô, José Frigo,
que não era muito estudado,
mas era muito sabido.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Aline Roes Dalmolin, mulher, mãe, professora maravilhosa, pela convivência, aprendizado, incentivo, compreensão e risadas. Obrigada por mostrar-me muitos caminhos possíveis ao mesmo tempo em que me permitia ter liberdade ao caminhar. Por fazer-me perceber, sutilmente, a importância do processo e por possibilitar-me entender que era possível aproveitá-lo. Por ser inspiração. Pela leveza, profissionalismo, humanidade e relações de poder rompidas, muito obrigada.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM), pela dedicação à docência e por instigarem o olhar curioso de cada aluna e aluno. Aos colegas de mestrado, pelo compartilhamento de dúvidas, anseios e descobertas da pesquisa, em especial à amiga Marina Martinuzzi, pela cumplicidade desde o dia da entrevista de seleção – e desde muito antes disso. À secretaria e coordenação do POSCOM.

À professora Christa Berger e Márcia Franz Amaral, pela gentileza e atenção na banca de qualificação e pelos apontamentos preciosos. À professora Christa, agradeço também pela continuidade das reflexões na banca de defesa final. Professora Viviane Borelli, obrigada pela generosidade e refinamento nas contribuições com este trabalho na defesa final.

Ao grupo de pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais e a linha de estudo Mídia, Biopolítica e Religião, pelas leituras, discussões e reflexões tão pertinentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida, potencializando as reflexões ao longo do curso de mestrado.

À UFSM, por possibilitar o acesso e a permanência estudantil em nível de mestrado.

Ao meu namorado, duplinha no jiu-jitsu, meu maior incentivador, amigo e companheiro querido, Daniel Jaenisch Lopes, por acreditar em minha entrada no mestrado, por estar ao meu lado a cada perdido e achado da pesquisa. Pela tua paciência, ouvidos e palavras sempre sinceras. Por também me mostrar o que aprendi para a vida: o importante é o processo. Obrigada pelo carinho, pelos abraços, por tudo. Amo-te.

À minha família que, desde muito cedo, mostrou-me a importância de ter conhecimento, apontando ser algo que somente eu poderia fazer por mim.

À família do Daniel que, longe ou perto, vibra conosco.

Aos meus amigos e minhas amigas, que compreendem a ausência no que não faz mais parte da minha vida, pela motivação para seguir o caminho que escolhi e pela alegria compartilhada nas conquistas.

EPÍGRAFE

Era assim que vivíamos então? Mas vivíamos como de costume. Todo mundo vive, a maior parte do tempo. Qualquer coisa que esteja acontecendo é de costume. Mesmo isto é de costume, agora.

Vivíamos, como de costume, por ignorar. Ignorar não é a mesma coisa que ignorância, você tem de se esforçar para fazê-lo.

Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias nos jornais, é claro. Corpos encontrados em valas ou na floresta, mortos a pauladas ou mutilados, que haviam sido submetidos a degradações, como costumavam dizer, mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homens que faziam aquele tipo de coisas eram outros homens. Nenhum deles eram os homens que conhecíamos. As matérias dos jornais eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros. Que horror, dizíamos, e eram, mas eram horrores sem ser críveis. Eram demasiado melodramáticas, tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas.

Éramos as pessoas que não estavam nos jornais. Vivíamos nos espaços brancos não preenchidos nas margens da matéria impressa. Isso nos dava mais liberdade.

Vivíamos nas lacunas entre as matérias.

(O conto da Aia – Margaret Atwood)

RESUMO

CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO ACONTECIMENTO O "VOTO DE JAIR BOLSONARO" NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

AUTORA: Diosana Frigo

ORIENTADORA: Aline Roes Dalmolin

A midiatização em curso possibilita que produtores e receptores de sentidos participem ativamente da narrativa dos acontecimentos (FAUSTO NETO, 2008), sendo que o receptor faz seguir adiante de várias formas o que recebe, uma delas é a circulação manifestada nas redes sociais (BRAGA, 2012). Logo, assumimos como tema de pesquisa a circulação de sentidos em ambientes digitais na sociedade em midiatização. A partir disso, analisamos a circulação em fluxo adiante de sentidos sobre a ditadura civil-militar, mobilizados pelo voto do então deputado federal, Jair Messias Bolsonaro, durante a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados do Brasil. Compreendemos o voto de Jair Bolsonaro como um acontecimento que convoca um passado e abre horizonte de possíveis (QUÉRÉ, 2005). A circulação do “voto de Jair Bolsonaro” atualizou lógicas discursivas relacionadas à memória e ao processo de esquecimento em relação ao período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Além do mais, percebemos a circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Esse ódio biopolítico é disseminado contra determinados setores da sociedade, considerados indignos, inclusive, para viver (FOUCAULT, 2005). Para tanto, nossa problemática de investigação diz respeito a como a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” mobilizou sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira. A metodologia desenvolve-se a partir de um desenho metodológico próprio, já que para investigar a circulação em fluxo adiante, necessitamos construir caminhos peculiares, pois os sentidos em circulação não percorrem um trajeto linear ou pré-estabelecido. Utilizamos a individualização do acontecimento (FRANÇA e LOPES, 2016) para constatar como se constrói o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, além de mapear a circulação. Já para investigarmos como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, além de analisar como a memória sobre a ditadura civil-militar é atualizada no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, partimos para a análise discursiva. Ao fim, percebemos o poder de revelação do acontecimento, que está no passado que ele convoca e no problema público que ele aponta por meio da atualização da memória da ditadura civil-militar reverberada na circulação de sentidos na ambiência digital e ainda pela intensificação do ódio biopolítico na conjuntura brasileira.

Palavras-chave: Acontecimento. Circulação de sentidos. Ditadura civil-militar. *Impeachment* de Dilma Rousseff. Jair Messias Bolsonaro.

ABSTRACT

CIRCULATION OF SENSES AND THE MEMORY OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN THE EVENT “JAIR BOLSONARO’S VOTE” IN THE *IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF*

AUTHOR: Diosana Frigo

ADVISOR: Aline Roes Dalmolin

The current media involvement provides that producers and receptors of sense participate actively on the narrative of events (FAUSTO NETO, 2008), so that the receptor moves forward, in many ways what, is received, one of them is the circulation manifested in social network (BRAGA, 2012). Therefore, we assumed as theme of research the circulation of senses on digital environments in society with media involvement. From that, we analyzed downstream circulation flux ahead of senses about the civil-military dictatorship, moved by the vote of Jair Messias Bolsonaro, federal deputy at the time, during the opening of the process of impeachment of president Dilma Rousseff, on April, the 17th of 2016, at the Chamber of Deputies of Brazil. We comprehended Jair Bolsonaro’s vote as an event that calls a past and opens a horizon of possibilities (QUÉRÉ, 2005). The circulation of “Jair Bolsonaro’s vote” updated discursive logics related to the memory and forgetting process in relation to the period of Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Besides that, we realized a circulation of biopolitical hate speech in the event “Jair Bolsonaro’s vote”. This biopolitical hate is spread against certain sectors of society, considered undignified, included, to live (FOUCAULT, 2005). For this purpose, our research problem is about how the circulation of the event “Jair Bolsonaro’s vote” mobilized senses on Brazilian civil-military dictatorship. The methodology develops from our own methodological design, since to investigate the downstream circulation flux, we need to build peculiar paths, because the circulation of senses does not follow a linear or pre-established trajectory. We used an individualization of the event (FRANÇA e LOPES, 2016) to determine how to build the event “Jair Bolsonaro’s vote”, as well as to map the circulation. Whereas to investigate how biopolitical hate circulate from the event “Jair Bolsonaro’s vote” besides the analysis on how the memory about the civil-military dictatorship is updated in the event “Jair Bolsonaro’s vote”, we moved to discursive analysis. To finish we realized the power of revelation of the event, which is in the past that it calls and in the public issue that is points through update of the memory of civil-military dictatorship reverberated in the circulation of senses in digital environment and yet through intensification of biopolitical hate in Brazilian scenario.

Key-words: Event. Circulation of senses. Civil-military Dictatorship. Impeachment of Dilma Rousseff. Jair Messias Bolsonaro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O conceito de acontecimento e seus diversos níveis.....	75
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postagem “vote no melhor argumento pró- <i>impeachment</i> ”	86
Figura 2 – Comentários sobre o voto de Jair Bolsonaro no Facebook.....	87
Figura 3 - Comentários sobre o voto de Jair Bolsonaro no Twitter.....	87
Figura 4 – Voto de Jair Bolsonaro causa revolta no Twitter.....	91
Figura 5 – Manifestações de indignação contra Bolsonaro no Facebook.....	92
Figura 6 – Bolsonaro não assume Ustra como torturador.....	93
Figura 7 – A linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”	98
Figura 8 – Postagem de Jair Bolsonaro.....	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 A CIRCULAÇÃO DO ÓDIO BIOPOLÍTICO NAS REDES	33
2.1 CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS NA SOCIEDADE EM MEDIATEZADAÇÃO.....	34
2.1.1 A circulação em fluxo adiante	37
2.1.2 As redes sociais	38
2.2 DA BIOPOLÍTICA AO ÓDIO BIOPOLÍTICO	42
2.2.1 Discurso de ódio biopolítico nas redes sociais	51
2.2.2 Jair Bolsonaro e o discurso de ódio biopolítico.....	53
3 A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR E SUA ATUALIZAÇÃO EM ACONTECIMENTO	57
3.1 MEMÓRIA, DISCURSO, INTERDISCURSO E INTRADISCURSO	58
3.2 CAMINHOS E DEFINIÇÕES PARA A LEITURA DO ACONTECIMENTO	60
3.2.1 Acontecimento experienciado.....	61
3.2.2 Acontecimento jornalístico	63
3.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR COMO MACROACONTECIMENTO.....	64
3.4 O <i>IMPEACHMENT</i> ILEGÍTIMO DE DILMA ROUSSEFF COMO ACONTECIMENTO	69
3.5 O “VOTO DE JAIR BOLSONARO” E A DUPLA DIMENSÃO DO ACONTECIMENTO.....	72
4 A CIRCULAÇÃO DO ACONTECIMENTO O “VOTO DE JAIR BOLSONARO” ... 77	
4.1 PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	77
4.1.1 Percorso metodológico: seleção dos observáveis e construção do <i>corpus</i>	80
4.2 PRIMEIRO MOVIMENTO: INDIVIDUALIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO	81
4.2.1 A linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”	82
4.2.1.1 Descrição.....	83
4.2.1.2 Narrativização	89
4.2.1.3 Identificação do pano de fundo pragmático.....	91
4.2.1.4 Caracterização do problema público	93
4.2.1.5 Normalização	94
4.3 SEGUNDO MOVIMENTO: ANÁLISE DISCURSIVA	100
4.3.1 Circulação nas redes.....	102
4.3.2 Circulação nos portais.....	108
4.4 O PODER DE REVELAÇÃO DO “VOTO DE JAIR BOLSONARO”	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	135

1 INTRODUÇÃO

*Recolha cada poeira esquecida
Recolha cada memória guardada
Recolha cada rua anônima
Que não guarda o nome de suas pegadas
Recolha cada gesto indeciso
Cada intenção abandonada
Lembre-se que o caminho é feito
Também por trilhas não trilhadas
Não esqueça como foi vivo aquele abraço
Lembre-se sempre
Que o produto esconde o processo
O suor e cansaço [...]*

(A arte da memória - Mauro Iasi)

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi impedida definitivamente de continuar o seu mandato na Presidência da República. Após 61 votos a favor e 20 contrários ao processo chamado formalmente de *impeachment*, o Senado Federal do Brasil decidiu condenar Dilma Rousseff pelo crime de responsabilidade fiscal.

Passados dois anos da deposição da primeira presidenta mulher do Brasil, que cumpria o seu segundo mandato, as análises realizadas já nos permitem partir de uma discussão mais aprofundada sobre como tal processo ocorreu, dentro de uma conjuntura específica. Assim, embora nossa preocupação não se encontre no âmbito de compreender as causas, consequências e explicações políticas sobre o processo, concordamos com Tavares (2018) que o *impeachment* de Dilma Rousseff é ilegítimo e diz respeito a um conjunto de fatores - que devem ser elucidados especialmente no que tange à comunicação.

Para Tavares (2018, p. 204, grifos do autor) o “[...] Golpe Parlamentar sofrido pela presidenta eleita tem um elenco de atores “extra políticos”, que inclui setores da mídia hegemônica, do Judiciário e da sociedade civil que ocupam a cena não a partir de uma data, mas ao longo de um período.”. Isso quer dizer que devemos considerar a pluralidade de questões ligadas de forma direta ou indireta na construção do *impeachment* de Dilma, ou seja, o cenário de disputas históricas no Brasil, as estruturas institucionais, a desigualdade social e a concentração dos meios de comunicação, por exemplo.

A ruptura democrática do ano de 2016 possui certa singularidade em relação as que ocorreram anteriormente no país – que tem uma lista extensa de golpes políticos -, essencialmente se o olhar recai em seus protagonistas, já que a mídia brasileira, segundo Tavares (2018), foi um agente central na produção de sentidos contra Dilma Rousseff e o

Partido dos Trabalhadores. Essa reflexão vai ao encontro de Fausto Neto (2016a), que salienta que o *impeachment* de Dilma foi orientado por intermédio de lógicas e gramáticas discursivas e midiáticas antes mesmo do processo judicial contra a presidenta ser estabelecido e concretizado.

Sobre isso, podemos dizer que mesmo antes do primeiro mandato do PT na presidência com Luiz Inácio Lula da Silva eleito em 2002, já era visível o discurso antipetista construído por grande parte da mídia. O caso das eleições presidenciais no ano de 1989 e a edição do Jornal Nacional desfavorecendo Lula no último debate com Fernando Collor de Mello, que na época era do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), é um exemplo desse discurso antipetista sustentado pela mídia já há trinta anos.

Ainda, Tavares, Berger e Vaz (2016) enfatizam que desde 2005 a revista semanal de maior circulação no país (Veja)¹ já realizava um discurso em torno da contrariedade e do impedimento ao PT e seus representantes eleitos democraticamente (Lula e Dilma Rousseff). Assim, a palavra *impeachment* tornou-se conhecida na cobertura jornalística da revista Veja, conforme apontam os pesquisadores, sendo familiarizada e naturalizada entre seus leitores durante mais de uma década de governos petistas. Aos poucos, a produção de sentidos da mídia em torno do termo e as narrativas construídas, mostravam o *impeachment* como algo inevitável à sociedade brasileira.

Tavares (2018, p. 207, grifos do autor) corrobora que a palavra *impeachment* foi usada “[...] na cobertura política sobre o governo de um mesmo partido ao longo de anos, reforçando um ponto de vista ou naturalizando um olhar para uma cobertura (em seu fazer e em sua recepção). Como foi o caso de *Veja* com o Partido dos Trabalhadores.”. O autor ainda salienta que as coberturas midiáticas indicavam, abertamente, que o *impeachment* solucionaria a crise política e econômica na qual estava o Brasil devido a uma série de razões interligadas à corrupção, ineficiência ou aparelhamento do Estado remetido ao PT – visto como comunistas, conforme aponta a circulação de sentidos em nossa pesquisa. Outro movimento ratificado por Tavares (2018, p. 205) dava-se de forma velada e sugeria “[...] apagar do poder quem ali não deveria estar segundo a convicção da oposição derrotada nas urnas, cujo personagem principal, o senador mineiro Aécio Neves, teve decisiva atuação nos conchavos partidários, traiçoeiros e estratégicos [...]” - referindo-se ao Partido da Social Democracia Brasileira

¹ Segundo Tavares (2018, p. 208, grifos do autor), destacam-se dentre as publicações “[...] conhecidas como ‘revistas semanais de informação’: a revista *Veja*, a revista *IstoÉ*, a revista *Época* e a revista *CartaCapital* [...] Deste grupo, as três iniciais respondem a 98% dos exemplares que compõem toda a circulação semanal do quarteto. [...] a revista *Veja*, sozinha, representa cerca de 50% deste bolo [...]”.

(PSDB), partido de Aécio, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do vice de Dilma Rousseff e atual presidente do país, Michel Temer.

Sendo assim, compreendemos que, embora a deposição de Dilma tenha argumentos jurídicos como as pedaladas fiscais cometidas em seu governo, há que considerar, ainda, três pontos: o primeiro deles é que essa forma de atividade, mesmo que até então vista como ilegal, é prática comum nas esferas do Poder Executivo e nenhum outro mandato foi interrompido por isso; o segundo ponto diz respeito ao fato de que dias após a decisão do Senado sobre a aprovação do *impeachment* de Dilma, uma nova lei foi sancionada (Lei 13.332/2016) alterando regras que flexibilizam o remanejamento no orçamento e que poderia impedir as advertências à presidenta; já o último ponto reflexivo é que tanto na votação na Câmara como no Senado, os argumentos favoráveis à deposição de Dilma pouco ou nada estavam relacionados ao que a presidenta estava sendo acusada. Então, mesmo que possamos dizer que o processo tenha ocorrido no âmbito legal, também podemos dizer, em consonância com os autores citados anteriormente, que o impedimento foi um golpe orquestrado na via institucional e construído midiaticamente.

Logo, no processo que chamamos de *impeachment* ilegítimo, a nomenclatura “golpe” também faz parte da disputa de sentidos em torno da retirada da presidenta Dilma Rousseff do Planalto Central. Se, por um lado, no ano de 2018, professores ministrantes de cursos e disciplinas nas universidades públicas federais sobre o “Golpe de 2016” foram intimados a depor, além de sofrerem com represálias do Ministério da Educação (MEC)²; por outro lado, os veículos de grande circulação e detentores de capital financeiro, desde o primeiro mandato do presidente Lula em meados dos anos 2000, já produziam sentidos em torno da ideia de afastamento dos governantes petistas e, após a segunda eleição de Dilma, da inevitabilidade do *impeachment*, consolidando a polarização política explicitada nas manifestações de rua no ano de 2013 ao invés de acionar uma perspectiva crítica sobre as problemáticas do país.

Vale dizer que as coberturas realizadas não com intuito de esclarecimento - observada também no pós-golpe de 2016 com as narrativas edificadas em argumentações que tornavam Lula culpado antes da prisão ocorrer e sobre a consequente não participação do mesmo nas eleições presidenciais de 2018 – elevam o senso comum, verificado de forma concreta, inclusive, na fala dos parlamentares na votação da abertura do processo de *impeachment* na

² Somaram-se à contagem dos cursos cerca de 30 instituições do país (PORTAL ANDES-SN, 2018). A UFSC, desde o início de maio de 2018, juntou-se às demais universidades e um grupo de professores organizou o curso de extensão intitulado “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Esse primeiro módulo, no qual participamos como ouvinte, estendeu-se até o começo de julho de 2018.

Câmara dos Deputados, em abril de 2016. Na votação que aprovou o afastamento provisório de Dilma, instância anterior a do Senado Federal de caráter definitivo, os deputados, em sua maioria e especialmente quando favoráveis ao *impeachment*, justificavam o voto³ a partir de questões muito distantes das que estavam realmente em discussão, como o crime de responsabilidade fiscal. Não por menos, talvez pela postura inusitada dos parlamentares, até a mídia desdobrou-se em análises sobre isso que, segundo Bianchi (2016), dos 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*, somente 16 fizeram menção ao crime atribuído a então presidenta.

Durante essa sessão plenária, pode-se dizer que o voto mais destoante e polêmico foi o do militar da reserva e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) – sua oitava sigla partidária em três décadas ocupando cargos políticos. Elegendo-se como deputado federal consecutivamente desde 1990, Jair Bolsonaro teve, ao longo dos anos, apenas dois projetos de lei aprovados na Câmara. Ainda, o parlamentar (e presidente do Brasil eleito no pleito de 2018) proclama-se como a “cara da direita” e defende pautas conservadoras como: a redução da maioridade penal, uma política em defesa do que ele considera a formação da família tradicional, a contrariedade às cartilhas de gênero e sexualidade distribuída gratuitamente nas escolas, a revogação total do Estatuto do Desarmamento, contra a demarcação de terras indígenas, contra as cotas, contra os direitos humanos e contra a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que para Bolsonaro apenas produz mentiras sobre a ditadura civil-militar brasileira⁴.

Para Motta (2016, p. 11, grifos da autora) é na ambiência digital que Jair Bolsonaro “[...] defende o seu posicionamento e fala sobre suas feitorias através das redes sociais *Facebook* e *Twitter*, além de ter um *website* próprio e um canal na plataforma de vídeos *Youtube*.”. Segundo a autora, faz parte da estratégia política de Bolsonaro fomentar polêmicas que o tornem visível midiaticamente. Ainda, Motta (2016, p. 12, grifos da autora) acrescenta que ele tem o “[...] intuito de gerar (ou ampliar) o seu *share of mind* (lembrança) junto ao eleitorado conservador. Dessa forma, a mídia acaba tendo um papel central na propagação e repercussão dos conceitos ideológicos que são difundidos pelos partidos e pelos agentes políticos.”.

³ De acordo com a transcrição dos discursos no portal da Câmara dos Deputados (2016), durante a justificativa do voto, os parlamentares usaram a palavra “família” 136 vezes, seguida de “corrupção” dita 65 vezes e “deus” pronunciada 59 vezes. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/#>>. Acesso em: 14 out. 2016.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a7cxQsHMM3s>>. Acesso em: 23 set. 2018.

Salientamos que Jair Bolsonaro ainda em 2014 já se colocava à disposição para uma candidatura a presidente do Brasil, justificada, segundo ele, pelas convenções de junho de 2013, com o propósito de representar a direita nacional e não permitir uma possível continuidade dos governos petistas. Dois anos depois, em abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o parlamentar, dentre outras menções, fez referência à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁵, ativando a circulação de sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira. Ao justificar o seu voto favorável à destituição de Dilma, Jair Bolsonaro (2016) afirmou:

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por deus acima de todos, o meu voto é sim⁶.

Esse discurso suscita diferentes olhares, opiniões, reações, sentidos. Há quem concorde com as palavras de Jair Bolsonaro e, inclusive, o elegeu presidente do Brasil nas eleições de 2018. Há quem não discorda, mas acredita que tais palavras podem ser ofensivas ao ponto de não trazer benefícios ao deputado federal em cumprimento do seu sétimo mandato. Muitos repudiam a fala e lutam pela justiça ainda não alcançada, outros tantos discursivizam sobre ela em suas redes sociais⁷ e, nós, a trazemos para o meio acadêmico.

Entre tantos sentidos em circulação, é inegável que o que Jair Messias Bolsonaro falou afetou as pessoas de alguma maneira e expôs contradições do tempo presente. Ao menos foi assim que o voto do parlamentar chegou até mim⁸, naquele domingo do dia 17 de abril de 2016. Desde então, o voto de Jair Bolsonaro acompanha-me de forma sempre provocativa e

⁵ Coronel e chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Exército, órgão de repressão do governo militar. Ustra foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) por envolvimento no assassinato de Carlos Nicolau Danielli, militante torturado nas dependências do DOI-Codi. Além disso, foi denunciado por homicídio doloso qualificado pela morte do jornalista Eduardo da Rocha Merlino. Embora no ano de 2008 tornaram-no o primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador, Ustra faleceu antes de ser julgado pelos crimes cometidos (SILVA e PAIVA, 2016).

⁶ Transcrição da autora.

⁷ As nomenclaturas redes sociais, redes sociais digitais, redes sociais virtuais, sites de redes sociais, bem como outras possíveis denominações serão usadas como sinônimos nesta dissertação. Além do mais, cabe dizer que nos referimos ao Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp como redes sociais, resguardadas as suas diferenças em funcionalidades e características

⁸ Momentaneamente utilizaremos a primeira pessoa do singular ao falarmos sobre a nossa aproximação com o caso estudado. Entendemos que essa linguagem não é usual em textos científicos, entretanto, consideramos pertinente neste parágrafo (e em parte das considerações finais), pois condiz com o relato de uma observação realizada pela autora antes mesmo de ingressar no mestrado. Ao longo do texto, retornamos ao uso da primeira pessoa do plural, já que a dissertação em curso é construída em conjunto com a orientadora.

intrigante nos estudos. Do meu ingresso no POSCOM/UFSM ao final da dissertação, teorias foram tensionadas, empirias revistas, diferentes olhares ao objeto de investigação foram lançados, enquanto o voto manteve-se com toda a sua riqueza teórica, metodológica e analítica para ser explorado.

Dessa forma, partimos do pressuposto que o *impeachment* e, conseqüentemente, o voto de Jair Bolsonaro, ocorre no contexto da midiatização, em que diversas lógicas ultrapassam o controle da produção jornalística assim como na recepção de discursos e simbolizações, faz-se seguir adiante aquilo que se recebeu, em uma constante circulação de sentidos em fluxos sempre contínuos. Assim sendo, assumimos como tema de pesquisa a circulação de sentidos em ambientes digitais na sociedade em midiatização.

Compreendemos que a circulação funciona através de apropriações de sentidos, por isso, justamente, é um processo que vai além da recepção em si, já que, pelo viés da midiatização, entende-se o receptor como parte integrante da narração dos acontecimentos. Logo, há um constante embate ou negociação de sentidos, conforme a reação do receptor, que faz com que a circulação funcione em um fluxo contínuo e sem linearidade determinada, sendo que nas redes sociais digitais esses fluxos são potencializados. Dessa maneira, a delimitação do tema de pesquisa está circunscrita na circulação de sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira, mobilizados pelo voto do deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, na sessão de abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados.

Vale dizer que consideramos o voto de Jair Bolsonaro⁹ como um acontecimento que não está somente inscrito na ordem do que ocorre, mas, conforme proposto por Quéré (2005), de quando ele acontece e afeta a sociedade. Partimos, então, da reflexão que o voto convoca um passado e abre horizonte de possíveis, isto é, o passado e o seu contexto de inserção são compreendidos em função dos novos sentidos possibilitados pelo acontecimento. Cabe dizer que inicialmente o voto de Jair Bolsonaro pode ser pensado com o um microacontecimento que tem potencialidade para ser acontecimento. Essa potencialidade é enfatizada com as inúmeras afetações que o voto traz à sociedade, ao mesmo tempo em que é aflorada por meio da circulação de sentidos que redimensiona o voto de Jair Bolsonaro, instituindo-o como um acontecimento. Logo, o voto é micro em relação ao *impeachment*, porém, pensando em relação à circulação, o voto é um acontecimento que, inclusive, ressalta o

⁹ Por vezes, a expressão o voto de Jair Bolsonaro aparece entre aspas, assinalando que estamos falando do acontecimento o voto de Jair Bolsonaro e não meramente do ato em si.

macroacontecimento ditadura civil-militar. Sendo assim, a problemática de pesquisa que norteia este trabalho, pode ser exposta da seguinte maneira: como a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” mobilizou sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira?

A partir dessas considerações, podemos dizer que o objetivo principal da pesquisa é analisar como a memória sobre a ditadura civil-militar é atualizada no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, mobilizando sentidos na circulação em torno da ambiência digital. Já, os objetivos específicos, são: 1) constatar como se constrói o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”; 2) mapear como se deu a circulação desse acontecimento; 3) investigar como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

Sendo assim, a justificativa da nossa pesquisa sustenta-se pelas questões de interesse público que o voto de Jair Bolsonaro incita em consonância com o recente contexto político do país. A ascensão conservadora alinhada à direita na política partidária teve o ápice inicial consolidado no processo de *impeachment*, contribuiu para a destituição de Dilma Rousseff e tornou Michel Temer o novo presidente. Temer também teve muitos pedidos de *impeachment* encaminhados para a avaliação na Câmara dos Deputados, os quais não foram aceitos¹⁰.

Cabe sinalizar, ainda, que compreendemos a importância das transformações no âmbito comunicacional advindas das mídias digitais, sendo assim, ao definirem novas lógicas, passam a determinar também os demais processos de interação social. Dessa maneira, reconhecemos a necessidade de entender nosso objeto pelo enfoque da comunicação e que isso deve guiar nosso trabalho. Portanto, o presente estudo justifica-se, sobretudo, pela sua inserção e relevância na área de concentração do programa ao qual temos vínculo, que é a Comunicação Midiática, além da linha de pesquisa do mestrado intitulada Mídia e Estratégias Comunicacionais, ao analisarmos a circulação em fluxo adiante de sentidos mobilizados pelo voto do deputado Jair Bolsonaro na construção de um acontecimento na conjuntura de uma sociedade em midiatização.

Dito isso, percebemos um esforço de pesquisadores de diferentes áreas no que diz respeito a este episódio recente no contexto brasileiro. Há trabalhos, para citar alguns¹¹,

¹⁰ Nem mesmo após áudios vazados da Operação Lava Jato em que o presidente fala como se o processo de abertura do *impeachment* já tivesse sido aprovado e quando em conversa com Joesley Batista, da empresa JBS S.A. (Friboi), insinua um acordo com Eduardo Cunha, na época, presidente da Câmara.

¹¹ Ao longo da dissertação, realizamos duas pesquisas de Estado da Arte. Na primeira delas, objetivamos maior familiaridade com o tema, localizar autores que nos dessem subsídios ao estudo, identificar referenciais teóricos e metodologias, além de reflexões em torno do objeto. Sendo assim, podemos dizer que, nesse momento, mantemos um olhar mais geral. Já em um segundo momento, com o intuito de encontrarmos incentivos a nossa

localizados na Ciência Política¹², nas Letras¹³ e na Comunicação¹⁴, incluso no programa de pós-graduação do qual fazemos parte¹⁵. Na nossa área de estudo, encontramos pesquisas que exploram o aspecto patriarcal e sexista da cobertura midiática realizada; há as que analisam todo o processo de *impeachment* ou as que optam, como fizemos, pela votação na Câmara dos Deputados; em relação às plataformas midiáticas, há trabalhos que direcionam as análises para a cobertura online, impressa e televisiva, contudo, geralmente, os pesquisadores escolhem um veículo ou comparam dois da mesma mídia; as metodologias mais recorrentes são a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso (AD); em relação à nomenclatura, alguns versam sobre *impeachment* e outros, por sua vez, como golpe construído pela mídia.

Logo, em relação ao *impeachment*, podemos observar que os trabalhos, em sua maioria, abordam especialmente a produção jornalística, deixando em segundo plano a recepção ou mesmo a circulação de sentidos - essa última, nosso foco de estudos e já notada como uma lacuna nas pesquisas sobre o assunto *impeachment* -, como é o caso da tese de Floriani (2017). Nela, o autor investiga, por intermédio da AD, como o jornal impresso *Folha de S.Paulo* construiu um discurso sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Outro exemplo é a dissertação de David (2018), em que a autora analisa as estratégias argumentativas usadas pelas revistas impressas *Veja* e *CartaCapital*. Sobre essa última pesquisa, vale dizer que David (2018) também compreende o *impeachment* pela ótica do acontecimento, assim como abordado em nossa dissertação.

pesquisa, tanto em termos de viabilidade, justificativa ou para identificarmos lacunas comunicacionais, realizamos o Estado da Arte na procura de trabalhos relacionados ao aporte teórico-metodológico, temática de pesquisa e objeto. Assim, refinamos a busca bem como atualizamos em relação a anterior. Vale dizer que a primeira busca foi feita no segundo semestre de 2017, como atividade proposta na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Comunicação, ministrada pelas professoras doutoras Eugenia Mariano da Rocha Barichello e Maria Ivete Trevisan Fossá, no POSCOM/UFMS. A segunda busca, por sua vez, aconteceu no primeiro semestre de 2018, na disciplina de Seminários de Pesquisa, ministrada pelas professoras doutoras Juliana Petermann e Sandra Rúbia da Silva, no POSCOM/UFMS. A pesquisa deu-se, em geral, no Google Acadêmico, Currículo Lattes, programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

¹² BEDRITICHUK, Rodrigo Ribeiro. **Da popularidade ao impeachment: Medidas provisórias, mudanças institucionais e a crise política no governo Dilma.** 2016. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

¹³ JESUS, Gilvan Santana de. **Impeachment da presidente Dilma Rousseff: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático.** 2017. 102f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

¹⁴ FLORIANI, Adriano Warken. **O discurso do impeachment de Dilma na Folha de S.Paulo.** 2017. 207f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

¹⁵ DAVID, Carolina Siqueira de. **Impeachment de Dilma Rousseff: Análise das estratégias argumentativas em Veja e CartaCapital.** 2018. 163f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

Em relação ao Jair Messias Bolsonaro - objeto de história recente e, portanto, ainda carente de pesquisas mais aprofundadas -, há dois artigos que não só versam sobre o voto do parlamentar na abertura do processo de *impeachment* na Câmara, como também trazem à tona o interdiscurso. Em um deles, intitulado “Reflexões sobre a intolerância política”, Morais (2017) analisa a organização interdiscursiva na fala de Jair Bolsonaro e o que ele chama de intolerância política visando à aniquilação física e simbólica do outro em prol da sua afirmação. É interessante notar que essa intolerância, para nós, aproxima-se do conceito de biopolítica. Observamos que o ódio biopolítico é constante em períodos de ascensão do conservadorismo e que ele está presente tanto nas falas do Bolsonaro como na circulação das mesmas entre os seus seguidores.

Ainda, Morais (2017, p. 73, grifos do autor), em consonância com a nossa pesquisa, ratifica que uma das características da fala do Bolsonaro é a “[...] (re) construção da encenação dos dizeres através da memória discursiva da Ditadura Militar brasileira: ‘atualiza-se’ a memória histórica brasileira pela remissão à Ditadura Militar para definir quem é o ‘eu/nós’ e o ‘outro/inimigo’.” O pesquisador, ao afirmar que o seu estudo está em andamento, pretende não apenas aprofundar o que trouxe no artigo em questão, mas, também, ampliar o seu interesse para a circulação do discurso de intolerância nas redes sociais. Lembramos aqui, que a circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” faz parte de um dos nossos objetivos específicos, além do que, sabemos que a circulação de sentidos é potencializada nas redes sociais, assim como a disseminação do ódio biopolítico é constante nas redes.

O segundo artigo que consideramos pertinente destacar é intitulado “A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória”. Nele, Daltoé e Marques (2017) analisam a fala e as reverberações do voto de Jair Bolsonaro ao homenagear o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na abertura do processo de *impeachment* de Dilma, a partir da noção do que elas denominam de acontecimento discursivo moral. O artigo limita-se aos comentários em um vídeo no Youtube onde o discurso foi veiculado. Vale salientar que as pesquisadoras utilizam o aporte teórico-metodológico da AD, no qual também nos inspiramos para investigar como o ódio biopolítico circula no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

Diante do que observamos, percebemos incentivos ao estudo, pois encontramos pesquisadores que traçam trajetos paralelos ao nosso. Desse modo, além de notarmos possibilidades concretas de investigação, podemos contribuir para a área da Comunicação já que a nossa intenção de pesquisa mostra-se diferente na forma de olhar principalmente o

impeachment ilegítimo e o discurso de Jair Bolsonaro, dada por meio dos fluxos adiante na circulação de sentidos que atualizam a memória da ditadura civil-militar brasileira.

Assim, a dissertação, além da presente introdução e de um último capítulo com as considerações finais a respeito do estudo, possui mais três capítulos. No capítulo 2, abordamos a circulação do discurso de ódio biopolítico nas redes. Nele, acionaremos os conceitos de midiatização e circulação com o propósito de situarmos o voto de Jair Bolsonaro neste contexto. Para tanto, nos ancoramos especialmente em Braga (2007, 2012) e Fausto Neto (2008, 2010), além de reflexões pontuais de Mata (1999) e Sodré (2006) sobre midiatiza . Para falarmos sobre a circula  em fluxo adiante, acionamos Braga (2017), além de Cervi (2018), Castells (2003) e Malini e Antoun (2013) para o âmbito das redes sociais. Em um segundo momento, mobilizamos o conceito de biopolítica estabelecido por Foucault (1988, 2005), para adentrarmos no que consideramos o discurso de ódio biopolítico proliferado por Jair Bolsonaro.¹⁶

O capítulo 3, por sua vez, debate a rela o da memória com o discurso, sendo o seu objetivo auxiliar na compreensão da atualiza o da memória da ditadura civil-militar brasileira por meio da circula o de sentidos no acontecimento o voto de Jair Bolsonaro no *impeachment*. Destacamos os estudos de Pollak (1989, 1992) e Berger (2011) no que diz respeito   memória, bem como os de Pêcheux (1988), Indursky (1997, 2003) e Orlandi (2009) no que tange ao discurso. Além do mais, no capítulo citado, dissertamos sobre os caminhos e defini es do conceito de acontecimento pelo olhar de Quéré (2005), França (2012a, 2012b) e França e Lopes (2016) sobre o acontecimento experienciado, além de Pontes e Silva (2010) sobre acontecimento jornalístico e seus novos atributos nas redes a partir de Henn (2011). Os outros t picos abordados nesse capítulo dizem respeito   ditadura civil-militar como um macroacontecimento, o acontecimento *impeachment* e a dupla vida do “voto de Jair Bolsonaro”.

Já no capítulo 4, apresentaremos os movimentos de circula o do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro subcapítulos. No primeiro deles, resgatamos as nossas proposi es metodológicas bem como o percurso metodológico. Já no segundo subcapítulo, abordamos o primeiro movimento analítico, que   a

¹⁶ Até esse capítulo andamos com Michel Foucault, no posterior, acionamos Louis Quéré. Estamos cientes que ambos partem de perspectivas diferentes dentro de seus estudos. Contudo, consideramos pertinente utilizarmos esses dois autores em nosso trabalho, um para falar da biopolítica e outro sobre acontecimento. Vale dizer também que a rela o entre a midiatiza o e a biopolítica está intrinsecamente ligada ao fato de que as redes sociais estão dentro do acontecimento jornalístico e dentro do contexto da sociedade está o ódio biopolítico.

individualização do acontecimento proposta por França e Lopes (2016) para, então, obtermos a linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”. Por intermédio desse movimento, constatamos como se constrói o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” e mapeamos como se deu a circulação desse acontecimento, atingindo dois de nossos objetivos específicos.

Com a análise discursiva, iniciamos o segundo movimento analítico a partir da linha do tempo, em que investigamos como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, no intuito de sanarmos nosso terceiro objetivo específico, além de analisarmos a atualização da memória da ditadura civil-militar brasileira na circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, sendo esse o objetivo geral da pesquisa. Por fim, trazemos apontamentos sobre o poder de revelação (QUÉRÉ, 2005) da “fala de Jair Bolsonaro” no quarto e último subcapítulo.

2 A CIRCULAÇÃO DO ÓDIO BIOPOLÍTICO NAS REDES

Imaginem, dizia Tia Lydia, desperdiçarem seu tempo assim, quando deveriam ter estado fazendo alguma coisa útil. Naquela época, as Não mulheres estavam sempre desperdiçando tempo. Eram encorajadas a fazê-lo. O governo lhes dava dinheiro para fazerem exatamente aquilo.

(O conto da aia – Margaret Atwood)

A intenção deste capítulo é situar o discurso de ódio biopolítico no contexto da midiatização, visto que a dissertação tem interesse na circulação em fluxo adiante de sentidos mobilizados pelo voto de Jair Messias Bolsonaro no *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff. Vale dizer que, ao longo da pesquisa, percebemos que a circulação de sentidos no que chamamos de acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” atualiza velhos e novos sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira também por meio do discurso de ódio biopolítico.

Logo, ao falarmos sobre o que consideramos ódio biopolítico, faz-se necessário, em um primeiro momento, refletirmos sobre como e onde esses discursos de ódio têm sido evidenciados. Notamos que os discursos odiosos de caráter biopolítico são manifestados na circulação de sentidos e que embora esse processo comunicacional seja mais complexo do que o que vemos nas redes sociais, são nelas que esses discursos têm certo destaque e proliferam-se mais rapidamente.

Dessa forma, mobilizaremos alguns conceitos considerados norteadores da pesquisa, como midiatização e circulação, objetivando apontamentos sobre novas lógicas e processos sociais no que diz respeito à circulação de sentidos no cenário da sociedade em midiatização. Para tanto, nos ancoramos especialmente em Braga (2007, 2012) e Fausto Neto (2008, 2010), além de reflexões pontuais de Mata (1999) e Sodré (2006).

Outros conceitos tensionados, ao longo deste capítulo, são o de biopolítica e o de ódio biopolítico. Para o primeiro, acionamos Foucault (1988, 2005), já o ódio biopolítico, que está intrinsecamente relacionado à concepção de Foucault (1988, 2005) além de certa complementaridade exercida por Pelbart (2009) neste trabalho, faz parte de estudos coletivos em desenvolvimento na linha de estudo “Mídia, Biopolítica e Religião”, coordenada pela professora doutora Aline Roes Dalmolin.

Assim sendo, o primeiro subcapítulo aborda a circulação de sentidos no contexto da sociedade em midiatização. Nele, refletimos com Braga (2017) sobre a circulação em fluxo

adiante. Posteriormente, debatemos sobre as redes sociais especialmente com Cervi (2018), além de considerações pontuais de Castells (2003) e Malini e Antoun (2013).

Já o segundo subcapítulo disserta sobre o conceito de biopolítica e de ódio biopolítico, traz apontamentos sobre o discurso de ódio de caráter biopolítico nas redes sociais e, por fim, apresenta o então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, além de situações que evidenciam o discurso de ódio biopolítico proferido pelo parlamentar e presidente eleito no pleito de 2018.

2.1 CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS NA SOCIEDADE EM MEDIATEZAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, tornaram-se evidentes as mudanças no campo midiático relacionadas ao crescimento das tecnologias digitais e essencialmente ao uso que delas são feitas. O ambiente da internet e, sobretudo, as ferramentas como as redes sociais virtuais eram mediadas em um primeiro momento pelo computador e a intensificação da sua expansão tem ocorrido pela utilização dos dispositivos móveis. Nesse contexto desafiador para a área e para as pesquisas em comunicação, há que se pensar ainda não só na existência de novos modos de interação que os meios possibilitam, mas, também, nos formatos emergentes na estruturação das práticas sociais.

Dessa maneira, partindo das reflexões em Mata (1999), entendemos que, antes de tudo, é necessário superar a visão de que os meios de comunicação são meros transportadores de sentidos ou simples espaços de interação entre quem produz as mensagens e quem as recebe, ou seja, não há apenas movimentos unidirecionais. Em troca, devemos estar atentos à produção de sentidos e, especialmente no âmbito acadêmico, promover um novo olhar aos “[...] fenômenos de produção coletiva de significados nas sociedades atuais [...]” (MATA, 1999, p. 82, tradução nossa)¹⁷.

Com as novas lógicas e processos sociais da mediação em curso, Sodré (2006) ratifica que está dada uma nova maneira de viver no mundo, orientada pela média, a qual   responsável pelos processos de intera o e constru o social nas sociedades modernas. Essas transforma es reabastecem a centralidade dos meios, porém não mais como transportadores de sentidos, mas como um modelo que produz e organiza as significa es na extensão comunicacional e social.

¹⁷ Do original: “[...] fenômenos de producción colectiva de significados en las sociedades actuales [...]”.

Fausto Neto (2008), por sua vez, avalia que o campo das mídias possui certa singularidade já que a ele foi atribuída tarefa de organizar as novas interações sociais. Dessa forma, o autor chama atenção para o papel mediador do campo das mídias, pois esse campo atravessa a dinâmica dos demais, isto é, não há uma centralidade absoluta dos meios; todavia, o funcionamento da sociedade contemporânea é abarcado e perpassa por esquemas de codificação, práticas sociais e lógicas organizativas do que se nomearia como cultura da mídia.

Em consonância, Braga (2007), que compreende a mediatização¹⁸ como um processo interacional de referência, também reconhece a singular centralidade dos meios, entretanto, assim como os outros autores, não a vê como absoluta. Ao falar sobre o processo interacional de referência, o pesquisador refere-se aos definidores de certas lógicas que passam a determinar os demais processos, como a escrita e a oralidade, sendo que com a midiatização, esses processos combinam-se ao invés de contraporem-se.

Sendo assim, Fausto Neto (2008) avalia que, na sociedade em midiatização, as mídias que antes estavam a serviço dos campos sociais e eram detentoras de uma autonomia relativa em comparação a eles na organização do processo interacional, agora afetam em diferentes momentos a organização e a dinâmica estrutural da sociedade, seja técnica ou discursivamente. Isso pode ser notado de forma nítida em estudos inaugurais do pesquisador sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff – antes, já referência em trabalhos que analisaram o *impeachment* de Fernando Collor de Mello no ano de 1992 e também sobre a midiatização da política.

Fausto Neto (2016a) dá ênfase ao entrecruzamento do campo político e do campo midiático ao analisar nas capas de revistas semanais informativas¹⁹ operações de produção de sentidos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff a partir de um duplo trabalho técnico-discursivo: um voltado para sua topografia externa e outro para a sociedade. Desse modo, o autor salienta de que maneira o campo midiático afeta na prática a organização social, além de outros campos como o político no contexto da midiatização. Para Fausto Neto (2016a), esse *impeachment* foi construído segundo gramáticas e lógicas midiáticas, além de operadores de

¹⁸ O autor utiliza o termo “mediatização” ao invés de “midiatização”. Aqui, ambos serão usados como sinônimos. Sobre esse aspecto, é interessante notar que, segundo Gomes (2016, p. 3, grifos do autor), o conceito de midiatização está relacionado etimologicamente com o de mídia, vindo dos Estados Unidos da América (EUA), o que para ele é “[...] um neologismo, pois, na sua origem, é apenas o plural de ‘*medium*’, termo latino que significa meio. Nesse caso, o plural é ‘*media*’. Nos Estados Unidos, a pronúncia é ‘mídia’ e se difundiu como sinônimo de cada meio em particular. Daí que, na publicidade, fala-se de mídia impressa, mídia televisada, mídia eletrônica etc.”.

¹⁹ O *corpus* reúne capas das revistas Istoé, Veja, Época, CartaCapital e Exame.

reconhecimento extraídos e ressemantizados de vários tecidos discursivos. Pode-se dizer, diferentemente do que ocorreu no *impeachment* de Collor, em que vivenciávamos uma sociedade mais próxima a dos meios ao invés da midiaticizada.

Ainda, para o pesquisador, a midiaticização não está situada somente nas tecnologias em si, mas na sua transformação em meios e nas apropriações das técnicas e lógicas midiáticas, tanto por produtores como pelos receptores de discursos. A partir dos novos vínculos entre essas duas estruturas comunicacionais, receptores e produtores tornam-se operadores de sentidos na extensão da organização social, característica que era relacionada anteriormente apenas à produção. “A expansão da midiaticização como um ambiente [...]”, conforme Fausto Neto (2008, p. 93), propicia a todos estar no mesmo patamar, ou seja, com os novos modos de vida em evidência, as tecnologias vistas como meios e as interações afetadas por novas estratégias organizativas, produtores e receptores podem participar ativamente da narrativa dos acontecimentos. Veremos mais adiante esse movimento na circulação de sentidos no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

Isso quer dizer que antes, na era dos meios, a circulação de sentidos era compreendida a partir de um formato de passagem de um lado para o outro na extensão comunicacional, ou seja, de algo que surgia no âmbito da produção e deveria deslocar-se até a recepção. A preocupação, então, estava alocada na verificação do entendimento da informação entre o polo iniciador e o da chegada. A partir da compreensão de que os receptores também são produtores de sentidos no processo comunicacional, os desvios e as interpretações próprias não são mais um problema na circulação de sentidos, mas fazem parte dessa circulação.

Assim sendo, a midiaticização, corrobora Fausto Neto (2008, p. 96, grifos do autor), “[...] institui um novo «feixe de relações», engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais.”. As novas operações discursivas no âmbito das práticas sociais modificam as interações entre produtores e receptores de sentidos na sociedade em midiaticização. As fronteiras, antes bem demarcadas, diluem-se “[...] na medida em que os receptores são crescentemente instalados no interior do sistema produtivo, enquanto co-operadores de enunciação.” (FAUSTO NETO, 2008, p. 100). Essas novas possibilidades de articulações na interação entre produtores e receptores

[...] encontram na autonomia das mídias um fator combinatório para dinamização desses protocolos, uma vez que a autonomia estaria proporcionando ao campo da mídia expandir novas operações interativas com os receptores. Tal compartilhamento estaria reformulando as lógicas até então assentadas em princípios assimétricos e de ordem complementar, uma vez que a competência de

produção de enunciação dos discursos midiáticos era confiada à sua instância producional. (FAUSTO NETO, 2008, p. 100-101).

Isso quer dizer que há diversos fluxos de circulação em um processo comunicacional e que são construídos por diferentes produtores de sentidos. Esses sentidos estão em constante disputa e conforme seguem adiante na circulação, pelos receptores que também são produtores, continuam em disputa, sendo o embate ou a negociação sobre as significações que dará continuidade ao processo de circulação.

Assim, devido à midiatização, reitera Fausto Neto (2010), há novos condicionantes da circulação que afetam a relação linear entre produtor e receptor. Por isso, para Braga (2012, p. 39), deve-se ir “[...] além das relações diretas entre produtor e receptor [...]”, já que o importante é que o receptor “[...] faz seguir adiante as reações ao que recebe.”. Logo, pode-se confirmar a existência de um fluxo adiante, que Braga (2012) salienta acontecer de várias formas, uma delas é a circulação que se manifesta nas redes sociais. Desse modo, o item seguinte reflete sobre a circulação em fluxo adiante para, posteriormente, abordarmos as redes sociais em específico.

2.1.1 A circulação em fluxo adiante

Em consonância com os autores referidos anteriormente sobre a sociedade em midiatização, podemos afirmar que a circulação de sentidos é fomentada não só a partir de novas lógicas como também o seu fluxo sempre adiante ocorre de diferentes maneiras, seja entre duas pessoas conversando pessoalmente ou várias pessoas discutindo em um grupo localizado no Facebook.

Esse “fluxo adiante” acontece em variadíssimas formas – desde a reposição do próprio produto para outros usuários (modificado ou não); à elaboração de comentários – que podem resultar em textos publicados ou em simples “conversas de bar”, por exemplo, sobre um filme recém visto; a uma retomada de ideias para gerar outros produtos (em sintonia ou contraposição); a uma estimulação de debates, análises, polêmicas – em processo agonístico; à esforços de sistematização analítica ou estudos sobre o tipo de questão inicialmente exposta; passando ainda por outras e outras possibilidades, incluindo aí, naturalmente a circulação que se manifesta nas redes sociais. (BRAGA, 2017, p. 52, grifos do autor).

Sobre isso, é interessante frisar que esse fluxo contínuo da circulação funciona pela apropriação de resultados de episódios anteriores que, por sua vez, terão sentidos acionados para que então ocorra uma nova interação em novos episódios – e assim de forma sempre

adiante. Portanto, de acordo com Braga (2017), o produto midiático, por exemplo, não é exatamente o ponto de saída desse fluxo, pelo contrário, está mais para um ponto de chegada, que em decorrência de um conjunto de ações, interesses e processos formam uma espécie de objeto em circulação. Ainda, o autor pontua que esse objeto em movimento alimenta constantemente o fluxo comunicacional, isto é, torna-se um material que passa de um episódio interacional para outro, caracterizando elementos de saída e de entrada.

Desse modo, o que se entende por produto midiático pode consolidar-se e, no contexto da midiaticização, multiplicar-se para outros espaços, dando continuidade até mesmo infinita no processo de circulação e indo além, inclusive, do seu conteúdo – tornando-se indícios de outros elementos dentro de um circuito em que está inserido. “O produto, por sua permanência e também porque se molda ao mesmo tempo em que busca moldar os ambientes em que se põe a circular, torna-se um especial objeto de observação para inferências sobre os processos mais gerais em que se inscreve.” (BRAGA, 2017, p. 53-54).

Assim, embora a circulação de sentidos possa ser observada, conforme visto, de diferentes modos, não cabe ao nosso trabalho analisar toda a complexidade que envolve a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, aliás, mesmo que considerássemos pertinente um olhar totalizante, a circulação em fluxo adiante tende a ser, inclusive, imensurável. Com isso em vista, preservando a complexidade do objeto da mesma forma em que conduzimos a pesquisa às especificidades, frisamos que nosso interesse de estudo está restrito ao que consideramos a ambiência digital e, sendo as redes sociais um potente disseminador do ódio biopolítico, os apontamentos que seguem no próximo item estão circunscritos as redes sociais.

2.1.2 As redes sociais

É inegável que o uso de sites de redes sociais na internet está incorporado ao cotidiano, fazendo parte e contribuindo para as interações sociais. Sobretudo na última década, com o desenvolvimento de aplicativos para celulares, as redes sociais tornam-se espaços relevantes para a troca de elementos comunicacionais e para a circulação de conteúdos jornalísticos, além de afirmarem-se como um ambiente de debate de temas públicos.

Algumas dessas reflexões são assinaladas e ampliadas por Cervi (2018, p. 196), como o fato de as Redes Sociais Online (RSO)²⁰ suprirem “[...] o interesse, o número de acessos e a centralidade dos websites tradicionais no ambiente digital.”. Devido ao crescimento do uso das redes sociais pela população, os conteúdos que antes circulavam em sites tradicionais migraram para as redes sociais. “Pela sua alta capacidade de atração, hoje os conteúdos que mais circulam em ambientes online são aqueles que passam pelas redes sociais.” (CERVI, 2018, p. 196).

Mesmo concordando que, em geral, nos fenômenos de grande escala há intervenção - e os mesmos também interferem - da ambiência digital e que espaços online ainda podem ter um viés emancipatório ou cidadão, existem muitos limites que cada vez mais são trazidos à tona. As redes sociais possuem mecanismos que permitem aos responsáveis pelas mesmas selecionar comentários, por exemplo, como é o caso do perfil oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, onde observamos certa descontinuidade em discussões, especialmente quando críticas eram direcionadas ao parlamentar, apontando para indícios de moderação no perfil.

Outro ponto que podemos citar, diz respeito aos algoritmos que muitas vezes nos impedem de ter uma visão ampla, restringindo nossos acessos a determinadas “bolhas” conforme preferências sinalizadas. Ou mesmo a disseminação de programas de computador para difundir conteúdos com “[...] informações distorcidas, distantes da realidade que levam os usuários a pensar e agir em um mundo idealizado, favorecendo os comportamentos emotivos, baseados em crenças e valores pré-estabelecidos, e não na razão que parte de considerações fáticas do mundo real.” (CERVI, 2018, p. 197).

O primeiro deles, os algoritmos, está presente em todas as redes sociais e em qualquer movimento realizado na internet. O segundo, por sua vez, que são atividades realizadas por robôs e perfis falsos, é amplamente difundido na política, como nas eleições do presidente dos EUA, Donald Trump, já no Brasil, temos o caso do Movimento Brasil Livre (MBL), que fez uso de um aplicativo para intensificar o alcance de sua página entre os usuários do Facebook (ROSSI, 2018). Além do mais, no pleito presidencial de 2018, vencido por Jair Bolsonaro, foi evidente a viralização de *fake news*²¹ principalmente pelos apoiadores de Bolsonaro, grande parte disseminadas em grupos de WhatsApp.

Vale citar também a importância das redes sociais na candidatura de Jair Bolsonaro que, além das discussões que podem ser feitas em relação ao uso de robôs e de *fake news*, é

²⁰ O autor utiliza essa nomenclatura com as letras iniciais maiúsculas ou somente a sigla para falar das redes sociais. Embora não utilizemos a mesma escrita, o significado é o mesmo para nós e o autor.

²¹ Notícias falsas com associações impróprias e inadequadas.

notável que a campanha construiu-se majoritariamente pelo meio online e que o conservadorismo presente foi impulsionado por essa lógica das redes. Sendo assim, tornou-se latente ao longo do período das eleições presidenciais de 2018 a interferência das redes no contexto político e no âmbito biopolítico.

Evidenciadas essas problemáticas relacionadas às redes sociais, em que a utilização desses espaços não se dá em condições iguais ou neutras, frisamos que o fluxo de circulação de sentidos está sempre presente, seja na produção ou na própria difusão dos mesmos. O que não se pode negar, com todas as limitações apontadas e que também dizem respeito à sociedade em midiatização, é a potencialidade das redes sociais na circulação em fluxo contínuo. Além do mais, sobre esse aspecto, podemos dizer que os sites de redes sociais possuem uma velocidade superior a dos meios considerados tradicionais ou até mesmo dos portais de notícias online que, muitas vezes, são influenciados pelas redes.

Essa complexificação social é explicada por Castells (2003), que compreende que antes a comunicação dava-se de um para um ou de um para muitos e, a partir de um novo paradigma, passamos a nos comunicar de muitos para muitos. Para Cervi (2018, p. 198), o que ele considera como um ambiente das redes sociais “[...] gera dinâmicas que afetam a forma como os cidadãos se relacionam entre si e com as informações.”. No contexto da midiatização, podemos dizer que esse novo paradigma comunicacional não exclui outros e que ele é possível, em grande parte, devido às tecnologias digitais, mas, especialmente, ao uso que os indivíduos fazem de tais ferramentas.

Com a intenção de refletirmos sobre esses usos em torno da nossa pesquisa, podemos verificar a intervenção das redes sociais no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em diferentes momentos, assim como relacioná-los à atuação política de Jair Bolsonaro. Sobre o impedimento, Cervi (2018, p. 199) diz que o

processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), entre 2015 e 2016, é um exemplo de intervenção das RSO nas discussões públicas. Ele teve início na esfera política, não na social. Não foi um movimento espontâneo surgido da sociedade para as instituições de representação. Foi, ao contrário, com a sociedade seguindo os estímulos que vinha recebendo das elites políticas e sociais, catalisados pelos meios de comunicação tradicionais e com a potencialização das RSO.

Ainda em 2014, após Dilma vencer Aécio Neves nas urnas, a crise política confirmase com a não aceitabilidade da derrota por parte de uma elite social e a consequente governabilidade do PT por mais quatro anos. Paralelo a isso, há a crise social e a forte recessão econômica do ano de 2013, que culminou com milhares de pessoas saindo às ruas

em manifestações, inicialmente, com um viés considerado popular e, posteriormente, findadas com uma elite econômica e classe média temerosa em perder privilégios – que também saiu às ruas, embora em movimentos quantitativamente menores, demonstrando ódio ao PT e a tudo que consideram à esquerda.

Cancian e Malini (2017) sustentam que foi, justamente, a partir de 2013 que o conservadorismo teve destaque na política brasileira. Com uma representatividade maior na Câmara dos Deputados, novos grupos políticos foram surgindo e articulando estratégias para retirar seus opositores do governo, sendo que o crescimento desses setores veio, segundo os pesquisadores, por meio dos próprios brasileiros descontentes com os rumos do país.

A partir disso, conforme Cervi (2018, p. 200), as redes sociais desempenharam um papel importante porque “[...] condensaram os interesses de uma elite política contrariada, de uma elite econômica insatisfeita, dos meios de comunicação tradicionais enfrentando um novo concorrente e de uma classe média urbana temendo ser a maior prejudicada pela crise econômica.”. Assim sendo, as redes sociais que poderiam servir de base para discussões democráticas, de acordo com o autor, tiveram o seu uso inclinado para uma diminuição da democracia, com discursos baseados em sentimentos ao invés de críticas políticas, além de uma notada aporofobia.

Essa aversão ao pobre ou aporofobia, conforme termo cunhado por Cortina (2017), pode ser manifestada de forma implícita ou explícita. Em relação ao Brasil e o caráter negativo das redes sociais, há um fato que foi bastante comentado em 2014 e ilustra o ódio ao pobre. Uma professora universitária fotografou indevidamente um homem usando bermuda e camiseta regata no Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro) e postou a imagem nas redes sociais com o seguinte comentário: “rodoviária ou aeroporto?”. Imediatamente a imagem viralizou e descobriu-se pelo próprio homem fotografado que o mesmo era advogado e estava retornando de um cruzeiro internacional²².

Com isso, ratifica-se não só que nas redes há certa visibilidade do ódio ao pobre como também há retrocessos na democracia estimulados pela utilização negativa das redes sociais. Vale lembrar que, segundo Malini e Antoun (2013, p. 164), “a Internet, na sua configuração econômica atual, veicula uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida às arquiteturas e protocolos que mantêm sua cultura sobredeterminada por um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades.”. Sendo assim, entende-se que com a

²² Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/advogado-ironizado-por-professora-no-rio-pensou-que-fosse-gozacao.html>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

falsa sensação de que tudo pode ser dito em nome da liberdade de expressão e que as redes sociais estimulam essa liberdade supostamente desregulada é, então, na circulação de sentidos manifestados nessas plataformas que os discursos odiosos são colocados em vigência de forma mais intensa.

Nesse cenário, pode-se incluir não só a atuação de Jair Bolsonaro como deputado como também a própria página oficial do parlamentar no Facebook, em que diversas postagens e comentários são feitos reivindicando o direito de expressar-se livremente, ao mesmo tempo em que se apropria de discursos de ódio de caráter biopolítico. Para a compreensão desses discursos, o subcapítulo seguinte reflete sobre o conceito de biopolítica, o ódio biopolítico e a sua circulação nas redes sociais, além do discurso do deputado Jair Bolsonaro.

2.2 DA BIOPOLÍTICA AO ÓDIO BIOPOLÍTICO

Um conceito caro à pesquisa é o de biopolítica estabelecido por Foucault (1988, 2005). Para o autor, a biopolítica indica o poder político de controlar a vida e intervir no modo de viver da população com o intuito de que apenas aqueles considerados os mais fortes da espécie humana prevaleçam e assim perpetuem as novas gerações. Esse foi um dos fenômenos balizadores ainda no século XIX, sendo que se “[...] poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico.” (FOUCAULT, 2005, p. 285-286).

Ao nos valermos desse conceito fundante, observamos em nossa prática de pesquisa conjuntamente à linha de estudo “Mídia, Biopolítica e Religião”, coordenada pela professora doutora Aline Roes Dalmolin, que o discurso de Jair Bolsonaro além de estar inserido em um contexto regido pelas lógicas da midiatização, aproxima-se do que Foucault (1988, 2005) formulou sobre biopolítica. Ainda, em nosso caso específico, o discurso do deputado Bolsonaro é considerado de caráter odioso contra aqueles avaliados por ele como inferiores e ataca diretamente aspectos biológicos desses sujeitos, portanto, chamamos de discurso de ódio biopolítico, conceito ainda em desenvolvimento em nossas reflexões coletivas na linha de estudo mencionada.

Dito isso, antes de adentrarmos especificamente ao conteúdo deste subcapítulo, fazemos duas ressalvas. A primeira delas, diz respeito à opção feita em aprofundarmos o conceito de biopolítica basicamente em Michel Foucault. Segundo Bazzicalupo (2016, p. 12) é a partir de Foucault e nas suas interpretações que “[...] o conceito passa a ser utilizado para lançar luz sobre as formas de governo das vidas no âmbito econômico-político: multiplicam-se os estudos sobre o disciplinamento biopolítico produtivo do Estado [...] e nas sociedades de segurança e controle [...]”. Assim, nossa escolha dá-se, por sua vez, por dois motivos: por entendermos que o pesquisador francês é o ponto de partida em tal temática e também pelo motivo que nos parece mais adequado esse aprofundamento conforme nosso interesse de pesquisa, entretanto, sem eximir possíveis diálogos com outros teóricos sobre o assunto, como Pelbart (2009), que aparecerá no próximo item.

A segunda ressalva refere-se ao desenvolvimento do assunto no subcapítulo, pois, para chegar às concepções sobre a biopolítica, Foucault (2005) fez algumas constatações que vemos como necessárias serem resgatadas aqui em nossa pesquisa de forma a facilitar a leitura posterior do que entendemos por ódio biopolítico. Sendo assim, o autor afirma que para compreendermos essa tomada de poder sobre os seres humanos levando em consideração as suas características biológicas, temos que olhar para o que serviu de pano de fundo para essas análises, que é a teoria clássica da soberania, por onde iniciaremos de fato as nossas reflexões.

Na soberania, o direito de vida e de morte era um dos fundamentos dessa teoria, isso quer dizer que ao soberano era delegado esse direito. De acordo com Foucault (2005, p. 286), significa que o soberano “[...] pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político.”. O autor vai além e argumenta como essa questão aparentemente simples é, na verdade, paradoxal, visto que em relação ao poder, ao súdito não resta direito nem em vida, nem na morte. Logo, o paradoxo teórico reside no fato de que esse direito sobre o outro quem detém é o soberano e que a vida e a morte da população só serão consideradas como direitos por meio da vontade do soberano.

Destarte, esse paradoxo teórico é complementado por um desequilíbrio de ordem prática. Para isso, Foucault (2005, p. 286) reflete sobre o que “[...] quer dizer, de fato, direito de vida e de morte? Não, é claro, que o soberano pode fazer viver como pode fazer morrer. O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da

morte.”. Então, a partir do momento em que o soberano tem o direito de matar, ele exerce consequentemente o poder sobre a vida.

Dito isso, Foucault (2005, p. 287, grifos do autor) avalia que uma das transformações do século XIX relacionada ao direito político, consistiu em complementar o direito soberano com um direito novo “[...] ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer.”.

Entretanto, essas mudanças não ocorreram de forma súbita e, para visualizarmos como aconteceram, há que pensar que o problema da vida perpassa os mecanismos, as técnicas e as tecnologias de poder. Conforme o autor:

[...] é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho. Ela se instala já no final do século XVII e no decorrer do século XVIII. (FOUCAULT, 2005, p. 288).

Dessa maneira, até a segunda metade do século XVIII, eram aplicadas apenas técnicas disciplinares centradas no corpo. Posteriormente, no mesmo século, surge outra tecnologia de poder que, de forma alguma, exclui a disciplinar, todavia se agrega a ela. Para Foucault (2005, p. 289) “[...] essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica [...] a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie.”.

Isso quer dizer que a disciplina rege a multiplicidade dos corpos focada nos corpos individuais que devem ser treinados e vigiados e, quando necessário, punidos. Já a segunda tecnologia ressaltada por Foucault (2005) também é dirigida à multiplicidade dos seres humanos, contudo, não exatamente aos corpos individuais, mas agora a uma massa global afetada em questões que dizem respeito à vida, como o nascimento, a doença e a morte. Então, após a primeira tomada de poder sobre o corpo, surge uma nova tomada de poder, não mais individualizante, porém, massificante. Nas palavras de Foucault (2005, p. 189, grifos do autor) é um poder “[...] que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie.

Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, [...] uma ‘biopolítica’ da espécie humana.”. Assim, explica-se o nascimento da biopolítica.

Logo, essa nova tecnologia de poder está diretamente relacionada ao conjunto de processos inerentes à vida dos seres humanos, sendo que ela possui mecanismos que permitem controlar a proporção dos nascimentos e óbitos, bem como a taxa de fecundidade de uma população. Foucault (2005, p. 190) ressalta que “[...] os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica [...]” residem justamente nesses processos de natalidade, mortalidade e longevidade, em consonância com os problemas econômicos e políticos da segunda metade do século XVIII, ou seja, os problemas que estavam postos à população na época.

Sobre esse aspecto, trazendo para o âmbito da nossa pesquisa, podemos afirmar que, na atualidade, embora em contextos e em níveis distintos, esse controle sobre a vida ocorre também em conjunto com as problemáticas do nosso século. De forma mais específica, podemos relacionar a biopolítica com as crises recorrentes no cenário brasileiro, em que a ascensão da direita conservadora é visível com pautas no meio político e institucional que tendem a impedir que determinados setores da sociedade progridam ou mesmo deixando-os ainda mais à margem e até eliminando seu direito de viver.

Assim, retornando ao Foucault (2005), ao longo do século XVIII, percebeu-se a doença como um fenômeno de população, ou seja, não apenas como ocorria com as epidemias em que a vida era simplesmente abatida, mas, a doença era vista como um fenômeno que poderia enfraquecer e diminuir a vida, tornando a morte algo permanente. Segundo Foucault (2005), surge, então, uma medicina com a função de higienizar a população, sendo que a normalização desses saberes e a centralização das informações eram restritas ao setor médico, assim como os problemas relacionados à reprodução e à morbidade.

Outro campo de controle da biopolítica diz respeito ao conjunto de fenômenos universais e também acidentais, que acarretam a retirada ou incapacidade dos indivíduos de serem produtivos à sociedade. Os problemas relacionados à velhice, por exemplo, condizem com os fenômenos considerados universais; já os ditos acidentais, são as enfermidades e as anomalias. Nesse sentido, a biopolítica vai imergir não apenas com instituições de assistência, mas, mecanismos muito mais sutis, como os que eram ligados à Igreja, de acordo com Foucault (2005). Aqui, podemos relacionar as questões sobre sexualidade levantadas por setores católicos e evangélicos na Câmara dos Deputados a partir da composição de 2014, por

exemplo, em que tentam exercer o controle ao corpo da mulher para que sirva à procriação, assim como as pautas mobilizadas pela “bancada da Bíblia” na Câmara também concernem ao que consideram como a “família tradicional brasileira”, constituída sempre por um homem e uma mulher, sem que a diversidade seja aceita, isto é, relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

Ainda, as relações entre a espécie humana e seu meio de existência também fazem parte do domínio da biopolítica, sobretudo, os problemas desse meio que repercutem na população. Quanto a isso, entendendo que o meio não é um meio natural e que foi criado pela própria população, podem ser citados, especialmente, os problemas da cidade, os efeitos do meio geográfico, climático, hidrográfico e as epidemias ligadas à existência desses problemas. Em suma, Foucault (2005, p. 292) diz:

[...] lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder.

A partir disso, o autor traz à tona novos apontamentos e reflexões. Um deles é que antes apenas conhecíamos o indivíduo e a sociedade, já que as disciplinas estão relacionadas ao indivíduo e seu corpo. Com a nova tecnologia de poder as implicações não estão ligadas à sociedade, mas, a um novo corpo considerado múltiplo e bastante numerável, ou seja, a biopolítica está vinculada à noção de população. Para Foucault (2005, p. 292-293), essa tecnologia de poder “[...] lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento.”

Além da noção de população, Foucault (2005) vê como importante a natureza dos fenômenos considerados. O autor ressalta que são fenômenos coletivos e que surgem a partir de efeitos econômicos e políticos; se considerados individualmente, são eventuais, no entanto, no nível de massa, é possível estabelecer relações com um tempo de duração mais longo, já que também são fenômenos de série.

Logo, a biopolítica vai conduzir acontecimentos aleatórios que ocorrem em determinada população e em certo limite de tempo. A título de exemplo, podemos citar o genocídio da população negra ou mesmo o seu encarceramento. Segundo dados que podem

ser encontrados no Atlas da Violência 2018²³, a chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que a de um jovem branco. Além disso, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias no país. Os dados encontrados no Atlas também demonstram que em 2016 a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (40,2% contra 16%), sendo que em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu enquanto a taxa entre os não negros reduziu. Já a taxa de homicídio de mulheres negras é de 71% superior à de mulheres não negras.

Logo, no Brasil é constante depararmos-nos com notícias isoladas sobre a morte de pessoas negras, no entanto, se olharmos para elas como um fenômeno coletivo, em que, inclusive, as situações são semelhantes, como no assassinato recente de Marielle Franco²⁴ e anteriormente, o de Amarildo de Souza²⁵ e de Claudia Silva Ferreira²⁶ (CARTACAPITAL, 2018) ou ainda se levarmos em consideração que das pessoas que são presas no país, 64% são negras (RAMOS e LIMA, 2017), notamos, de forma explícita, a segregação racial aos moldes do que consideramos essa nova tecnologia de poder: a biopolítica distingue vidas que merecem serem vividas das que não merecem.

Ainda, há um terceiro ponto que Foucault (2005) considera importante, o qual diz respeito aos mecanismos e suas funções nessa biolítica que, por sua vez, são diferentes das funções que eram estabelecidas nos mecanismos disciplinares. Os mecanismos fixados pela nova tecnologia de poder vão abordar “[...] de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível [...] desses fenômenos no que eles têm de global.” (FOUCAULT, 2005, p. 293). Isso quer dizer que com a biopolítica estabeleceram-se mecanismos reguladores da população - como para baixar a natalidade - e manter certo equilíbrio na espécie, levando em conta a vida e os aspectos biológicos.

²³ Fonte:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>.

Acesso em: 22 nov. 2018.

²⁴ Socióloga com mestrado em Administração Pública, vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mulher negra da favela da Maré, assassinada em março de 2018.

²⁵ Pedreiro, homem negro, torturado e morto por um grupo de policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha em julho de 2013.

²⁶ Auxiliar de serviços gerais, mulher negra, em março de 2014 foi baleada, arrastada por uma viatura da Polícia Militar do Rio de Janeiro e morta.

A julgar o poder soberano, os mecanismos disciplinares, bem como a biopolítica e os mecanismos de regulação da vida, podemos sintetizar, nas palavras do autor, o que abordamos sobre os assuntos.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 294, grifos do autor).

Dessa maneira, em consonância com o autor, podemos dizer que com a biopolítica é cada vez mais intensificado o direito de intervir no modo de viver da população. Com essa nova tecnologia, o poder que faz viver tem na morte a extremidade do seu poder, já que é ele que deixa a população morrer para que da mesma forma faça a população viver. No entanto, esse poder, vale dizer, tem domínio não sobre a morte especificamente, mas sobre a mortalidade, pois, de forma mais radical, pode-se afirmar que é na morte que o indivíduo estaria desligado de qualquer poder. Já na soberania, a morte era o absoluto triunfo do poder soberano, a exemplo das guerras, em que o Estado matava ao mesmo tempo em que protegia os seus súditos dos inimigos.

Então, desde o fim do século XVIII, temos uma tecnologia disciplinar do corpo e outra tecnologia regulamentadora da vida, que se conjugam ao invés de excluírem-se, tendo como ápice, o nazismo. “Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista [...]”, ressalta Foucault (2005, p. 309), referindo-se a como “[...] os Estados mais assassinos são, ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas [...]”, devido às questões de cunho biológico, relacionadas à procriação, à hereditariedade, às doenças e aos acidentes - levando em consideração a forma que o regime incidia nessas problemáticas tanto por meio da tecnologia disciplinar como da biopolítica.

Assim sendo, a técnica disciplinar é centrada no corpo com o intuito de tornar os indivíduos úteis e dóceis; já a biopolítica, está centrada na regulamentação da vida, tendo como objetivo controlar a população contra os perigos biológicos da população – a despeito do genocídio e encarceramento da população negra. Vale inferir que essa nova tecnologia não surge aleatoriamente, ela surge quando o poder disciplinador torna-se inoperante dentro do

sistema político e econômico de uma sociedade que se expandia demograficamente devido à industrialização da época, isto é, em consonância com as adversidades sociais emergentes ao longo do tempo.

Dito isso, Foucault (2005) introduz um novo elemento na discussão, a norma, pois ela é que circula entre a disciplina dos corpos e a regulamentação da vida, ou seja, aplica-se tanto ao corpo como também à população. Temos, então, a sociedade de normalização, em que há um poder que se encarregou da vida em geral, o biopoder, que tem o poder de matar para que a vida prevaleça.

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 2005, p. 304).

O próprio pesquisador francês responde que esse poder tem competência por meio do racismo evolucionista e biológico, elemento fundamental do biopoder. No domínio da vida que o poder exerce, é o racismo que separa quem deve viver e, contrariamente, aqueles que devem morrer levando em consideração a perpetuação da espécie humana por raças que são consideradas superiores. É função do racismo, então, fragmentar a população conforme suas características biológicas para que o poder trate essa população como uma mistura de raças e, assim, fazendo distinção entre elas, decida que setores podem morrer para outros viverem.

Se uma das funções do racismo é fragmentar a população, a outra é permitir a sua atuação positiva. Basicamente, Foucault (2005) ressalta que essa função é a relação do guerreiro com seu inimigo em funcionamento, isto é, o racismo traz a perspectiva de que quanto mais raças consideradas inferiores morrerem, mais as superiores viverão, logo, para viver é preciso fazer morrer. Ao afirmar que para viver é preciso eliminar o outro, dentro do exercício do biopoder, é o racismo que vai permitir uma relação que não é militar, mas direcionada aos aspectos biológicos: “[...] ‘quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, [...] mais poderei proliferar?’.” (FOUCAULT, 2005, p. 305, grifos do autor).

Destarte, a eliminação da raça inferior, ressaltando os aspectos estritamente biológicos daqueles que são considerados anormais, degenerados ou fora do padrão aceitável, é a segurança da raça superior de que a vida seguirá dentro dos padrões da normalidade. Logo, não há uma relação política, de acordo com Foucault (2005), pois os considerados inimigos não são adversários políticos, mas perigos à população. Assim, no sistema de biopoder, o imperativo da morte não está ligado à vitória política perante seus adversários, mas na eliminação do outro que é considerado um perigo biológico, sendo que essa condição é aceitável na lógica da sociedade de normalização diante do acionamento do racismo evolucionista.

Dito isso, em suma, propomos em conjunto com o grupo da linha de estudo “Mídia, Biopolítica e Religião”, o conceito de ódio biopolítico como aquele que é disseminado por uma raça que se considera superior, manifestado em decorrência de características biológicas dos indivíduos, ou seja, reduzindo-o a sua cor da pele, a sua etnia, ao seu gênero ou a sua orientação sexual, sem que a diferença seja aceita. Esse ódio é disseminado ao ponto de expor esses setores da população à violência não só simbólica como também física.

Sobre isso, é essencial frisarmos que na nossa pesquisa, especialmente no que tange ao discurso de ódio biopolítico, compreendemos, assim como Foucault (2005, p. 306), que tirar a vida não é “[...] simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”. O autor refere-se, então, ao próprio discurso de poder exercido por alguns em detrimento de outros, isto é, discursivamente tem-se ao menos a intenção de matar ou rejeitar os degenerados que devem morrer - algo dito com certa frequência nas redes sociais digitais, sobremaneira, nos últimos anos. Ainda, há outra especificidade sobre o discurso de ódio de caráter biopolítico - ao qual temos nos ancorado - em detrimento de apenas a nomenclatura de discurso de ódio.

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros e o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. Vocês estão vendo que aí estamos, no fundo, muito longe de um racismo que seria, simples e tradicionalmente, desprezo ou ódio das raças umas pelas outras. (FOUCAULT, 2005, p. 308).

Dessa maneira, ao adotarmos a perspectiva do autor sobre o conceito de biopolítica, preferimos e referendamos o conceito de ódio biopolítico, pois entendemos que o que

investigamos na nossa pesquisa está alinhado muito mais aos aspectos biológicos de uma população do que certo desprezo por uma raça. O ódio de caráter biológico diz respeito à eliminação do outro - ou mesmo a discursivização disso – para que se tenha uma raça mais pura, logo, quanto mais pessoas morrerem, mais forte será essa raça.

Essa conceituação nos dá base para compreendermos, no contexto da midiatização, os discursos de ódio proliferados e que seguem adiante em fluxos de circulação, especialmente, nas redes sociais digitais. Conforme vimos, Braga (2012) ratifica que devemos estar atentos aos fluxos que os receptores passam adiante no processo comunicacional e que dentre as diferentes maneiras que isso ocorre, a circulação de sentidos nas redes sociais é uma delas. Por isso, o próximo item dedica-se a refletir sobre o discurso de ódio biopolítico repercutido nas redes sociais.

2.2.1 Discurso de ódio biopolítico nas redes sociais

O cenário da midiatização está intrinsicamente ligado à transformação capitalista em curso, levando em consideração que as práticas de midiatização estão impregnadas de muitas práticas sociais. No que tange ao Brasil, podemos perceber isso de forma evidente não só com a falência das instituições ocorrida em nível global, mas com a retirada de direitos conquistados historicamente, constantes crises políticas e a efervescência conservadora ecoada nas redes sociais digitais.

Não é incomum encontrarmos nas redes discursos de ódio que atacam aspectos biológicos das pessoas que contrariam politicamente determinada opinião, por exemplo. A atuação do ódio biopolítico é notória na circulação de sentidos nas redes sociais ao reduzirem qualquer debate não só às questões de gênero, etnia, cor da pele, práticas sexuais, mas a própria eliminação do debate por meio do silenciamento e do discurso de eliminação do outro que não está dentro dos padrões considerados aceitáveis. Embora longe das redes, há três décadas, Foucault (1988) já refletia sobre a exposição à morte de setores considerados inferiores por quem se julga superior.

A situação atômica se encontra hoje no ponto de chegada desse processo: o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir à outra sua permanência em vida. O princípio “poder matar para poder viver”, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica –, de uma população. (FOUCAULT, 1988, p. 129, grifos do autor).

Nos mesmos moldes de poder descritos pelo autor, percebemos o discurso de ódio biopolítico proferido nas redes, já que há uma constante tentativa de controle dos corpos por parte daqueles que se dizem superiores. Ainda, quando no discurso pautam a eliminação física dos que possuem maneiras de viver diferentes das suas, o fazem em nome da defesa da vida. Pelbart (2009) elucida a questão afirmando que antes era defendida a soberania do Estado, agora a tentativa é de sobrevivência de uma população a partir de características biológicas, isto é, trata-se de eliminar os perigos em relação à população e para a população.

Esse poder biopolítico, manifestado pelo discurso de ódio de caráter biológico, funciona como um prolongamento da política. Na cena brasileira dos últimos anos, há um crescente conservadorismo influenciado por setores de direita que viram nas redes sociais um espaço de disputa de sentidos. Para elucidar a questão, citamos dois trabalhos qualificados no que diz respeito ao conceito de ódio biopolítico e a sua aplicabilidade no caso Marielli Franco.

No primeiro deles, Schirmer e Dalmolin (2017) problematizam o conceito de ódio biopolítico com o intuito não apenas de trazer leituras sobre os casos de discursos odiosos nas redes sociais, mas para entender a complexidade da circulação desses discursos em rede no contexto atual. No estudo, as autoras trabalham com discursos intolerantes proferidos contra minorias sociais, objetivando identificar de que forma o ódio biopolítico insere-se nesses discursos.

O outro trabalho, também de autoria de Schirmer e Dalmolin (2018), parte da mesma lógica do anterior. Ao tomar como objeto os discursos de ódio biopolítico disseminados contra Marielle Franco nas redes após sua morte, as pesquisadoras observam que os discursos têm como propósito desacreditar a reputação da vereadora. Schirmer e Dalmolin (2018) concluem que nas redes há uma tentativa de apagamento do caráter político do assassinato de Marielle e que, portanto, a vereadora sofre uma segunda morte.

No lócus de nossa pesquisa, situada no ano de 2017 e de 2018, é comum depararmos com comentadores online que em seus discursos pedem a eliminação dos “porcos comunistas” em favor dos “cidadãos de bem”, para citar um exemplo. Em decorrência do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o nome de Jair Messias Bolsonaro tem obtido certo destaque dentre os mobilizadores do discurso de ódio biopolítico. Esse é o assunto do próximo item da dissertação.

2.2.2 Jair Bolsonaro e o discurso de ódio biopolítico

Jair Messias Bolsonaro é militar da reserva e está em seu sétimo mandato como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. No pleito de 2018, foi eleito presidente do Brasil, atuando no PSL, seu oitavo partido político. Ao longo de aproximadamente 30 anos de carreira política, Bolsonaro tornou-se conhecido, nos últimos anos, por suas declarações conservadoras, pela defesa do que ele considera “cidadão de bem” e da “família tradicional brasileira”, contra os “esquerdistas” e “defensores dos direitos humanos” e mais recentemente por comentários favoráveis à ditadura civil-militar na ocorrência do *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff.

Juntamente com Jair Bolsonaro, o seu filho Eduardo Bolsonaro (PSL) e o pastor Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), são alguns dos nomes que compõem a Câmara de 2014, a mais conservadora desde o período da redemocratização, no ano de 1985, conforme aponta Queiroz (2014), a partir do levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Conhecidos como Bancada BBB, da bíblia, boi e bala, em referência à quantidade de religiosos, militares e ruralistas eleitos, esta ala é responsável, sobremaneira, por projetos de leis que restringem os direitos à emancipação da mulher e do movimento LGBTQ+; que favorecem a indústria de armas assim como os grandes latifundiários; além de serem defensores da reforma trabalhista e da previdência, pautadas pelo presidente Michel Temer, que retiram direitos conquistados historicamente pela população brasileira. Já no pleito de 2018, o PSL elegeu a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados.

Para termos uma ideia, dentre as pautas mobilizadas por Jair Bolsonaro está a proibição da distribuição nas escolas públicas de cartilhas sobre gênero e sexualidade (chamadas pelo deputado de “kit gay”, pois fariam apologia à homossexualidade), além da castração química de condenados por estupro como condição de reintegração à vida social. Bolsonaro também é conhecido midiaticamente por seus discursos machistas, como quando disse a deputada Maria do Rosário (PT) que não a “estupraria” porque ela “não merecia” (FALCÃO e GUERREIRO, 2014) ou ao criticar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), chamado pelo parlamentar de “Exame Nacional do Ensino Marxista” e que faria parte da “doutrinação imposta pelo PT” (LADEIRA, 2015), por abordar igualdade de gênero na prova aplicada no ano de 2015.

Mesmo com essas declarações ofensivas, Jair Bolsonaro conquistou muitos seguidores. Não por menos, a página do deputado carioca no Facebook cresceu 38% no primeiro trimestre de 2016, ultrapassando em números absolutos²⁷ a página da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e tendo o ápice de curtidas após divulgar vídeos de sua participação nas manifestações a favor do *impeachment* (FERRARI e CAPELO, 2016). Atualmente, a página do parlamentar e presidente eleito no pleito de 2018, conta com 8.839.123 curtidas²⁸, o dobro do que apresentava ao final do ano de 2017.

Dito isso, adentramos em nosso foco de estudo, que é o voto de Jair Bolsonaro no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. No dia 17 de abril de 2016, com o posicionamento dos 513 parlamentares, Dilma foi afastada do seu cargo com 367 votos a favor, 137 contra, sete abstenções e duas ausências (PORTAL PLANALTO, 2016). Durante o pronunciamento dos deputados, para justificar o voto sobre o crime de responsabilidade fiscal que embasou o pedido de *impeachment*, um dos casos mais polêmico e destoante foi o do parlamentar Jair Bolsonaro (2016), que em seu um minuto de fala, afirmou:

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por deus acima de todos, o meu voto é sim.

Embora não seja a nossa intenção de pesquisa, cabem alguns movimentos de interpretação do voto de Jair Bolsonaro em sua totalidade. Primeiramente, observamos que o deputado federal aciona a noção de temporalidade ao resgatar o passado por meio do ano inicial da ditadura civil-militar brasileira (1964) e o tempo presente por intermédio do *impeachment* de 2016. Podemos dizer também que esse passado é resgatado quando Bolsonaro cita o coronel Ustra, do mesmo modo, o tempo presente está alocado nas outras referências no restante da sua fala. Além do mais, Ustra foi julgado no passado enquanto Dilma estava sendo julgada no presente.

Outro ponto interessante, diz respeito à relação de oposição verificada quando Jair Bolsonaro afirma que “perderam em 64, perderam agora em 2016”. Se alguém perdeu, quer

²⁷ Nos três primeiros meses de 2016, Dilma atingiu o número total de 2.734.909 seguidores em seu perfil oficial no Facebook. Bolsonaro, por sua vez, obteve o número total de 2.747.762 seguidores em seu perfil oficial no Facebook no mesmo período.

²⁸ Fonte: Facebook. Acesso em: 29 nov. 2018.

dizer que outros venceram. Os vencedores são os defensores da ditadura civil-militar e os favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff, já os vencidos são os “comunistas” de 2016 e os “comunistas” de 1964. Além disso, há oposição entre Ustra e Dilma. Ustra representa os defensores da ditadura e Dilma, por sua vez, os “comunistas”.

Ainda, o voto de Jair Bolsonaro no *impeachment*, revela o *slogan* da campanha do mesmo em 2018, na eleição presidencial. “Por um Brasil acima de tudo e por deus acima de todos” foi constantemente pronunciado e utilizado por ele e pelos seus eleitores, inserido no imaginário social desde, pelo menos, a votação do *impeachment* na Câmara.

Cabe dizer também que o voto contempla muitas das pautas defendidas por Bolsonaro no pleito presidencial de 2018. A frase “pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve” ensaia a única concepção de família aceita por Jair Bolsonaro e seus seguidores, composta por um homem e uma mulher; demonstra a contrariedade à educação sexual nas escolas realizada por intermédio de cartilhas distribuídas gratuitamente pelo governo, mas que são chamadas por Bolsonaro de “kit gay” e que, portanto, o PT estaria implantando uma “ideologia de gênero”; assim, evidencia também a defesa do projeto “Escola Sem Partido”, que limita e criminaliza a atuação de professores, além de desfavorecer o criticismo e a reflexão. Na sequência da frase, sinaliza ser “contra o comunismo” e “contra o Foro de São Paulo” (que por ser um encontro de organizações e movimentos de esquerda, é considerado por Bolsonaro como comunista e, portanto, não deve existir), além de fazer referências aos militares e à defesa da ditadura civil-militar.

Assim, no que tange à referência sobre a ditadura, observamos que posteriormente à homenagem feita pelo deputado ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com um pedido de cassação do mandato e de abertura de um processo penal contra Jair Bolsonaro (SOUZA, 2016). O pedido foi justificado por entender que, em sua fala, o parlamentar fez apologia ao crime – citando, inclusive, um torturador já reconhecido – e violou os direitos humanos.

Vale dizer que, tanto no voto de Jair Bolsonaro como na circulação do mesmo entre os seus seguidores na rede social Facebook, o que impera é o ódio biopolítico contra determinados setores da sociedade, considerados por eles como indignos, inclusive, para viver. Nesse processo comunicacional, podemos perceber que por meio do discurso de ódio biopolítico a memória da ditadura civil-militar é atualizada em acontecimento pelos sentidos do intradiscurso. Esse acontecimento é o próprio voto de Jair Bolsonaro no *impeachment*. Sobre isso, falaremos no próximo capítulo da dissertação.

3 A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR E SUA ATUALIZAÇÃO EM ACONTECIMENTO

Outros pensaram essas coisas, em tempos difíceis antes deste, e estavam sempre certos, conseguiram sair de uma maneira ou de outra, e não durou para sempre. Embora para eles tenha durado todo o para sempre que tinham.

(O conto da aia – Margaret Atwood)

No capítulo em questão, dissertaremos sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira e como ela pode atualizar-se, por meio dos sentidos em circulação, em um acontecimento específico, que é o voto de Jair Bolsonaro na abertura do processo de impedimento contra a presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, dividimos o capítulo em cinco subcapítulos.

No primeiro deles, expomos breves considerações sobre o conceito de memória ao qual nos ancoramos, além de explicações pontuais sobre outro conceito norteador da pesquisa, o de discurso. A partir desses conceitos e, essencialmente, da relação entre os dois, adentramos no interdiscurso ou a constituição de sentidos e também no intradiscurso ou a formulação de sentidos. Sendo assim, em relação à memória, destacamos os estudos de Pollak (1989, 1992) e Berger (2011). No que tange ao discurso, nos ancoramos em Pêcheux (1988), Indursky (1997, 2003) e Orlandi (2009). Já para o entendimento do interdiscurso e do intradiscurso, ressaltamos a abordagem de Orlandi (2009).

No segundo subcapítulo, adentramos no aporte teórico utilizado sobre o conceito de acontecimento, considerado orientador da nossa pesquisa. Para melhor compreensão dos acontecimentos, dividimos esse subcapítulo em duas partes. A primeira delas versa sobre o acontecimento experienciado e é fundamentado nas reflexões de Quéré (2005), França (2012a, 2012b) e França e Lopes (2016). Na segunda parte, trazemos apontamentos sobre o acontecimento jornalístico com Pontes e Silva (2010), já sobre os novos atributos dos acontecimentos nas redes nos ancoramos em Henn (2011).

No terceiro subcapítulo, debatemos a ditadura civil-militar como um macroacontecimento, a memória traumática e os discursos em oposição, principalmente a partir de Berger (2008, 2011) e acrescentadas às devidas reflexões de Gonçalves (2016).

Posteriormente, no subcapítulo de número quatro, consideramos o *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff como um acontecimento, resgatando algumas concepções de Rodrigues (1993), além das considerações de Tavares, Berger e Vaz (2016).

Por fim, destacamos a dupla dimensão do “voto de Jair Bolsonaro”, conforme estudos de Quéré (2012) e França e Lopes (2016) sobre a vida dupla do acontecimento. Além de considerações sobre a potencialidade do voto como acontecimento.

3.1 MEMÓRIA, DISCURSO, INTERDISCURSO E INTRADISCURSO

Com base na perspectiva que adotamos sobre o conceito de acontecimento – falaremos sobre isso no próximo subcapítulo -, compreendemos que quando algo acontece no mundo, afeta alguém, determinados setores ou mesmo a sociedade em si. Logo, ao acontecer a alguém, o retorno a essa experiência ocorre por meio da memória.

Assim sendo, para Pollak (1992), a memória é constituída por acontecimentos. O autor salienta que os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são os acontecimentos vividos pessoalmente ou então os acontecimentos vividos por tabela, sendo que os últimos foram vivenciados pela coletividade e não necessariamente pelo indivíduo em questão, ou seja, pelo grupo que ele pertence na sociedade.

Contudo, Pollak (1989) lembra que a memória coletiva não é um consenso, há aí uma disputa de sentidos ao invés de uma visão unificada e compartilhada por todos os indivíduos sociais. Desse modo, podem existir diversas interpretações do passado que são construídas por intermédio de procedimentos narrativos no presente e é no presente o tempo em que essas memórias são reavivadas (BERGER, 2011).

No decorrer da pesquisa, percebemos que a memória é constantemente atualizada no discurso por meio de novos ou velhos sentidos em circulação. Nesse momento, tornou-se evidente a necessidade de compreendermos o discurso, portanto, nos inserimos no campo de estudos da Análise de Discurso. Entretanto, cabe frisar, que utilizamos essa perspectiva teórico-metodológica não com intuito determinante e condutor para a pesquisa, mas, de forma livre, percorrendo os caminhos referidos pelo objeto estudado e, sobremaneira, pelo modo como a AD percebe a relação entre a memória e o discurso. Vale dizer, ainda, que para essa forma analítica, a memória é inferida como um tecido social constituída de sentidos, corroborando com as exposições dos autores citados anteriormente.

Dito isso, a função da AD é buscar o entendimento do trabalho simbólico do discurso, como parte do trabalho social geral, constitutivo da humanidade e da sua história (ORLANDI, 2009). Esse tipo de análise, embasada no conceito de discurso como efeitos de sentidos entre locutores, também é discutido por Pêcheux (1988). O autor ressalta que o dizer de um sujeito está interligado à ideologia e ao seu inconsciente, portanto, ao produzir um discurso, o sujeito insere-se em domínios de saber, que organizam o seu discurso como tal em detrimento de outro, sem que ele mesmo perceba. Indursky (1997, p. 27-28, grifos da autora), por sua vez, destaca que

[...] a categoria de *sujeito* não é idealista por ser interpelada ideologicamente [...] e o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente construído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições.

Em outras palavras, isso quer dizer que o discurso de um sujeito faz parte de já-ditos em outros discursos, mas, para ele, o que foi dito aparenta certa originalidade. Ainda, Indursky (2003, p. 102) salienta que “[...] um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relações com outros discursos, no interior de domínios de saber, as Formações Discursivas (FD).” Assim, é no discurso, conforme Orlandi (2009), que se pode perceber a relação entre a língua e a ideologia e entender a atuação desta na produção e na circulação de sentidos na sociedade.

Desse modo, para a abrangência da dissertação, nos interessamos na relação da memória com o discurso, que na perspectiva teórico-metodológica que apontamos, ela é vista como o interdiscurso. “Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível [...]” (ORLANDI, 2009, p. 31).

Portanto, é esse já-dito que ampara a possibilidade do sujeito dizer algo. Logo, de acordo com Orlandi (2009, p. 32), “[...] há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação.” O sujeito, ratifica Indursky (1997, p. 196), “[...] ao construir seu discurso, incorpora enunciados preconstituídos que, uma vez inseridos no intradiscurso, provocam o esquecimento de sua incorporação e produzem o efeito de ali se

originarem.”. Assim, em concordância com as autoras, podemos inferir que a constituição determina a formulação de sentidos, pois só podemos formular a partir do que já foi constituído. Dito de outra forma, os sentidos circulam em torno da memória atualizada.

A seguir, abordaremos os caminhos seguidos para a constituição dos acontecimentos. Partimos de uma leitura mais ampla sobre o conceito de acontecimento para, posteriormente, adentrarmos no que consideramos acontecimento experienciado e acontecimento jornalístico.

3.2 CAMINHOS E DEFINIÇÕES PARA A LEITURA DO ACONTECIMENTO

O conceito de acontecimento perpassa diferentes campos, os quais lhe atribuem certa significância e importância, em graus distintos, relacionados aos seus aspectos mais visíveis ou mesmo aqueles que necessitam certo aprofundamento. Nesse sentido, França (2012a, p. 19) assinala a riqueza desse conceito: “[...] a pauta de acontecimentos de uma sociedade – daquelas ocorrências que explodem, congregam, fazem falar – nos fornece o seu retrato. Ela nos diz dessa sociedade naquele momento; do seu conjunto de valores, da maneira como vive, exprime e cobra o cumprimento desses valores.”.

Assim, a noção de acontecimento é trabalhada na história a partir da construção de narrativas sobre acontecimentos marcantes ao longo dos séculos, por exemplo, o Holocausto e a eleição da primeira presidenta mulher no Brasil. Cabe dizer, com devidas ressalvas, já que as narrações dos acontecimentos históricos também estão em constante disputa.

Na comunicação, esse conceito é extensamente abordado em várias angulações possíveis. De forma mais específica, dentro do jornalismo, tem-se, como prática cotidiana, identificar os acontecimentos que são considerados relevantes para, então, narrá-los midiaticamente. Se por um lado, é o jornalismo que define o que merece ou não ser noticiado – resguardando tanto as condições de produção como a visão de mundo de cada empresa de comunicação -, por outro lado, um acontecimento pode ser considerado como aquilo que foi construído pela mídia e que sem ela, não existiria.

Sendo assim, Berger e Tavares (2010, p. 122) percebem a existência do que eles consideram acontecimento experienciado no cotidiano e acontecimento jornalístico.

O primeiro, pensado pela História, a Filosofia e as Ciências Humanas, tem sido objeto de estudo e investigação, tangenciando reflexões que perpassam uma relação com o tempo, objetivo e/ou (inter)subjetivo. Corresponde à emergência e às afetações do acontecimento na realidade tangível e em suas reverberações cognitivas. Já o segundo, localiza-se principalmente nas reflexões dos estudos de

jornalismo, ou em textos em que o acontecimento midiático ilustra a natureza da sociedade contemporânea. Diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento.

Ainda, os pesquisadores ressaltam a impossibilidade de separar de forma rigorosa esses dois tipos de acontecimento. Para Berger e Tavares (2010, p. 122), essa separação também seria equivocada, “[...] pois é do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico e esse intervém na percepção daquele.”.

Dito isso, que os estudos sobre acontecimento partem de diferentes correntes e áreas que trabalham com o termo e da incoerência em separar rigorosamente os tipos de acontecimento, refletiremos, no próximo item, sobre o acontecimento experienciado e, posteriormente, sobre o acontecimento jornalístico.

3.2.1 Acontecimento experienciado

Para França e Lopes (2016) o acontecimento pode ser entendido como um objeto da linguagem e do pensamento humano. De acordo com França (2012b, p. 41), essa abordagem, em geral, explica o acontecimento como uma construção dos dispositivos midiáticos e limita-se ao atribuir todo o poder à mídia: “[...] ela vai tratar, apreender e explicar o acontecimento enquanto construção midiática.”.

Desse modo, compreendemos a importância de estudos que visualizam a dimensão simbólica do acontecimento, pois são necessários e auxiliares na compreensão de questões de interesse público. Entretanto, temos também que levar em consideração as dinâmicas de produção do acontecimento e os seus aspectos da dimensão existencial.

Inicialmente é importante lembrar que um acontecimento acontece a alguém; ele não é independente nem autoexplicativo, não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito – uma pessoa, uma coletividade. O acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados. Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. (FRANÇA, 2012a, p. 13).

Assim, como ponto de partida, compreendemos que o acontecimento não é somente o que ocorre, mas, conforme Quéré (2005, p. 61), é da ordem “[...] do que acontece a alguém”. Logo, ao afetar a sociedade é que ele se torna. Essa afetação que ele causa nas pessoas,

inerente a constituição do acontecimento como tal, provoca reações contribuindo também para que o acontecimento torne-se. Além do mais, podemos dizer que com o acontecimento há um “[...] campo de possíveis daqueles que atinge. Abre um horizonte de sentido, em particular introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro [...] o acontecimento não se produz somente no tempo: dá também ‘tempo a ver’.” (QUÉRÉ, 2005, p. 69, grifos do autor).

Outra reflexão interessante, a partir do viés de Quéré (2005, p. 61), relaciona-se ao seu aspecto de ruptura, já que o acontecimento “[...] introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade.” Isso quer dizer que mesmo quando os acontecimentos são de certa forma esperados, a sua ocorrência, de acordo com o autor, faz com que apareça algo de novo. França (2012b, p. 47), por sua vez, ressalta que ao “[...] desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis.” Em outras palavras, ao acontecer no tempo presente e, de certa forma, desorganizar esse tempo, o acontecimento abre sinalizações para outras temporalidades:

[...] reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível. (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Inspirado em George Herbert Mead, Quéré (2005) salienta que esse é um movimento paradoxal, já que tanto o contexto como o passado não eram ligados ao acontecimento até ele acontecer. Assim sendo, a continuidade advinda de um passado do acontecimento ou em relação ao seu próprio contexto de inserção, não existia até o acontecimento produzir-se como tal. Conforme Quéré (2005, p. 61-62), a mesma leitura vale para a relação de descontinuidade explicitada anteriormente, pois “[...] é preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que lhe possa associar um passado e um futuro [...]”.

Esse passado e esse futuro surgem, justamente, devido ao acontecimento. Dessa maneira, Quéré (2005, p. 62) resgata em explicações de Mead que “[...] na experiência de tal acontecimento, o que surgiu foi totalmente descontínuo relativamente ao que precedeu. Mas, uma vez que o acontecimento se deu, podemos reduzir essa descontinuidade invocando os

sinais precursores [...]”. Aí está o terceiro aspecto do acontecimento que consideramos relevante para a nossa pesquisa.

Desse modo, no momento, destacamos três características do conceito de acontecimento que definem nossos passos: o fato de que um acontecimento está inserido no âmbito da experiência humana, seja de forma direta ou por tabela; de que o acontecimento provoca rupturas no tempo presente; e suscita sentidos na busca de respostas relacionadas ao passado e ao futuro.

Assim sendo, direcionando nosso olhar para o voto de Jair Bolsonaro e para o próprio *impeachment* como acontecimentos, podemos refletir, conforme destaca Quéré (2005), sobre os sinais antecessores ao acontecimento e sobre o passado trazido à tona na circulação de sentidos. Percebemos aqui, um contexto de sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira, período que conceituaremos como um macroacontecimento. Antes, refletiremos sobre algumas questões relacionadas ao acontecimento jornalístico.

3.2.2 Acontecimento jornalístico

Partimos do princípio de que o jornalismo transforma os acontecimentos em notícias ou em outros textos midiáticos a partir de certos critérios do campo profissional. Ainda, pode-se dizer que a noção de acontecimento dentro do jornalismo está ligada aos fatos que são reais, ou seja, não são fictícios. Logo, o jornalismo assume uma posição de mediador entre a realidade e a sociedade, sendo que cabe ao mesmo representar os acontecimentos.

Isso quer dizer que o jornalismo tem como função trazer um acontecimento que lhe é exterior para dentro de seu contexto de produção, sendo que a pertinência dos fatos tem a ver com a importância que eles têm para o público. Pontes e Silva (2010, p. 52) corroboram com essa visão e sublinham que o “[...] jornalismo mostra-se como o próprio lugar em que o acontecimento transforma-se em texto. Um texto que se julga constantemente transparente, submetido a uma ética que lhe seria inerente.”²⁹

Entretanto, na sociedade em midiatização e em tempos de aceleração do uso da internet e dispositivos móveis, o jornalismo, não estando alheio a esse contexto, também utiliza as ferramentas da ambiência digital. Nesse cenário, surgem também novos atributos dos acontecimentos.

²⁹ Deve-se considerar que esses apontamentos partem de um plano ideal do que deveria ser o jornalismo e de como o campo deveria lidar com os acontecimentos. No plano prático, embora não se negue a existência deste fazer jornalístico, há outras relações que afetam a prática profissional - a questão econômica é um delas.

Com a explosão das redes sociais é possível pensar em um acontecimento que já contenha a textura da rede. Entende-se que já há uma gama de acontecimentos que têm a sua força de agendamento vinculada às novas formas de produção e consumo de noticiário. [...] Em tempos de transformações tecnológicas, com *web*, telefone móvel, captação e transmissão disseminada das imagens e dos sons, o acontecimento parece sofrer profundas metamorfoses e concentra em si novos problemas (HENN, 2011, p. 86, grifos do autor).

A partir da reflexão do autor e dos questionamentos que o mesmo traz, podemos inferir que um dos problemas do acontecimento dentro dessa lógica em rede é entender a produção de algo que já nasce digitalizado, isto é, se produz já na interioridade do meio e não em um contexto exterior ao da produção.

Por fim, cabe dizer que o acontecimento jornalístico apropria-se e é apropriado por essas lógicas tecnológicas, com inúmeras plataformas em rede que aceleram, inclusive, a produção de sentidos em torno dos acontecimentos assim como a circulação de sentidos na ambiência digital. No próximo subcapítulo, seguindo as denominações sobre acontecimento, falaremos sobre a ditadura civil-militar e a sua dimensão macro do acontecimento.

3.3 A DITADURA CIVIL-MILITAR COMO MACROACONTECIMENTO

No dia 1º de abril de 1964, o então presidente do Brasil João Goulart, democraticamente eleito, foi deposto do seu cargo. Semanas antes, ele havia realizado o Comício da Central, no Rio de Janeiro, com o intuito de avançar nas chamadas Reformas de Base³⁰, nas quais constava a limitação de remessas lucrativas para o exterior entre outras pautas na agenda nacional. Com a aprovação das reformas, o país distanciar-se-ia de um modelo econômico pautado pelo capital internacional, especialmente pelos Estados Unidos. Vale ressaltar que, para Melo (2014, p. 26), o Comício pelas Reformas de Base é visto como um “[...] momento-chave para a definição da correlação de forças [...]”, ainda mais no contexto de crise³¹ tanto política quanto econômica que o Brasil vivenciava.

³⁰ As Reformas de Base consistiam em um conjunto de iniciativas que indicavam reformas estruturais no setor educacional, fiscal, político, urbano e agrário. Segundo Melo (2014), João Goulart e seus aliados pretendiam realizar uma série de comícios nas principais capitais brasileiras (sendo o primeiro no Rio de Janeiro) com o intuito de pressionar o Congresso Nacional à aprovação dessas reformas.

³¹ Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, João Goulart (vice-presidente) assumiu o cargo e desde o início deparou-se com frequentes crises políticas. Para citar um exemplo, em uma tentativa de golpe dos ministros militares, o Congresso Nacional aprovou o parlamentarismo, sistema que limita os poderes do presidente. Do ponto de vista da economia, o modelo de desenvolvimento acelerado implantado na década anterior estava em constante declínio (MELO, 2014).

Embora sem cunho anticapitalista, conforme o próprio João Goulart afirmou diversas vezes, as reformas estruturais propostas – sobretudo a agrária – e o retorno do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à legalidade desagradaram os setores conservadores que, em reação, organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em defesa da moral cristã, da propriedade privada e contra o comunismo (associado ao governo de Goulart), muitas pessoas saíram às ruas nas maiores cidades brasileiras, endossando o discurso promovido por parte do clero, do empresariado e por políticos aliados a ambos.

Esse discurso, afirma Mariani (1998), também fazia parte do universo midiático. Ela percorreu as páginas da mídia impressa dos anos de 1910 até o final da década de 1980 e corrobora que em 1964 os jornais alertavam para a “ameaça comunista”, o “perigo vermelho”, o “aparelho subversivo”, entre outros termos destacados pela pesquisadora.

A partir desse imaginário construído, o discurso jornalístico reforçava certo temor ao comunismo e sobremaneira ao possível golpe comunista por parte de João Goulart, que por sua vez, só poderia ser impedido pelas forças armadas. Desse modo, na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964, os militares destituíram o presidente e com a contribuição dos setores conservadores da sociedade mantiveram-se no poder, arbitrariamente, por duas décadas - período que conhecemos como a ditadura civil-militar brasileira.

A ditadura civil-militar no país teve como característica a extensão do poder para várias dimensões da vida. Berger (2008) afirma que nesse período a vigilância era constante não só nas ruas e nas escolas, mas, inclusive, no pensamento e no corpo. Além do mais, a autora destaca que não existia possibilidade de oposição à ditadura, já que em situações como essa, de regimes autoritários, não há brecha para adversários. Quem não concorda é inimigo do regime e, portanto, deve ser calado. Para garantir o que entendiam por lei e ordem, os militares utilizavam desde a prisão, comumente conhecida, até métodos como perseguição, censura, tortura e morte daqueles que eram considerados subversivos.

Não por menos, “[...] esse é um tempo impregnado de medo, de portas fechadas, de gritos e mentiras, de histórias individuais marcadas pelo sofrimento. Foi assim de 1964 a 1980, quando o processo de democracia interrompeu os anos de botas, prisões e delação nas Universidades.” (BERGER, 2008, p. 22). De lá para cá, o acontecimento vem sendo desvendado. Versões oficiais são contestadas a partir de testemunhos de experiência e a disputa de sentidos entre vencidos e vencedores permanece em movimento.

Compreendemos, em conjunto com Gonçalves (2016, p. 17, grifos da autora), que no “[...] jogo comunicacional, há uma relação de forças, uma disputa pela ‘palavra final’ sobre a verdade histórica e a memória oficial que a sociedade brasileira deve ter do período ditatorial.”. Essa disputa histórica sobre o período dentro do circuito comunicacional, para nós, está na ordem da disputa de sentidos sobre o que foi e que reações gerou a ocorrência da ditadura civil-militar. Não por acaso, a cada ano, conforme Gonçalves (2016, p. 17), “[...] o golpe civil-militar de 1964, como principal macroacontecimento político que marca a história recente do país, ganha novos contornos. Na última década, principalmente, muito se tem escrito e debatido sobre o tema.”. Para Indursky (1997, p. 15), que estudou os mecanismos discursivos em que foram construídos falsos consensos e a ilusão de normalidade na época pelos presidentes militares, o

[...] Golpe de Estado de 1964 representa uma ruptura com o pacto populista inaugurado por Vargas e mantido por Goulart. Dentre as várias conseqüências que se lhe seguiram, destaca-se, de imediato, a suspensão das formas constitucionais de representatividade, substituídas no exercício do poder pelas Forças Armadas que, pretextando salvar a pátria da corrupção, da desordem, do desmando e do comunismo, elaboraram a doutrina da segurança e do desenvolvimento nacionais. Com tais propósitos, politizou-se a corporação militar que se perpetuou por vinte anos no poder, instaurando o autoritarismo no Brasil.

Em busca de reflexões teóricas sobre esse período da história do país, já que esse é o passado trazido à tona pela circulação de sentidos no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, Berger (2011, p. 145) nos diz que vê a tomada dos militares, isto é, o ato do golpe em si, como um “[...] acontecimento de caráter inaugural na política brasileira por marcar o fim de uma época e o começo de outra [...]”, que pode ser entendido como uma ruptura no cotidiano que deu origem à ditadura. A mesma avaliação é percebida em Indursky (1997), quando a autora sinaliza que o Golpe de 1964 rompe com uma linha governamental traçada por governos populistas, instaurando em seu lugar o autoritarismo.

Berger (2011) acrescenta que a ditadura é, além de tudo, um macroacontecimento porque interrompeu um projeto político em curso, desestabilizou a sociedade e afetou inúmeras pessoas. As reflexões de Gonçalves (2016) corroboram sobre esse aspecto macro do acontecimento, ao afirmar que o golpe civil-militar marcou a história do Brasil, gerando controvérsias, novas simbolizações e discursos que se prolongam ainda nos dias atuais, trazidos à tona de distintas maneiras.

Desse modo, Berger (2011) e Gonçalves (2016) frisam que o macroacontecimento da ditadura tem destaque ao ser comparado a outros acontecimentos, principalmente, pelo fato de afetar trajetórias de vidas, além da sociedade de forma geral. Aqui, podemos acionar Pollak (1992) novamente, ao argumentar que a memória pode ser coletiva quando constituída por acontecimentos vividos por tabela, ou seja, que não foram vivenciados diretamente pelo indivíduo, mas que aconteceram à sociedade. No entanto, cabe salientar, que o mesmo autor adverte sobre a existência de uma memória unificadora, pois sempre há memórias – dos que estão à margem – que disputam sentidos com a memória dita oficial. Então, independente do cenário histórico, a memória coletiva não é consensual, isto é, o passado nunca é interpretado de uma única forma.

É justamente essa memória traumática, devido ao sofrimento vivenciado, que auxilia tanto na compreensão de um passado que tem sido constantemente atualizado, como na própria disputa de sentidos entre história oficial e o conjunto de registros individuais. Podemos, assim, confirmar que o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, ocorrido no presente, retoma uma memória traumática do passado e abre possibilidades de futuro por meio dessa circulação de sentidos em disputa.

A mídia, por sua vez, que possui em sua dinâmica a lógica presenteísta, apropria-se do passado pelo potencial de espetáculo que ele tem. “A presença do passado neste cenário se explica, por um lado, porque o acesso a ele se dá por um evento do presente e, por outro lado, porque a mídia produz uma cultura de exposição, da visibilidade, da oportunidade de muitas falas serem ouvidas.” (BERGER, 2008, p. 26). Nesse cenário, a midiaticização da memória é avaliada como positiva por Capovilla (2008), que entende a cultura da memória e o resgate ao passado a partir de dois pontos: o retorno da memória traumática pode ser explicitado como forma de esclarecimento do sofrimento, além de servir como alerta para que as atrocidades não se repitam.

Sendo assim, os traumas públicos deixados devido às atrocidades cometidas pelos militares em ação no período não se encerraram e o retorno a essa experiência dá-se de forma conflituosa, mesmo após décadas de redemocratização (BERGER, 2011). Esse conflito ocorre porque quando afloram as memórias traumáticas por intermédio das histórias até então não contadas, elas contestam a versão oficial, que mesmo não sendo totalmente crível, não dava brecha para outros sentidos. Com novos sentidos em circulação, o que era silenciado passa a ser, então, reivindicado.

Quando o momento propício chegou para as testemunhas dos anos da ditadura no Brasil iniciarem seu processo de lembrança pública, elas confrontaram sua memória com a memória dos militares, provocando uma disputa de sentidos que reverberava para além do discurso. Ao dizer das torturas, repressão e censura, queriam afirmar uma outra possibilidade de fazer política no país e queriam, também, justiça. O pedido de reparação, bem como a exigência dos corpos das vítimas acompanhavam a manifestação das testemunhas que denunciavam e reivindicavam o esclarecimento do passado. O sentido para eles do retorno ao passado estava na lei e na justiça. Este entendimento mobilizou ações nos países do Cone Sul, irmanados pelas ditaduras. Nas transições à democracia, os processos foram distintos e tiveram suas singularidades (elas dizem respeito aos conflitos sociais anteriores às ditaduras, aos níveis de atrocidades cometidas, ao número de pessoas afetadas e aos acordos para abertura política). Porém, a questão da denúncia, do pedido de reparação e justiça foi similar em todos eles criando, inclusive, o movimento *Nunca Mais* que latino-americanizou a memória subterrânea e propôs ações comuns. (BERGER, 2008, p. 26-27, grifos da autora).

Contudo, mesmo com a história dos vencidos ecoando, os vencedores continuam a falar na América Latina. Os representantes das ditaduras são ativos, não por menos, Jair Bolsonaro teve autorização para dizer que “perderam em 64, perderam agora em 2016” na votação do *impeachment* ilegítimo. No Chile, há a Fundação Pinochet, presidida pela viúva do ditador chileno, para citar outro exemplo.

Do lado dos vencidos, órgãos judiciais dos países e atores internacionais compõem as vozes. Augusto Pinochet foi condenado internacionalmente e preso na Inglaterra³². Vitórias das avós da Praça de Maio, na Argentina³³. No Uruguai, os arquivos da ditadura foram abertos.³⁴ No Brasil, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tem a função de reparar e manter a memória das vítimas da ditadura³⁵; a Comissão Nacional da Verdade foi instituída por lei para investigar os crimes cometidos durante a ditadura brasileira³⁶; Carlos Alberto Brilhante Ustra foi reconhecido pela justiça brasileira como torturador³⁷; OAB intervém contra o deputado Jair Bolsonaro ao homenagear Ustra³⁸.

Logo, podemos inferir que conforme novos atores são colocados em cena e novas informações vão surgindo assim como acontecimentos, o passado é trazido à tona por meio de

³² Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/16/internacional/1539652824_848459.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

³³ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/12/28/avos-da-praca-de-maio-encontram-a-neta-127.htm>>. Acesso em: 22 set. 2018.

³⁴ Disponível em: <<http://fncc.org.br/clipping/uruguai-abre-os-arquivos-da-ditadura-2313/>>. Acesso em 22 set. 2018.

³⁵ Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia>>. Acesso em: 22 set. 2018.

³⁶ Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/index.html>>. Acesso em 22 set. 2018.

³⁷ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-de-sao-paulo-reconhece-ustra-como-torturador,916432>>. Acesso em: 22 set. 2018.

³⁸ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/oab-rj-protocola-denuncia-contrajair-bolsonaro-na-camara/>>. Acesso em 22 set. 2018.

discursos, simbolizações e sentidos em movimento que, por sua vez, atualizam as memórias pelo processo de circulação. É o que Berger (2008, p. 28) considera “[...] como as camadas que cobrem o acontecido e que vão sendo descobertas ou destapadas ou desenterradas ao longo do tempo por diferentes motivações.”.

Assim sendo, especialmente a partir de Berger (2011), entendemos que há distinção do ato do golpe militar em si e do período relacionado ao golpe da ditadura civil-militar. O primeiro, a autora salienta que é um acontecimento inaugural e de ruptura à linha de governo construída até então no país; já o segundo é um macroacontecimento que afetou a sociedade de forma geral, se não diretamente, há afetações indiretas na experiência das pessoas, que podem ser percebidas por meio de reverberações, discursos e sentidos em circulação ao longo dos anos.

Isso nos permite afirmar a complexidade e riqueza de um acontecimento e suas dimensões, ainda, em nosso caso, não de um acontecimento qualquer, mas a confirmação de que a memória da ditadura civil-militar continua a acontecer, assim como pode ser visto no voto de Jair Bolsonaro durante a sessão inaugural do *impeachment* ilegítimo de Dilma, na Câmara dos Deputados. Logo, o próximo acontecimento que iremos abordar é o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no subcapítulo seguinte.

3.4 O *IMPEACHMENT* ILEGÍTIMO DE DILMA ROUSSEFF COMO ACONTECIMENTO

Primeiramente, é interessante apontar que no âmbito comunicacional, no que diz respeito à esfera midiática tradicional, Fausto Neto (2016b) relaciona o *impeachment* de Dilma Rousseff a um acontecimento que teve os sentidos orientados pela mídia, no caso em análise, pelo jornalismo de revista³⁹. O autor descreve operações de sentidos usadas pelos dispositivos jornalísticos e os enquadramentos editoriais das revistas semanais sobre o *impeachment*, sendo que as molduras são utilizadas com inteligibilidade conforme os ideais das revistas e o seu ensejo pela exteriorização de imaginários por elas enunciados.

Desse modo, Fausto Neto (2016b) traz importantes observações tendo como pano de fundo comunicacional a sociedade em midiatização e a disputa de sentidos que se dá em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff. Ainda, analisando as capas de revistas dos anos de 2015 e 2016, o autor explora a relação entre acontecimento, jornalismo e midiatização.

³⁹ O pesquisador analisou as estratégias discursivas em capas de quatro revistas semanais: Veja, CartaCapital, Istoé e Época.

Ao estudar alguns aspectos da cobertura das revistas semanais informativas sobre o impeachment da presidente Dilma, visamos a examinar as relações entre jornalismo e acontecimento no cenário da midiática em processo. Levando-se em consideração a hipótese segundo a qual suas dinâmicas afetam os processos de produção de sentidos realizados por práticas significativas como as de natureza jornalística. (FAUSTO NETO, 2016b, p. 32).

Dito isso, pensamos o *impeachment* no cenário da midiática, sendo ele um acontecimento tanto no ato em si como no processo. O *impeachment* de Dilma Rousseff rompe com a lógica natural dos fatos cotidianos afetando a sociedade e, conforme Rodrigues (1993, p. 27), pode ser considerado “[...] acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais.”.

Destarte, para nós, o *impeachment* ilegítimo é um acontecimento e o campo de inserção do voto de Jair Bolsonaro. Portanto, vemos como necessárias algumas considerações no que tange ao período anterior ao processo, assim como sobre o *impeachment* no âmbito político e conjuntural do Brasil.

Pouco mais de duas décadas após a redemocratização do país, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi impedida definitivamente de continuar o seu mandato na Presidência da República, após votação no Senado Federal. A ex-guerrilheira da luta armada, presa política e torturada durante a ditadura civil-militar, havia sido eleita de forma democrática através de eleições diretas pela segunda vez. Entretanto, assim como na década de 1960, o Brasil vivencia, nos últimos anos, crises econômicas e políticas recorrentes, sendo que, em 2016, a forte recessão econômica acompanhou escândalos de corrupção, manifestações pró e contra o governo, a baixa popularidade de Dilma ancorada pelas grandes empresas de comunicação e a perda de aliados no Congresso Nacional, além do próprio processo de *impeachment*, partindo de um golpe, que fomentou diferentes polêmicas.

Anteriormente, nas eleições de 2014, Dilma Rousseff (PT) foi para o segundo turno contra Aécio Neves (PSDB), na concorrência ao cargo de presidente do país. Na disputa acirrada entre os dois candidatos, Dilma saiu vitoriosa com pouco mais de 3% dos votos a mais do que Aécio Neves, em segundo lugar⁴⁰. Devido ao fato de a diferença não ser considerada expressiva, antes mesmo da posse em 2015, o governo Dilma já recebia críticas em relação ao seu mandato. A justificativa relacionada aos votos foi apenas um dos fatores de todo um contexto político visando deslegitimar Dilma Rousseff como presidenta.

⁴⁰ Dilma totalizou 54.501.118 votos e Aécio 51.041.155 votos.

Ainda, no mesmo ano das eleições presidenciais, a Polícia Federal do Brasil iniciou a Operação Lava Jato, nome dado a uma série de investigações com o intuito de apurar um esquema de lavagem de dinheiro. Ao longo dos anos, membros da empresa estatal de economia mista Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), deputados, senadores, membros do partido de situação e de partidos da oposição foram investigados e alguns deles presos sob a denúncia de corrupção. Foi nesse cenário que, em dezembro de 2015, o até então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), aceitou o pedido de *impeachment* contra a presidenta na época, Dilma Rousseff. Vale ressaltar que Cunha foi condenado, em março de 2017, a mais de quinze anos de prisão por três crimes na Lava Jato.

A partir disso, ocorreram inúmeras manifestações contrárias à presidenta e a favor do *impeachment*, inclusive com analogias à Marcha da Família com Deus pela Liberdade do ano de 1964, em apoio à ditadura. Essas marchas eram, geralmente, caracterizadas pela cor verde e a cor amarela (da bandeira brasileira), contra a corrupção, contra o comunismo associado ao presidente João Goulart em 1964 e recentemente contra PT/Dilma/Lula/comunistas. Ao passo que os manifestantes contrários ao *impeachment* questionavam a legitimidade do processo, já que esse seria votado por senadores investigados por corrupção, assim como por deputados na mesma situação, além de não considerarem as acusações contundentes o suficiente para acarretar na retirada de Dilma do governo. Tavares, Berger e Vaz (2016, p. 29) trazem uma avaliação consistente do processo, para eles, há

[...] disputa nessas leituras, encontra-se a intolerância política sobre uma maneira de governar, incômoda para a visão de mundo dos donos da grande imprensa brasileira e seus interesses. Não à toa, à medida que a crise econômica mundial se expande em 2008 a partir dos Estados Unidos há, no jornalismo, uma demonização do Estado e a indicação de um iminente fracasso das políticas econômicas brasileiras; assim como, já antes e depois, apresentam-se coberturas políticas intensas, vestidas de um viés judicial e incriminatório, como foram as coberturas sobre o chamado “Mensalão” em 2005, que antecedeu as eleições de 2006, e o “Petrolão” de 2014/2015. Ambas figuradas como tentativas de 1) obstacularizar mais uma reeleição do Partido dos Trabalhadores ou de, 2) pós-eleições de 2014, atentar para a invalidação deste pleito, com uma narrativa enviesada sobre a inevitabilidade de um *impeachment* presidencial no país.

É interessante notar que os manifestantes contrários ao *impeachment* o denominam como um “golpe”, a mesma terminologia dada à deposição de João Goulart em 1964. Ao mesmo tempo, os defensores da ditadura civil-militar denominam o ato dos militares de 1964 como uma “revolução”. Esses elementos discursivos (*impeachment* ou golpe e revolução ou golpe), assim como as analogias à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, especialmente no que diz respeito ao anticomunismo, além de reaproximarem dois contextos

de sentidos, também fundamentam o *impeachment* como um acontecimento, já que ele resgata uma memória que se atualiza em um discurso. Ainda, a partir de Quéré (2005), podemos dizer que o *impeachment*, na sua constituição como acontecimento, passa a explicar um cenário antes não mencionado.

Isso pode ser visto também na votação na Câmara dos Deputados que aprovou a abertura do processo de *impeachment*, quando, ao justificar o seu voto favorável à destituição de Dilma, o deputado Jair Bolsonaro trouxe à tona uma espécie de memória positiva da ditadura. Tal fala, rememorando a ditadura civil-militar brasileira, atualizou lógicas discursivas de 1964, que contribuíram tanto para a circulação de sentidos constituídos na época da ditadura como para a construção do acontecimento *impeachment*. Assim sendo, o voto de Jair Bolsonaro e a sua potencialidade para tornar-se acontecimento é o assunto do próximo subcapítulo.

3.5 O “VOTO DE JAIR BOLSONARO” E A DUPLA DIMENSÃO DO ACONTECIMENTO

Conforme já salientamos, um acontecimento não está somente inscrito na ordem do que ocorre, mas, conforme proposto por Quéré (2005), de quando ele acontece e afeta as pessoas. Dentro dessa visão teórica, um dos principais balizadores é a dupla dimensão ou dupla vida do acontecimento, sendo a primeira delas a existencial e a segunda a simbólica. Sobre elas, França e Lopes (2016) fazem algumas ressalvas, pois consideram importante

[...] destacar que apesar de serem distinguidas teoricamente, essas duas vidas do acontecimento estão intrinsecamente relacionadas, sendo, na prática, muito difícil separá-las. [...] Evidenciar essas duas faces se faz necessário para não perdê-las de vista como dimensões articuladas, mesmo que uma análise tenha foco na dimensão simbólica, de produção de sentidos de um acontecimento, ou centralize a dimensão da experiência. (FRANÇA e LOPES, 2016, p. 9-10).

Isso quer dizer que essas duas dimensões não são desconexas, pelo contrário, elas coexistem, já que o ser humano vivencia acontecimentos em sua experiência cotidiana na base do que ali existe de fato, ao mesmo tempo em que pode vivenciar acontecimentos dos quais sobressaltam as representações e significações associadas ao seu repertório simbólico – narrativas históricas, por exemplo. Da mesma maneira, os acontecimentos narrados são constantemente interpelados pelas experiências humanas, já que quem narra, carrega consigo

simbolizações discursivas e, assim, ocorre sucessivamente, quase que dentro de um ciclo interminável de coexistência dessas duas vidas dos acontecimentos.

Considerados esses apontamentos, frisamos que nosso intuito não é dividir o acontecimento em dimensões, mas, pensar o “voto de Jair Bolsonaro” a partir dessas características conectadas em vida dupla, conforme é abordado por Quéré (2012). Podemos dizer, então, que a dimensão existencial “[...] é simplesmente o que existe, o que experimentamos como existente concretamente com suas qualidades imediatas [...]” (QUÉRÉ, 2012, p. 23). Essa dimensão diz respeito a como o acontecimento afeta a sociedade e como os indivíduos vivenciam a experiência, revelando a sua segunda vida, a simbólica, tornando o acontecimento passível de interpretação. Na dimensão simbólica o passado é revelado assim como as possibilidades de futuro (QUÉRÉ, 2012).

Desse modo, o voto de Jair Bolsonaro tem como objeto Dilma Rousseff, entendida não só como a presidenta do Brasil acusada do crime de responsabilidade fiscal, mas também como ex-guerrilheira da luta armada, presa política e torturada durante a ditadura civil-militar. Como exposto por Bolsonaro, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi “o pavor de Dilma Rousseff”. Aqui, através do resgate da memória, o voto dele como o sujeito que não só é parlamentar, todavia militar da reserva, acontece afetando, percorrendo além da ordem do que ocorre, a do tornar-se acontecimento, isto é, do apenas acontecer, passa a acontecer a alguém afetando a vida pública. Ainda, tendo em vista que o acontecimento é o “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória [...]” (PÊCHEUX, 2008, p. 17), podemos dizer que quando Jair Bolsonaro afirma que “perderam em 64, perderam agora em 2016”, refere-se aos “comunistas” que perderam “o poder”, associados à figura de Jango e Dilma, articulando passado e presente a partir de uma memória discursiva.

Quéré (2005, p. 63) caracteriza o acontecimento pela sua descontinuidade e “[...] pelo novo que faz emergir, necessário se torna especificar a maneira como ele se relaciona, por um lado, com o que condiciona e, por outro, com as nossas atitudes temporais que são a atenção, a presença e a recordação.”. Em relação à descontinuidade do acontecimento, podemos perceber que na ordem da continuidade das falas na votação na Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro rompe com a lógica corrente, em que os parlamentares votavam, em sua maioria, quando favoráveis à saída de Dilma, em nome de deus, de suas famílias, do Brasil, porém não de um torturador reconhecido, algo considerado crime já que fazer apologia à tortura foge dos padrões legais. Assim, não se pode dizer que era algo previsto tal menção ao Ustra, pois o plenário é um espaço público e que não deveria tolerar incitações ao crime. Entretanto,

salienta Pêcheux (2008, p. 19), que o acontecimento está “[...] em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar [...]”. Logo, uma vez acontecido, podemos reduzir a descontinuidade, observando tanto o passado como o contexto.

Sobre o contexto associado à dimensão existencial do acontecimento, podemos dizer que somente por intermédio do que já aconteceu é que direcionamos nosso olhar para as possibilidades antes não vistas de que aquilo poderia acontecer. Para Pêcheux (2008) o impossível faz-se possível já que o sujeito que fala sabe do que está sendo falado, portanto, a dimensão existencial do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” pode ser exposta a partir da conjuntura que permitiu que somente ele realizasse aquele discurso naquele momento histórico.

Não por menos, a composição da Câmara dos Deputados em 2014 foi considerada a mais conservadora desde o período da redemocratização no ano de 1985 e essa conjuntura já nos dá indícios para a existência do acontecimento. Outros elementos que podemos citar são as Jornadas de Junho do ano de 2013, que partiram de um movimento considerado por muitos como revolucionário, no entanto, findaram com pautas abstratas como “o fim da corrupção” e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade no ano de 2014 com menção direta as que aconteceram antes e durante o período da ditadura civil-militar “contra o perigo vermelho”. Esses movimentos, de alguma forma, demonstravam o momento político, social e econômico do Brasil, que propiciava que aquela fala fosse feita por aquele sujeito naquele momento e com um objeto determinado, porém, apenas conseguimos partir dessa análise após a fala ser realizada.

Dito isso, ao eclodir na sociedade e afetar a coletividade, já que a ditadura civil-militar brasileira não afetou apenas Dilma Rousseff – mas faz parte de uma memória e experiência coletiva daqueles que a vivenciaram de forma direta ou mesmo indiretamente -, o “voto de Jair Bolsonaro” mobiliza novos e velhos sentidos na busca de compreender esse acontecimento. Para França e Lopes (2016, p. 6) o acontecimento “[...] faz emergir sentidos, discursos e simbolizações na busca de compreendê-lo, defini-lo, apreendê-lo e narrá-lo”, ainda, as pesquisadoras apontam para a “movimentação de temporalidades”, já que um acontecimento no presente evoca passados e sugere futuros possíveis. Então, França e Lopes (2016, p. 7) salientam que “[...] o acontecimento oferece ricos elementos teóricos para pesquisas que buscam indagar sobre os sentidos sociais produzidos e que circulam a partir de determinada ocorrência.”.

Assim, a dimensão simbólica é revelada e o campo problemático relacionado à ditadura civil-militar é aberto quando Jair Messias Bolsonaro rememora positivamente o período. Dito isso, podemos acrescentar algumas considerações em nossas reflexões teóricas que serão explicitadas na abordagem analítica posteriormente.

Compreendemos que o voto de Jair Bolsonaro por si só, traduz-se como um microacontecimento que tem potência para ser um novo acontecimento. Essa potência é enfatizada quando o voto afeta a sociedade de variadas formas, desde Dilma que sofreu torturas à afetação dos órgãos institucionais como a OAB, sendo que esses sentidos que potencializam o voto e o tornam acontecimento ocorrem na circulação. Portanto, descortina-se o novo acontecimento, que é o jornalístico, sendo que o voto de Jair Bolsonaro passa à condição de acontecimento.

Para um melhor entendimento sobre os conceitos de acontecimento abordados, conforme os autores citados neste capítulo, bem como as nossas reflexões sobre cada um desses níveis do acontecimento, elaboramos um quadro sintetizando tais apontamentos que pode ser consultado a seguir. Antes, recordamos que o capítulo que segue, aborda a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, já com o intuito analítico de compreendermos como, na circulação, sentidos foram mobilizados atualizando a memória da ditadura.

Quadro 1 – O conceito de acontecimento e seus diversos níveis

(continua)

Níveis	Autores	Definição	Exemplificação
Acontecimento experienciado	Quéré (2005, 2012); França e Lopes (2016); França (2012a, 2012b).	Afeta a sociedade. Ordem da experiência.	Como afeta cada indivíduo.
Acontecimento jornalístico	Pontes e Silva (2010); (Henn, 2011).	Fatos transformados em acontecimentos pelo jornalismo.	Notícias em portais online.
Macroacontecimento	Berger (2011); Gonçalves (2016).	Desestabiliza a sociedade afetando inúmeras pessoas.	Ditadura civil-militar brasileira.
Acontecimento	Quéré (2005, 2012); Rodrigues (1993).	Irrompe na sociedade.	<i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff
Microacontecimento	Quéré (2005, 2012); França e Lopes (2016).	Com potencialidade para ser acontecimento.	O voto de Jair Bolsonaro no <i>impeachment</i> .

Quadro 1 – O conceito de acontecimento e seus diversos níveis

(conclusão)

Níveis	Autores	Definição	Exemplificação
Dimensão existencial do acontecimento	Quéré (2005, 2012); França e Lopes (2016).	Como o acontecimento afeta a sociedade e como os indivíduos vivenciam a experiência.	Evidencia uma conjuntura que permitiu que Bolsonaro realizasse aquela fala naquele momento histórico.
Dimensão simbólica do acontecimento	Quéré (2005, 2012); França e Lopes (2016).	Revela um passado e abre possibilidades de futuro.	Campo problemático relacionado à ditadura civil-militar é aberto.

Fonte: Elaboração da autora.

4 A CIRCULAÇÃO DO ACONTECIMENTO O “VOTO DE JAIR BOLSONARO”

É um acontecimento, um pequeno desafio às regras [...]. Momentos como esse são possibilidades, minúsculos olhos mágicos.

(O conto da aia – Margaret Atwood)

Neste capítulo, apresentaremos os movimentos de circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, sendo que o intuito é demonstrar como a memória da ditadura civil-militar brasileira atualizou-se na circulação do voto na ambiência digital por meio do que chamamos discurso de ódio biopolítico. Para tanto, dividimos o capítulo em quatro subcapítulos.

No primeiro deles, resgatamos as nossas proposições metodológicas bem como o percurso metodológico relacionado à seleção dos observáveis e à construção do *corpus* empírico. Já no segundo subcapítulo, abordamos o primeiro movimento analítico, que é a individualização do acontecimento proposta por França e Lopes (2016) para, então, obtermos a linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”, construída por meio da análise do *corpus* constituído de materiais retirados de portais e sites de notícias, bem como das redes sociais Facebook e Twitter.

Com a análise discursiva, partimos para o segundo movimento analítico a partir de materiais percebidos como relevantes na constituição da linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”. Consideramos pertinente a apresentação da postagem de Jair Bolsonaro em sua página no Facebook, no dia 20 de abril de 2016, bem como a análise dos comentários por meio das nossas interpretações no que diz respeito à atualização da memória da ditadura civil-militar e da circulação do discurso de ódio biopolítico, além da análise em comentários retirados de oito notícias online de quatro portais: G1, Folha de S. Paulo, UOL e O Globo. Esse é o terceiro subcapítulo.

Ao final deste capítulo, no quarto e último subcapítulo, trazemos apontamentos sobre o poder de revelação (QUÉRÉ, 2005) do “voto de Jair Bolsonaro”, ou seja, reflexões sobre os sentidos trazidos à tona com esse acontecimento.

4.1 PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS

Em um primeiro momento, faz-se necessário explicitar que entendemos o método como o caminho percorrido ao longo de toda a pesquisa. Nesse sentido, podemos dizer que

defendemos um olhar metodológico contínuo, construído a partir de abordagens metodológicas que dão aparatos indispensáveis para o desenvolvimento de um desenho próprio na nossa dissertação construída e apresentada no POSCOM/UFMS.

Desse modo, corroboramos com Braga (2011) ao enfatizar que precisamos ir além da mera descrição de teorias e métodos. Filiado ao que ele chama de “formação metodológica”, Braga (2011, p. 2) aponta que, em nível de mestrado e doutorado, é importante “[...] fazer os estudantes refletirem sobre o enfrentamento da pesquisa, estimulando o desenvolvimento de abordagens metodológicas como práticas sobre seus próprios problemas de investigação.”

Logo, sem descartar o rigor científico imprescindível nos estudos acadêmicos, entretanto, relevando a rigidez com que a metodologia é normalmente trabalhada, sublinhamos que “[...] diferentes pesquisas solicitam diferentes aproximações, conforme suas perguntas e objetos; e mesmo táticas metodológicas comprovadas e pertinentes devem ser ajustadas a características concretas do objeto e ao desenho específico da investigação.” (BRAGA, 2011, p. 2).

Assim sendo, partilhamos dessa tentativa de um desenho metodológico distinto em função do nosso objeto que é a circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, bem como da problemática de pesquisa que norteia a dissertação, que pode ser exposta da seguinte forma: como a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” mobilizou sentidos sobre a ditadura civil-militar?

Tendo em vista a consonância evidente com Braga (2011), ratificamos, ainda, que a metodologia está circunscrita a constantes reflexões e ações concretas, tanto derivadas como construídas na tomada de decisões realizada ao longo da pesquisa.

A exigência de reflexão metodológica sobre todos esses elementos corresponde ao que considero um conceito geral de “metodologia”. Longe de ser um receituário de passos a serem dados, trata-se do processo de encaminhamento de decisões – parte sendo conhecimento estabelecido, a que devemos recorrer com pertinência; parte, prática incorporada, a ser desenvolvida durante toda a carreira do pesquisador; e parte invenção, a ser testada por sua coerência e seus resultados, no próprio exercício da pesquisa. (BRAGA, 2011, p. 9, grifos do autor).

Vale ressaltar, no entanto, que essas escolhas referidas pelo professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCC/UNISINOS), não são estáticas. Braga (2011, p. 10) sustenta que “[...] estar atento aos componentes básicos de uma pesquisa – que são atravessados continuamente por aqueles níveis de tomada de decisão – ajuda o pesquisador mestrando ou doutorando a desenvolver

acuidade para a revisão crítica daquilo que desenvolve.”. Compreendemos, então, que há uma movimentação dialética no próprio andamento da pesquisa, ou seja, em diferentes momentos no nosso trabalho, podemos (e devemos) visitar o que já foi realizado e refletir a partir dos novos aparatos encontrados em passos mais adiante da pesquisa.

Além dos eixos de investigação constituídos em torno da problemática de pesquisa e dos tensionamentos necessários ao objeto, frisamos que as decisões sobre o desenho metodológico são justificadas também devido à expectativa do cumprimento dos objetivos da pesquisa em questão. Relembramos, então, que nosso objetivo geral é analisar como a memória sobre a ditadura civil-militar é atualizada no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, mobilizando sentidos na circulação em torno da ambiência digital.

Ainda, em nosso caso, outro ponto que deve ser levado em consideração na tomada de decisões metodológicas, é a temática de pesquisa composta pela circulação de sentidos em ambientes digitais no contexto da mediação. Sendo assim, para investigar a circulação em fluxo adiante, de acordo com Braga (2012), necessitamos construir alguns caminhos específicos, pois os sentidos em circulação não percorrem um trajeto linear ou pré-estabelecido.

Por fim, Braga (2011, p. 9-10) ratifica “[...] que a essência da reflexão metodológica se encontra na competência humana de, ao fazer qualquer coisa, termos a capacidade de observar e rever criticamente o que fazemos. Esse tipo de atenção nos oferece, então, a possibilidade de redirecionar, de reajustar, de corrigir.”. Logo, após tentativas e reflexões consideradas essenciais à pesquisa, selecionamos dois movimentos analíticos, sendo o primeiro deles a individualização do acontecimento; e o segundo, que parte das nossas interpretações acerca do ódio biopolítico presente nos sentidos em circulação no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, a análise discursiva.

A individualização do acontecimento proposta por França e Lopes (2016) nos auxiliará na identificação de como o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” é construído, bem como no mapeamento da circulação desse acontecimento – nosso primeiro e segundo objetivo específico, respectivamente. Já para investigarmos como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” - terceiro objetivo específico -, utilizaremos a Análise de Discurso. Esses movimentos são acionados com o intuito de analisarmos a atualização da memória da ditadura civil-militar brasileira na circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Assim sendo, antes de apresentarmos os dois movimentos citados, o próximo item resgata o percurso metodológico do trabalho.

4.1.1 Percurso metodológico: seleção dos observáveis e construção do *corpus*

De acordo com Braga (2011, p. 9), as questões metodológicas “[...] se põem também para a escolha dos observáveis, para a construção de coerência entre estes e os objetivos da pesquisa, o que envolve decisões tanto sobre o tipo de materiais e situações; como sobre o conjunto específico e concreto a ser observado [...]”. Após a seleção dos observáveis e organização do *corpus*, segue o autor, devemos dar atenção às ações interpretativas e a tomada de decisões sobre as mesmas, em seguida, já com um leque de resultados, temos que retornar à reflexão teórica e partir para novas escolhas e decisões. Além do mais, podemos dizer que, a

[...] observação material da situação procura as pistas, busca constituir “dados” – elementos factuais que nos ofereçam informações básicas a serem interpretadas para atender às perguntas da problematização. “Perguntar ao objeto”, decidir como organizar e sistematizar a observação corresponde a decidir que fatos, pistas, indicadores, dados, queremos fazer sobressair, com a expectativa de que estes respondam às perguntas da pesquisa. (BRAGA, 2011, p. 22, grifos do autor).

Sendo assim, após uma pesquisa exploratória na mídia impressa e na mídia online sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, realizada no primeiro semestre de 2017, percebemos algumas inferências que fazem parte das decisões tomadas na pesquisa⁴¹. No que tange a mídia impressa, descartamos esse material devido ao fato de que os fluxos de circulação de sentidos ocorrem predominantemente na mídia digital. Nessa, realizamos uma busca em ambientes de informação e de conteúdo no Google, principal empresa de serviços online no mundo; no Facebook, principal site de rede social no Brasil e no mundo; e no Twitter, que embora não esteja entre as primeiras redes sociais acessadas no Brasil, fornece constantemente informações sobre os últimos acontecimentos no mundo, apresentando movimentos de circulação importantes e relevantes para os interesses da nossa pesquisa⁴².

⁴¹ Essa pesquisa exploratória realizada inicialmente permitiu-nos ter um olhar abrangente para o interesse de estudo selecionado. Ao longo de toda a pesquisa, realizamos movimentos de idas e vindas do empírico para o teórico e vice-versa na busca de pistas, inferências e indícios para a construção da dissertação. Ainda, partimos do pressuposto que com essa forma de pesquisar estamos mais condicionados a comprovar uma hipótese do que ressaltar descobertas – pois, já observamos o que iremos estudar e não partiremos do teórico para depois buscar a resposta no empírico.

⁴² Salientamos que as buscas na ambiência digital realizadas durante a pesquisa para esta dissertação de mestrado foram realizadas, em sua grande maioria, na “janela anônima” do navegador Google Chrome no computador pessoal da autora, sendo que, eventualmente, foram usados computadores da UFSM. A escolha por esse modo de navegação permite que tenhamos a menor interferência possível na pesquisa no que diz respeito aos algoritmos. Cabe confirmar, ainda, que as coletas de materiais online foram realizadas por meio da “Ferramenta de Captura” do próprio computador.

A partir dessa primeira busca na ambiência digital, outras inferências vieram à tona: percebemos como espaços de visibilização do *impeachment* especialmente a mídia tradicional e as redes sociais. Embora a pesquisa não se restrinja somente a eles, há fluxos de circulação interessantes e importantes nesses espaços. Salientamos, ainda, que o eixo temporal pesquisado deu-se a partir do voto de Jair Bolsonaro na sessão da Câmara dos Deputados que abriu o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016. Já o fechamento dá-se em dezembro de 2016, pois, em novembro, Bolsonaro foi absolvido no Comitê de Ética da Câmara por homenagear Ustra e lança a sua pré-candidatura antecipada à presidência do Brasil. Cabe considerar aqui, a compreensão de que os fluxos de circulação são sempre adiante, pois, quando um fluxo fecha-se, abre-se outro episódio comunicacional e assim sucessivamente, logo, para a concretização deste trabalho de dissertação, delimitamos o início e o fechamento do que concebemos como acontecimento, no caso, o “voto de Jair Bolsonaro”.

Dessa maneira, podemos dizer que, a partir dos caminhos percorridos, da constante reflexão sobre o trabalho e das idas e vindas em tomada de decisões, temos a construção da linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Além disso, apresentamos, posteriormente, as análises e interpretações sobre o discurso de ódio biopolítico presente na circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Esses movimentos nos darão subsídio na obtenção de informações, reflexões e relações que interessam a nossa pesquisa, isto é, especialmente no que tange à atualização da memória da ditadura civil-militar por intermédio da mobilização de sentidos na circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Desse modo, no subcapítulo a seguir, abordaremos a individualização do acontecimento conforme propõem França e Lopes (2016), sendo esse o primeiro movimento analítico da pesquisa.

4.2 PRIMEIRO MOVIMENTO: INDIVIDUALIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO

A individualização de um acontecimento não acontece de forma imediata, pelo contrário, faz parte de um processo que torna aquele acontecimento singular atribuindo-lhe sentido. O percurso da individualização pode ser constituído através de fases ou etapas, as quais França e Lopes (2016) consideram como categorias analíticas, que foram sintetizadas e combinadas pelas autoras a partir de aspectos apontados por Louis Quéré. Essas categorias podem ser identificadas resumidamente como:

- a) A descrição apresenta as características mais evidentes do acontecimento, arrola os fatos, mas sobretudo identifica a maneira como ele foi categorizado, isto é, o enquadramento ou enquadramentos que ele recebeu [...]
- b) A narrativização é a articulação de seus vários momentos, a identificação dos agentes (actantes), a estruturação temporal.
- c) A identificação do pano de fundo pragmático corresponde ao plano da experiência, e nos leva à análise da recepção do acontecimento: como ele foi recebido, que ações e reações provocou.
- d) A caracterização de problema público nem sempre é alcançado por um acontecimento; trata-se do reconhecimento oficial de que aquele acontecimento específico se inscreve numa categoria mais ampla que atinge / prejudica a sociedade como um todo, e deve ser alvo de um tratamento e um combate especiais.
- e) A normalização, por fim, é a observação daquele momento em que a curva de interesse e mobilização em torno do acontecimento desce, o estranhamento que ele provocou é reduzido ou esquecido, e a normalidade readquire seu ritmo. É o momento em que o acontecimento é absorvido pela vida de todos os dias. (FRANÇA e LOPES, 2016, p. 14-15).

Ainda, de acordo com a proposta de França e Lopes (2016), a individualização do acontecimento refere-se à singularização do processo, isto é, o que o distingue de outros semelhantes. Individualizar um acontecimento é separar, buscar uma diferença que o torna individual. Individualizar o “voto de Jair Bolsonaro”, analisar como ele torna-se tal acontecimento no meio de tantos outros é uma forma de melhor interpretar seus significados, mas é também altamente elucidativo das amarras sociais que ele expõe sobre o contexto e a atualidade.

Sendo assim, a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff suscita diversas leituras bem como o próprio voto de Jair Messias Bolsonaro na Câmara dos Deputados realizada na sessão de abertura do processo. No entanto, não pretendemos apresentar uma leitura definitiva de um todo, conforme já inferido. A partir do viés analítico da individualização do acontecimento no que concerne ao voto do deputado, temos como intuito compreender alguns aspectos desse acontecimento que são pertinentes à pesquisa.

Vale reforçar que por meio dessa empiria realizada na ambiência digital, abrangendo especialmente sites de notícias e redes sociais, sanamos dois de nossos objetivos específicos – a construção do “voto de Jair Bolsonaro” e a circulação desse acontecimento. Além disso, com a individualização, obtemos a linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, que será comentada no próximo item.

4.2.1 A linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”

Neste eixo analítico, reconstituímos cronologicamente o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” com base em vestígios deixados na rede. Após esse trajeto construído a partir das

cinco categorias analíticas (descrição, narrativização, identificação do pano de fundo pragmático, caracterização do problema público e normalização) apresentadas separadamente, para melhor compreensão de como o “voto de Jair Bolsonaro” tornou-se tal acontecimento bem como circulou na ambiência digital, mostramos, também visualmente, a linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

A partir dessas categorias de análise, observamos a dinâmica de produção do “voto de Jair Bolsonaro”, ou seja, como esse acontecimento tornou-se tal acontecimento, além da circulação do mesmo na ambiência digital. Assim, nesse eixo analítico, nossa tentativa é de reconstituição cronológica do acontecimento baseada em vestígios deixados na rede para, então, obtermos a linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

4.2.1.1 Descrição

Identificamos, naturalmente, como ponto de saída o voto do deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, no dia 17 de abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados que deu início ao processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff acusada de ter cometido o crime de pedaladas fiscais. Dito isso, acionamos a categoria analítica da descrição do acontecimento que, de acordo com França e Lopes (2016), identifica as características em evidência, como o acontecimento foi categorizado ou enquadrado.

Assim, primeiramente, olhamos para o dia da votação, em que os veículos midiáticos optaram por abordar o placar do *impeachment*, direcionando geralmente as informações jornalísticas para os votos dos deputados quantitativamente em detrimento do discurso em seus votos, além dos próximos passos do impedimento que se daria no Senado Federal. Essa descrição pode ser vista já no título e no subtítulo de algumas matérias online em portais de notícias e sites institucionais:

Câmara aprova prosseguimento do impeachment de Dilma: Às 23h07 deste domingo, 17, a oposição ao governo da presidente petista alcançou os 342 votos necessários para a admissibilidade do processo; governo diz que lutará no Senado (Estadão, 17.04.2016)⁴³

Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra: Processo contra Dilma segue para o Senado que, por maioria

⁴³ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-aprova-prosseguimento-do-impeachment-de-dilma,10000026666>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

simples, pode admitir a denúncia e afastá-la do cargo. A condenação depende do voto de 54 senadores e resulta na perda do mandato e inelegibilidade por oito anos (Câmara dos Deputados, 17.04.2016)⁴⁴

Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma: Se o Senado confirmar a decisão, petista será afastada e Michel Temer assume interinamente a presidência da República (CartaCapital, 17.04.2016)⁴⁵

Veja como foi o dia da votação do impeachment na Câmara: Mesmo com aprovação, presidente ainda precisará ser avaliada pelo Senado antes de ser afastada (Exame, 17.04.2016)⁴⁶

Câmara diz sim ao impeachment de Dilma; pedido vai agora ao Senado (UOL, 17.04.2016)⁴⁷

Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado: Impeachment recebeu 367 votos favoráveis e 137 contrários. Processo seguirá para o Senado, que decidirá se julga denúncia (G1, 17.04.2016)⁴⁸

Câmara aprova processo de impeachment de Dilma, que segue para o Senado: Plenário aprova prosseguimento do procedimento contra a presidente (O Globo, 17.04.2016)⁴⁹

Conforme a titulação das matérias já apontava, no decorrer do texto das mesmas a atenção centrava-se no julgamento futuro de Dilma no Senado e no que muitos chamaram de “placar” da votação na Câmara. Mesmo que nenhum dos veículos tenha problematizado alguma fala, apenas Estadão e CartaCapital não reproduziram nenhuma das falas dos deputados ao exporem os seus votos. CartaCapital e UOL comentaram sobre termos frequentemente usados pelos deputados na defesa de seus votos, como os que o justificaram em nome de deus, pelo seu estado, pelo seu filho e pela sua cidade.

Apenas G1 mencionou o vídeo que Dilma Rousseff divulgou antes da votação e embora não tenha postado na matéria, disponibilizou um hiperlink para outra. O texto do G1 diz:

⁴⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-abertura-de-impeachment-de-dilma>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁴⁶ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/acompanhe-o-dia-decisivo-da-votacao-do-impeachment-na-camara/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

⁴⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/camara-diz-sim-ao-impeachment-de-dilma-pedido-vai-agora-ao-senado.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁴⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-aprova-processo-de-impeachment-de-dilma-que-segue-para-senado-19109151>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

Em vídeo divulgado na internet, no fim da noite de sexta (15), Dilma disse que os “golpistas” querem derrubar o Bolsa Família. (G1, 17.04.2016).

G1 assim como CartaCapital reproduziram a resposta de Michel Temer no Twitter. CartaCapital disse que Temer saiu dos

[...] bastidores, onde costumou atuar, para responder as acusações do governo de que sua gestão acabaria com programas sociais. “Leio hoje nos jornais as acusações de que acabarei com o Bolsa Família. Falso. Mentira rasteira. Mantereí todos programas sociais” [...] (CartaCapital, 17.04.2016).

No entanto, somente UOL faz referência ao áudio vazado de Temer no dia 11 de abril de 2016, em que o então vice-presidente já preparava seu pronunciamento pós-*impeachment*. O texto do UOL diz:

No áudio de 15 minutos, ele disse que, “aconteça o que acontecer”, é preciso se construir um governo de “salvação nacional” e alertou que haverá “sacrifícios” para retomar o crescimento. O vice-presidente afirma que o vazamento foi acidental [...] (UOL, 17.04.2016).

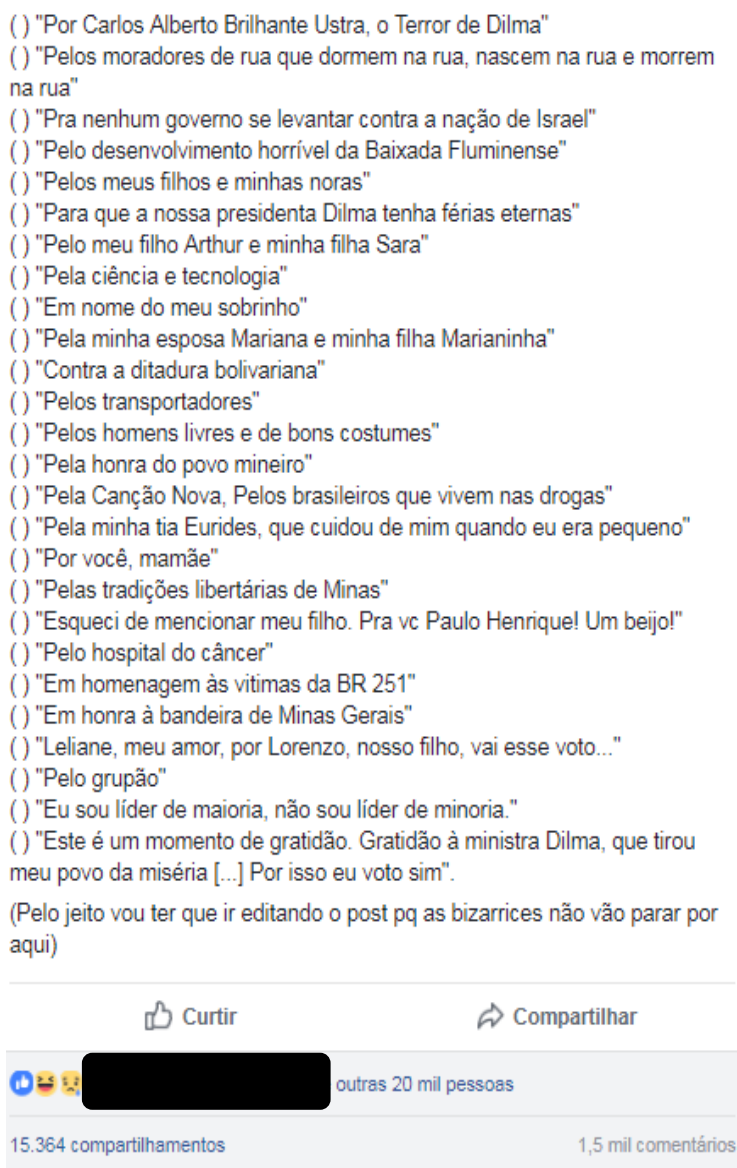
Podemos notar também que a matéria de Exame além de apresentar a sessão do plenário em vídeo, em diversos momentos traz fotos do Instagram, comentários do Twitter e conteúdos do Facebook. Uma das fotos da matéria é uma publicação de um usuário do Instagram e é onde aparece a única menção feita a Jair Bolsonaro dentre as matérias destacadas do dia 17 de abril de 2017. Na publicação, está Eduardo Bolsonaro votando favoravelmente à deposição de Dilma com a seguinte legenda “Filho de mito mitinho é! #EduardoBolsonaro #JairBolsonaro #ForaPT #ForaDilma #TchauQuerida”.

Em contraposição aos portais e sites de notícias que não deram centralidade às falas dos deputados votantes, já durante a votação, nas redes sociais, a movimentação era de indignação contra os parlamentares da Câmara. A pesquisa realizada por Malini (2016) mostra que grande parte das postagens no Twitter estava relacionada ao despreparo dos deputados ao votarem um afastamento presidencial. A partir da hashtag #impeachmentday⁵⁰ - trending topics do Twitter no dia 17 de abril de 2016 -, o coordenador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) revelou em seu estudo que o post mais replicado no Twitter, com cerca de sete mil compartilhamentos, mencionava o teor das falas dos parlamentares.

⁵⁰ Embora haja muitos comentários criticando a postura dos deputados, com essa hashtag também podemos encontrar comentários favoráveis ao *impeachment*.

O post citado é originário de outra rede social, o Facebook. Com o título “vote no melhor argumento pró-*impeachment*”, a postagem, que listava o voto de Bolsonaro, recebeu mais de 20 mil reações, cerca de 15 mil compartilhamentos, além de 1,5 mil comentários. Veja parte da postagem na Figura 1.

Figura 1 – Postagem “vote no melhor argumento pró-*impeachment*”

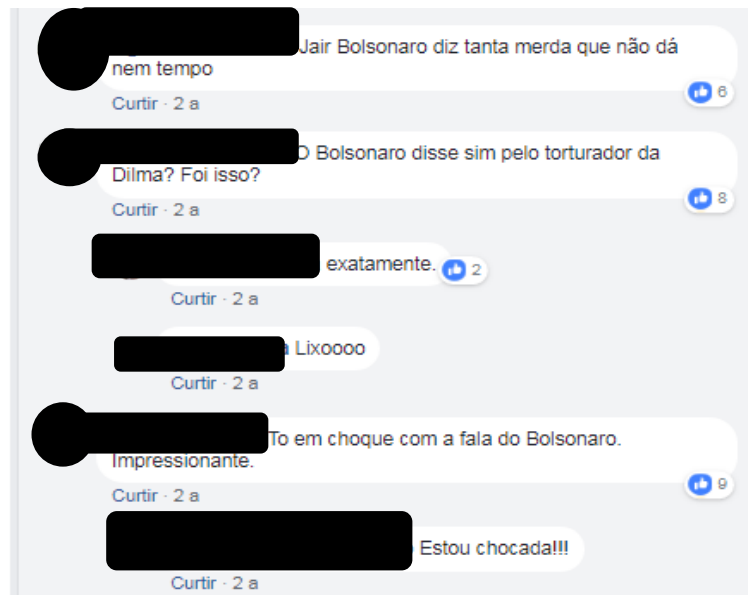


Fonte: Facebook.

Nas redes sociais, há um fluxo de circulação diferente do que vinha sendo delineado pelos portais e sites de notícias. Podemos perceber que nos comentários da postagem no

Facebook (Figura 1) já existe um fluxo adiante sobre a fala de Jair Messias Bolsonaro, ilustrado na Figura 2. O mesmo ocorre ao procurarmos pela hashtag #impeachmentday no Twitter, em que há também comentários sobre a fala, para citar mais um exemplo, conforme a Figura 3.

Figura 2 – Comentários sobre o voto de Jair Bolsonaro no Facebook



Fonte: Facebook.

Figura 3 - Comentários sobre o voto de Jair Bolsonaro no Twitter



Fonte: Twitter.

Dito isso, compreendemos que a cobertura descritiva nos portais e sites de notícia online em relação à fala de Jair Bolsonaro foi de silenciamento, enquadrando-a no máximo como banal, já que sequer mencionaram o voto do parlamentar até a OAB ingressar com um pedido de cassação do mandato e de abertura de um processo penal contra o deputado por homenagear um torturador reconhecido. Após a nota divulgada pela OAB, há certo redirecionamento nos portais de notícias, que passaram a pautar o acontecimento.

OAB vai avaliar declarações de Jair Bolsonaro em votação do impeachment (Agência Brasil, 20.04.2016)⁵¹

Discurso de Bolsonaro deixa ativistas “estarecidos” e leva OAB a pedir sua cassação (BBC Brasil, 20.04.2016)⁵²

OAB-Rio vai ao Supremo contra deputado Jair Bolsonaro (GaúchaZH, 19.04.2016)⁵³

Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB (Folha de S. Paulo, 20.04.2016)⁵⁴

OAB-RJ vai ao STF pedir a cassação do mandato de Jair Bolsonaro (G1, 19.04.2016)⁵⁵

Claro desrespeito aos direitos humanos, diz OAB em repúdio à fala de Bolsonaro (Estadão, 20.04.2016)⁵⁶

OAB-RJ vai ao STF pedir cassação de Bolsonaro por “apologia à tortura” (UOL, 19.04.2016)⁵⁷

OAB/RJ pede cassação do mandato de Jair Bolsonaro por homenagem a torturador (CartaCapital, 25.04.2016)⁵⁸

Vale ressaltar, antes de passarmos para a categoria analítica da narrativização, que nas redes sociais a fala de Jair Bolsonaro é enquadrada de forma diferente da descrita em um

⁵¹ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/oab-vai-avaliar-declaracoes-de-jair-bolsonaro-em-votacao-do-impeachment>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵² Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵³ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/oab-rio-vai-ao-supremo-contra-deputado-jair-bolsonaro-5782134.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/oab-rj-vai-ao-stf-pedir-cassacao-do-mandato-de-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵⁶ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/claro-desrespeito-aos-direitos-humanos-diz-oab-em-repudio-a-fala-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

⁵⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/19/oab-rj-diz-que-vai-ao-stf-pedir-cassacao-de-bolsonaro-por-homenagear-ustra.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁵⁸ Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/04/25/oab-rj-pede-cassacao-do-mandato-de-jair-bolsonaro-por-homenagem-a-torturador/>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

primeiro momento pelos portais e sites de notícias. Nas redes sociais, a fala dele destaca-se com diferentes manifestações já repudiando a menção feita ao Ustra e conseqüentemente à ditadura (aprofundaremos a recepção do acontecimento na identificação do pano de fundo, terceira categoria de análise).

Então, sobre a descrição do acontecimento, percebemos uma disputa de sentidos em circulação: enquanto nos portais e sites de notícias na internet houve uma tentativa de silenciamento ou de naturalização do voto de Jair Bolsonaro como apenas mais um comentário favorável ao processo de *impeachment* e a conseqüente deposição de Dilma Rousseff ao cargo de presidenta, outros setores da sociedade caracterizavam o acontecimento como criminoso e contra os direitos humanos agregando fluxos adiante na circulação. Vale dizer que esses setores são tanto institucionais, visto a inserção da OAB, como também considerados da sociedade civil em geral, conforme os posicionamentos de indivíduos em suas páginas na internet.

4.2.1.2 Narrativização

A segunda operação analítica que nos permite perceber a “formatação e o processo de inscrição social do acontecimento” é a da narrativização (FRANÇA & LOPES, 2016, p. 13). A partir dessa categoria, podemos identificar os atores da narrativa, a movimentação de temporalidades bem como a articulação dos momentos do acontecimento.

No que tange a como o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” foi narrado, destacamos que o ponto de partida escolhido pelos portais de notícias foi justamente o pedido da OAB, conforme visto anteriormente na titulação das oito matérias online exemplificadas. Ainda, com base na análise dos textos, percebemos que os veículos privilegiaram três agentes na narração: a própria OAB, o citado coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o deputado Jair Bolsonaro.

Já nos títulos das notícias podemos observar a relevância da OAB e do Bolsonaro na narrativa, sendo que eles aparecem nas oito matérias destacadas. Inclusive, G1 e UOL mencionam comentários do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, em suas redes sociais, assim como de Jair Bolsonaro após a OAB divulgar nota repudiando a fala dele por fazer apologia a um crime ao enaltecer um torturador. O texto do UOL diz:

O deputado se pronunciou sobre o assunto nas redes sociais dizendo que se orgulhou de citá-lo. (UOL, 19.04.2016).

Ainda, Folha de S. Paulo disponibilizou um hiperlink de uma notícia que ela mesma divulgou no dia anterior, em que citava o voto de Bolsonaro e como esse afetou Dilma Rousseff no momento na abertura do processo de *impeachment*.

Ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra também é dado evidência ao longo de todas as notícias, contudo, Agência Brasil, Folha de S. Paulo, G1 e UOL não expõem diretamente em suas narrativas que ele foi um militar reconhecido judicialmente como torturador no período da ditadura. Esses veículos preferiram o uso de fontes noticiosas, como a própria OAB, para relacionar o comandante do DOI-Codi entre 1971 e 1974 com as torturas cometidas por ele e nos locais em que chefiava. Essa busca de outros enunciadores para a enunciação também é usada no título de Folha de S. Paulo e Estadão. Os dois, ao apontarem que o voto de Jair Bolsonaro é um desrespeito aos direitos humanos e constitui um crime, finalizam com “diz OAB”. Por sua vez, UOL e BBC Brasil utilizam palavras com aspas no título, sendo elas “apologia à tortura” e “estarecidos”, respectivamente, ao se referirem ao discurso de Jair Messias Bolsonaro.

Dentre todas as matérias destacadas, a única que traz fontes que não sejam da OAB, é a BBC Brasil. Nela, podemos encontrar fontes como a Anistia Internacional no Brasil, ONG's, sujeitos da área jurídica, membros do grupo Tortura Nunca Mais e a presidenta Dilma Rousseff, presa política e torturada na ditadura civil-militar. O texto da BBC Brasil diz:

A falta de prestação de contas com a época da ditadura também é apontada por Victória, do Tortura Nunca Mais, como um elemento que criou um clima onde Bolsonaro pode elogiar um torturador [...] (BBC Brasil, 20.04.2016).

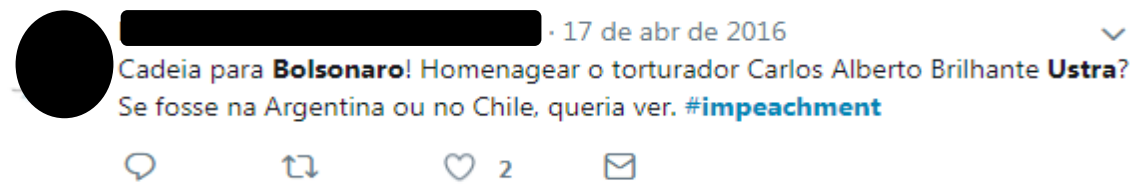
No geral, em suas narrativas, os portais de notícias apresentaram Ustra como coronel do Exército durante a ditadura, sem problematizar o abuso de poder ou a própria menção feita por Jair Bolsonaro sobre ele ter sido torturador de Dilma Rousseff. Sendo assim, compreendemos que dos oito veículos destacados, a BBC Brasil foi o único que aprofundou e contextualizou o voto de Jair Bolsonaro, inserindo-o no macroacontecimento que é a ditadura civil-militar e os resquícios da mesma que atravessam a atualidade (sobre isso e o que segue, falaremos na categoria analítica da caracterização do problema público). Aí, encontram-se também, de forma mais explícita, os diferentes tempos convocados pelo acontecimento: há centralidade no passado relacionado à memória da ditadura e possibilidades de futuro a partir das consequências legais que poderiam ser impostas ao deputado Jair Bolsonaro - mas não são.

4.2.1.3 Identificação do pano de fundo pragmático

A identificação do pano de fundo pragmático é a terceira categoria analítica que compõe uma das etapas da constituição da linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. França e Lopes (2016) sublinham que essa fase diz respeito ao campo da experiência, contribui para entendermos como o acontecimento foi percebido e como as pessoas reagiram a ele.

Segundo o que vimos na descrição (item 4.2.1.1), ao homenagear o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra durante o seu voto na abertura do *impeachment*, Jair Messias Bolsonaro provocou diversas reações explanadas nas redes sociais. Assim sendo, a recepção do voto de Jair Bolsonaro suscitou sentimentos de revolta contra o parlamentar já que foi inscrita contra os direitos humanos e considerada apologia ao crime. Na Figura 4, a partir de uma postagem no Twitter, podemos verificar um exemplo desses fluxos de circulação.

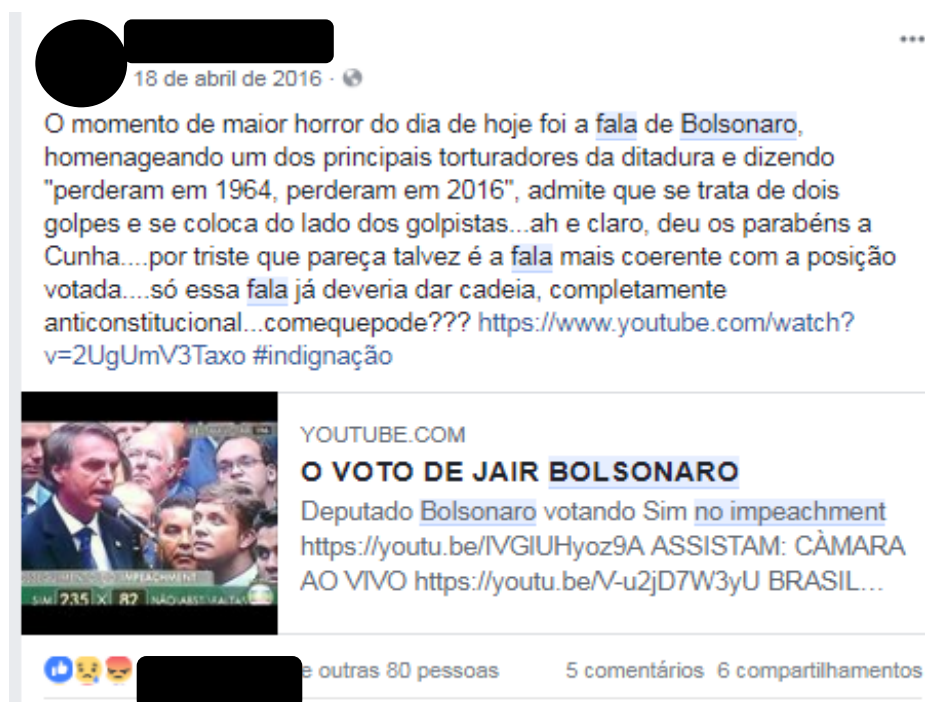
Figura 4 – Voto de Jair Bolsonaro causa revolta no Twitter



Fonte: Twitter.

Essa movimentação de fluxos de circulação também pode ser observada na Figura 5, uma postagem no Facebook.

Figura 5 – Manifestações de indignação contra Bolsonaro no Facebook



Fonte: Facebook.

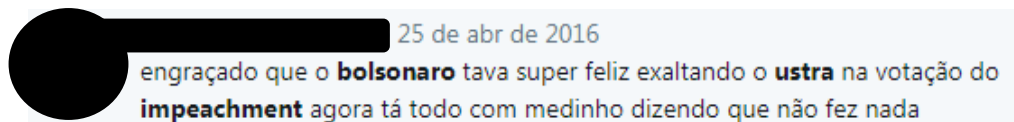
Na postagem da Figura 4, o autor faz, inclusive, uma comparação com dois países latino-americanos que também vivenciaram ditaduras e os diferencia da postura política no Brasil em relação ao tema. Aqui, a Lei da Anistia é válida também para os torturadores e os deputados possuem imunidade parlamentar, para mencionar alguns pontos. Já na Figura 5, o usuário da rede social além de questionar a saudação ao Eduardo Cunha – que estava sendo investigado na época e depois foi condenado – também comenta a relação do golpe de 2016, que o próprio Bolsonaro assume, com o golpe de 1964. Em ambas as postagens, os sujeitos pedem a prisão do parlamentar.

Ainda, podemos citar a ação efetiva tomada pela OAB com o pedido de cassação do mandato e de um processo penal contra Jair Bolsonaro, fazendo parte da narrativa dos portais de notícia online, além de gerar mais desconforto nas redes sociais. Não por menos, os próprios seguidores do parlamentar, já avaliando uma candidatura à presidência em 2018, consideraram que ele poderia perder votos devido à homenagem ao Ustra e que, então, deveria evitar entrar em confrontos desnecessários.

Logo, a primeira postagem de Jair Bolsonaro em seu perfil oficial no Facebook, após o voto na sessão da Câmara, é uma afirmação do Olavo de Carvalho dizendo que não há “[...]”

prova razoável de que o coronel Brilhante Ustra tivesse mesmo torturado alguém.”⁵⁹. Em vídeo com link em seu Twitter e divulgado no Facebook, Bolsonaro, ao responder a provocação se estava arrependido de homenagear Ustra no *impeachment*, diz: “Jamais defenderia um torturador, quem quer que seja. A memória que trouxe por ocasião da votação no último domingo é de um homem que esteve ao lado da democracia e ao lado da nossa liberdade, lutando contra aqueles que queriam impor o comunismo em nosso país [...]”⁶⁰. Essa postura do deputado é observada com ironia, conforme Figura 6:

Figura 6 – Bolsonaro não assume Ustra como torturador



Fonte: Twitter.

Dito isso, um fluxo de circulação identificado surge a partir do fato de Bolsonaro não assumir Ustra como torturador, mas que tampouco se redime por exaltar a memória do “pavor de Dilma Rousseff”. Na sequência, no seu perfil do Facebook, há uma postagem relacionando o pedido de cassação do mandado dele feito pela OAB como uma conspiração do PT⁶¹ e, posteriormente, uma rememoração direta da ditadura civil-militar brasileira, conforme veremos tanto no próximo item, na caracterização do problema público, como nas interpretações a partir dessa postagem e da circulação de comentários no item 4.3.1 do presente trabalho.

4.2.1.4 Caracterização do problema público

A caracterização do problema público, nossa quarta categoria de análise, está evidenciada no que Quéré (2005) chama de campo problemático. Sendo assim, o

⁵⁹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/619709124844744/?type=3&theater>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/622707737878216/?>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁶¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.213527478796246.1073741826.211857482296579/619728751509448/?type=3&theater>>. Acesso em: 1 maio 2018.

acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” revela um passado ainda não resolvido sobre a ditadura civil-militar brasileira, tanto que os portais e sites de notícias na internet escolheram um enquadramento de forma a normalizar o voto de Bolsonaro como qualquer outro naquela sessão plenária, não inserindo o mesmo em resquícios herdados pela própria ditadura.

De certa forma, os veículos de informação restringiram também o acontecimento do voto ao âmbito institucional da OAB que criminalizou o ato e, após isso, os portais integraram-na na narrativa dos veículos. Mas, no geral, não problematizaram a abertura de arquivos sobre a ditadura ou mesmo a justiça proporcional aos familiares dos mortos e desaparecidos, bem como a própria efervescência de defesas da ditadura encobertas pela liberdade de expressão, por exemplo.

Isso ficou evidente com a circulação dos comentários e a postagem de Jair Bolsonaro no Facebook, no dia 20 de abril de 2016, em que o deputado faz uma analogia entre os militares de 1964 e os defensores do *impeachment* de 2016. Nos comentários da postagem, essa memória positiva da ditadura é referenciada várias vezes, como quando os seguidores do Bolsonaro afirmam que a tortura foi necessária para a liberdade dos dias atuais ou quando glorificam Ustra pela defesa da pátria contra os “comunistas” - a fim de não nos tornarmos repetitivas apresentaremos essa postagem e alguns dos comentários apenas no item 4.3.1, bem como as interpretações por meio da análise discursiva.

Ainda, de acordo com França e Lopes (2016), o acontecimento nem sempre alcança o problema público, já que isso ocorre somente quando o acontecimento está dentro de uma categoria mais ampla afetando as pessoas e a sociedade de modo geral. Vale ressaltar que, no caso do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, o problema público é alcançado por ele mesmo, a partir da revelação que faz sobre o passado da história brasileira e que segue afetando a sociedade. Esse acontecimento, por sua vez, está inserido no macroacontecimento que é a ditadura civil-militar, sendo que a memória da ditadura é atualizada pelo ódio biopolítico proferido não só no voto de Jair Bolsonaro e em suas postagens, mas também nos comentários citados anteriormente, além da circulação de sentidos nos comentários dos portais de notícias, que serão analisados no segundo eixo do nosso desenho metodológico.

4.2.1.5 Normalização

A quinta e última categoria de análise da individualização do acontecimento é a da normalização. Para França e Lopes (2016) essa categoria observa o desinteresse e a

desmobilização em torno do acontecimento, ou seja, quando tudo retorna para o seu estado considerado normal e a vida cotidiana das pessoas segue o ritmo de antes. Dito de outra forma, com o tempo há certo declínio na curva de interesse do acontecimento.

Sendo assim, algumas reflexões podem ser feitas nesta análise, já que o pedido de cassação do mandato de Jair Bolsonaro não foi aceito pela Câmara dos Deputados e o mesmo não foi condenado por apologia ao crime. Além do mais, ele surge como candidato eleito no segundo turno no pleito presidencial de 2018 fazendo, inclusive, uma pré-campanha não oficial ainda no ano anterior. A seguir, podemos observar alguns títulos de matérias online com as temáticas.

Conselho de Ética arquiva processo de Bolsonaro por homenagem a Ustra (G1, 09.11.2016)⁶²

Conselho de Ética livra Bolsonaro de processo por homenagem a Ustra (Folha de S. Paulo, 09.11.2016)⁶³

Bolsonaro usa cota parlamentar para custear viagens de pré-campanha presidencial (Fórum, 24.04.2017)⁶⁴

Pré-candidato, Bolsonaro percorre o país bancado pela Câmara (O Globo, 18.08.2017)⁶⁵

Câmara gasta mais com “voo” eleitoral de Bolsonaro (Estadão, 14.01.2018)⁶⁶

O texto do primeiro veículo noticioso destacado diz que Jair Bolsonaro

[...] argumentou que a imunidade parlamentar e o direito de os congressistas se manifestarem devem ser resguardados. (G1, 09.11.2016).

Folha de S. Paulo, por sua vez, em relação às acusações com a homenagem de Bolsonaro para Ustra, confirma que a

⁶² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/conselho-de-etica-arquiva-processo-de-bolsonaro-por-homenagem-ustra.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁶³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1830828-conselho-de-etica-livra-bolsonaro-de-processo-por-homenagem-a-ustra.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-usa-cota-parlamentar-para-custear-viagens-de-pre-campanha-presidencial/>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pre-candidato-bolsonaro-percorre-pais-bancado-pela-camara-21719277>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁶⁶ Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-gasta-mais-com-voo-eleitoral-de-bolsonaro,70002149854>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[...] tese que prevaleceu é a de que o deputado apenas expressou sua livre opinião política, amparado na inviolabilidade parlamentar, raciocínio reunido em relatório do deputado Marcos Rogério (DEM-RO). (Folha de S. Paulo, 09.11.2016).

Em relação ao ponto da normalização sobre o lançamento de Jair Bolsonaro como pré-candidato nas eleições presidenciais e a campanha não oficial com dinheiro público, o texto de O Globo diz:

[...] a assessoria de imprensa do deputado afirmou que esses deslocamentos eram pagos por Bolsonaro do próprio bolso. Depois, confrontada com a prestação de contas, [...] a assessoria do deputado afirmou que essas atividades têm relação com o exercício do mandato. (O Globo, 18.08.2017).

Então, em consonância com o que França e Lopes (2016) entendem pela categoria da normalização, podemos dizer que neste último momento da análise, o interesse ou a mobilização em torno do “voto de Jair Bolsonaro”, diminuiu. O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados não penalizou o parlamentar, que também não foi incriminado por apologia à tortura, assim, a normalidade retorna com Jair Messias Bolsonaro sendo pré-candidato à presidente do país e iniciando uma pré-campanha em viagens exercendo o cargo ainda de deputado federal.

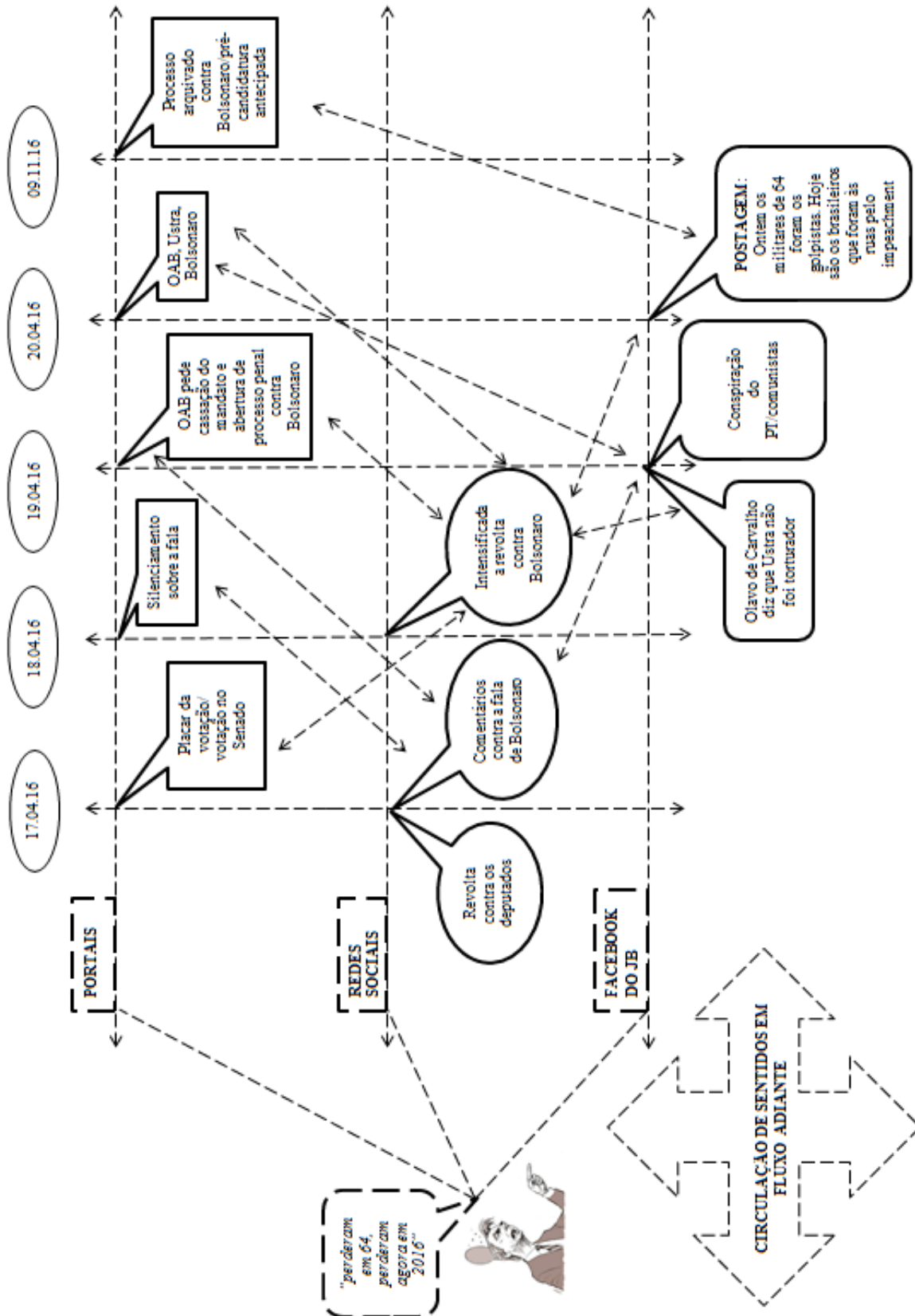
Ainda, nesta etapa da normalização, se encerra o acontecimento jornalístico, mas, o tema do voto, que é a ditadura civil-militar brasileira, segue afetando a sociedade, ou seja, as temáticas relacionadas à ditadura civil-militar seguiram em torno da campanha de Bolsonaro para presidente em 2018, assim como após ele ter sido eleito presidente. Logo, o macroacontecimento não termina.

Outro ponto interessante é que o ódio biopolítico continuou circulando na campanha de Jair Messias Bolsonaro ao mesmo tempo em que surgiram movimentos contrários ao que ele e seus seguidores defendem. A maior manifestação de mulheres na história do Brasil, a mobilização social que ficou conhecida pelo nome de “#EleNão” (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018) destacou-se dentre os movimentos que denunciaram a campanha presidencial do candidato do PSL baseada no ódio e na desinformação, na retirada de direitos das consideradas minorias sociais, além de atentados as suas próprias vidas, para citar exemplos.

Após esse trajeto construído a partir das cinco categorias analíticas apresentadas separadamente, para melhor compreensão de como o “voto de Jair Bolsonaro” tornou-se tal acontecimento bem como circulou na ambiência digital, construímos, também visualmente, a

linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, conforme a Figura 7. Enfatizamos que, embora nem todo o processo das dinâmicas de produção e da circulação do acontecimento possa ser percebido nesse exercício – tampouco visualmente –, demandamos certo esforço para que os fluxos percorridos pelo “voto de Jair Bolsonaro” fossem apreendidos.

Figura 7 – A linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”



Fonte: Elaboração da autora (2018).

A partir da Figura 7 e levando em consideração as reflexões feitas anteriormente, podemos dizer que o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, emergido no tempo presente, revelou um passado relacionado ao macroacontecimento que é ditadura civil-militar brasileira assim como o contexto de inserção do próprio acontecimento.

Conforme a pesquisa exploratória realizada anteriormente, consideramos conveniente direcionarmos nosso olhar para dois espaços de visibilização quando adentramos no campo do *impeachment*: na mídia tradicional, os portais e sites de notícias focaram no placar da votação na Câmara e como os próximos passos ocorreriam no Senado; enquanto nas redes sociais era evidente o descontentamento com as falas dos parlamentares e a de Jair Bolsonaro já era uma delas. Sendo assim, nesse primeiro momento, a descrição do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” pelos portais e sites de notícias foi de silenciamento e de naturalização, até a OAB entrar com um pedido de cassação e de prisão contra o deputado. Notamos, então, uma disputa de sentidos sobre a descrição do acontecimento. Essa etapa da circulação ocorreu essencialmente nos dias 17 e 18 de abril de 2016.

Posteriormente, na narrativização do acontecimento, três atores foram acionados agregando sentidos na circulação: OAB, Ustra e Bolsonaro. Também observamos a movimentação de temporalidades, com um resgate da memória da ditadura a partir de Ustra e das possibilidades de futuro com a entrada da OAB na narração. Jair Bolsonaro, por sua vez, com uma recepção contrária a sua fala nas redes sociais, não admite que Ustra tenha sido um torturador, mesmo assim mantém sua homenagem ao “pavor de Dilma Rousseff”. Desse modo, como podemos ver na imagem da linha do tempo, o momento da narrativização do acontecimento ocorreu de forma mais evidente nos dias 18 e 19 de abril de 2016.

Já a identificação do pano de fundo pragmático pode ser visualizada desde a irrupção do acontecimento no dia 17 de abril de 2016, perpassando os dias que se seguem na semana da votação do *impeachment* na Câmara. Nessa etapa da construção da linha do tempo, há uma circulação de sentidos em fluxo adiante nas redes sociais, diversas reações contrárias ao Bolsonaro e de revolta pela homenagem feita a um torturador reconhecido foram encontradas.

Dito isso, observamos que o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” revela um passado ainda não resolvido sobre a ditadura civil-militar brasileira, caracterizando um problema público diretamente relacionado ao discurso de ódio biopolítico que atualiza sentidos sobre esse período, isso está evidenciado especialmente na postagem do dia 20 de abril de 2016. Não por menos, o parlamentar saiu ileso das acusações – que para ele fazem parte da conspiração comunista – da OAB e ainda é referenciado como pré-candidato nas

eleições presidenciais de 2018 antecipadamente. Esse último momento, a normalização, repercute a partir do dia 9 de novembro de 2016. Lembramos, ainda, que o acontecimento jornalístico é que termina, enquanto o macroacontecimento (ditadura civil-militar) permanece e segue circulando em fluxo adiante.

A seguir, apresentaremos o segundo movimento analítico, que consiste na análise discursiva, para então iniciarmos as nossas interpretações sobre a circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

4.3 SEGUNDO MOVIMENTO: ANÁLISE DISCURSIVA

Para investigarmos como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” – que pode ser observado por meio do interdiscurso e do intradiscurso neste acontecimento – inspiramo-nos em princípios da Análise de Discurso, de forma espontânea e sem pretensão de uma filiação rígida a essa metodologia. Ainda, a partir disso, é possível termos uma leitura de como a memória da ditadura civil-militar é atualizada mobilizando sentidos na circulação.

Frisamos que na AD não se objetiva a exaustividade em relação ao objeto, já que ele é inesgotável. Ao considerarmos a circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, percebemos essa infinidade de discurso que se estabelece com o anterior e assim por diante. De acordo com Orlandi (2009, p. 62), não existe “[...] discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes.”.

Segundo Orlandi (2009), a AD considera os processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, construção da realidade e também entende os sujeitos do enunciado como agentes ideológicos. Sendo assim, podemos dizer que o campo de estudo da AD extrapola os limites da língua e da sintaxe, já que no discurso há elementos do contexto histórico e da ideologia do sujeito - por isso é pertinente utilizarmos tal ferramenta analítica nesta pesquisa.

Além do mais, cabe sinalizar que para Foucault (1999, p. 8) o discurso exerce e é dotado de poder, por isso é perigoso o “[...] fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem [...]” de forma indefinida. Logo, podemos dizer que “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu

acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Assim, o discurso pode ser entendido como um objeto em disputa e de desejo dos sujeitos sociais ou nas palavras de Foucault (1999, p. 10), que salienta o quanto o curso da história nos ensina: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”. Ainda, dialogando com o autor, podemos inferir que o discurso é um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] FOUCAULT, 2008, p. 43, grifos do autor).

Por sua vez, Orlandi (2009, p. 43-44) também faz considerações acerca das formações discursivas, as quais “[...] podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra.”. Tendo em vista essa memória discursiva que sustenta o que é dito a partir de formulações já feitas, no entanto, esquecidas, podemos dialogar com Orlandi (2009, p. 54) que os sentidos “[...] não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem.”.

Essas reflexões da autora, assim como as de Foucault (2008), são relevantes ao nosso estudo e contribuem para a compreensão da memória da ditadura civil-militar que se atualiza na circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Para tanto, selecionamos observáveis a partir da linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Aqui, a linha do tempo nos dá subsídios para a elaboração do *corpus* para, então, seguirmos com nossa análise a partir das formações discursivas. Vale lembrar que para Orlandi (2009) a análise inicia na seleção do *corpus* e que a sua organização será dada a partir da base material bem como do ponto de vista do analista apoiado em um quadro teórico de referência.

Considerados esses apontamentos, partimos para o próximo item, em que trazemos nossas interpretações a respeito da circulação do discurso de ódio biopolítico no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Apresentamos, a seguir, a análise da postagem de Jair Messias

Bolsonaro em sua página oficial na rede social Facebook, do dia 20 de abril de 2016, juntamente com o discurso em circulação nos comentários encontrados na postagem em questão.

4.3.1 Circulação nas redes

Com o intuito de investigarmos como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” atualizando a memória da ditadura civil-militar, selecionamos a postagem que será analisada a seguir. Justificamos a escolha por considerarmos o discurso nela contido bastante emblemático ao relacionarmos com a memória discursiva sobre a ditadura civil-militar brasileira. Ainda, vale dizer, que a postagem é o primeiro material dos selecionados a partir da linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

Assim sendo, no dia 20 de abril de 2016, três dias depois do voto de Jair Bolsonaro, com as notícias circulando sobre pedidos de cassação e de prisão do deputado por ter feito apologia à ditadura, com diversos setores corroborando que na verdade o *impeachment* seria um golpe, além da intensa circulação de sentidos em fluxo adiante, é postada em sua página oficial no Facebook, a imagem que segue (Figura 8):

Figura 8 – Postagem de Jair Bolsonaro



Fonte: Facebook.

Na Figura 8, temos a imagem da bandeira do Brasil sendo “rasgada” pelo símbolo do comunismo, já a frase faz uma comparação irônica ao “golpe militar” de 1964 com o “golpe” de 2016 representado pelos setores defensores do *impeachment*. Além do mais, na postagem há uma movimentação de temporalidade, já que relembra o “ontem”, traz a atualidade do “hoje” e afirma que “amanhã” dará continuidade na luta pelo país. Por fim, é “assinada” pela “Família Bolsonaro”, que é quem diz a “verdade”.

Cabe dizer que a postagem também traz imaginários que foram acionados durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em 2018. Um destes imaginários é a contrariedade ao comunismo, que não só circulou entre seu eleitorado no pleito de 2018, como foi um dos elementos do voto de Jair Bolsonaro no *impeachment* de Dilma. Sinalizamos também o fato de Bolsonaro deixar explícito que continuaria defendendo o que ele considerada adequado para o país, além do que, é visível o patriotismo e o nacionalismo presente na imagem.

Outro elemento percebido, já que a postagem é assinada pela “Família Bolsonaro”, diz respeito aos sentidos em circulação no que tange à família e aos considerados “valores familiares” sendo que uma das pautas da campanha de Bolsonaro consistia na defesa do que ele chama de “família tradicional brasileira” e da “moral e dos bons costumes”. Por fim, quando Bolsonaro afirma que “o Brasil precisa que a verdade seja dita”, podemos interpretar que a verdade vem dele, não por menos, durante o pleito eleitoral de 2018, houve intensa circulação de notícias falsas ou informações descontextualizadas especialmente nas redes sociais que, mesmo contestadas com dados e pesquisas científicas, eram desacreditadas pelo eleitorado de Bolsonaro, o qual preferia basear-se unicamente na palavra do candidato, desacreditando qualquer informação que questionasse as suas argumentações durante a campanha.

Assim sendo, a postagem obteve cerca de 68 mil curtidas, mais de 14 mil compartilhamentos e aproximadamente 2.500 comentários diretos, além das respostas a esses comentários. Vale ressaltar que para a análise foram coletados todos os comentários, incluindo as respostas quando existentes, o que acarretou um volume de mais de três mil comentários e respostas. Uma observação prévia foi feita em todos eles e, em um primeiro momento, ponderamos em analisar os comentários curtidos ou ainda os mais curtidos. Entretanto, tendo Braga (2012, p. 40) como norteador no processo de circulação, que o entende como “fluxo contínuo” e “sempre adiante”, optamos pelos comentários que obtiveram alguma resposta, chegando ao número de 116 comentários para esta análise.

No geral, os comentários são contra o comunismo (representados na figura de Dilma/Lula/PT) e reafirmam a necessidade de tirar os comunistas do poder (Dilma Rousseff) assim como foi feito no ano de 1964 (João Goulart), fazendo uma relação direta da memória com o discurso, isto é, a memória discursiva. São comentários favoráveis a métodos autoritários e repressivos como a própria tortura contra alguns setores da sociedade. São alicerçados no que consideram liberdade de expressão, proliferando o discurso de ódio biopolítico atingindo aqueles que, segundo os de “bem”, não merecem nem sequer viver. Além disso, os comentários enaltecem os militares e rememoram o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra pela restauração da ordem necessária, que seria a própria ditadura civil-militar restringindo a diversidade biológica e a liberdade dos corpos aos padrões disciplinares e controladores.

Um ponto a ser considerado é que inúmeras vezes esses elementos aparecem de forma conjunta nos comentários, ou seja, um complementa ou reforça o outro. Por exemplo, há momentos em que o coronel Ustra e os militares são afirmados como heróis por terem “lutado contra os comunistas”, mesmo que para derrotá-los fossem necessários repressão e tortura - aqui já há evidências da circulação do discurso de ódio biopolítico atualizando a memória da ditadura, pois os mesmos comunistas de outrora são os que hoje podem e devem ser reprimidos.

Dessa forma, a fim de uma organização metodológica sobre a ativação da memória da ditadura civil-militar entre os seguidores de Jair Bolsonaro na rede social Facebook, os comentários foram separados a partir de três formações discursivas: a) em memória do coronel Ustra; b) tortura e morte como algo necessário; c) contra os comunistas. Vale lembrar que, para chegarmos a essas formações discursivas e operacionalizarmos nossa análise, inspiramo-nos na AD.

a) em memória do coronel Ustra: são comentários em circulação que enaltecem o comandante do DOI-Codi, visto como um herói que lutou “contra terroristas como a Dilma” e “nos livrou desses comunistas por muito tempo”. Por vezes, os comentários assinalam que nunca foi provado que Carlos Alberto Brilhante Ustra torturou, por outras, reconhecem a tortura por parte do coronel, mas que ela teria ocorrido “em combate”. Na maioria dos casos é delegado ao coronel Brilhante Ustra o feito de o Brasil não ter se “transformado em um

Cubão” e de não vivermos em um “regime comunista”, conforme pode ser observado no comentário um (C1).⁶⁷

(C1) Obrigado Coronel Brilhante Ustra, graças a você e os militares, o Brasil não foi transformado em um “Cubão” da América do Sul, graças a você não estamos vivendo um Regime Comunista aqui, alias você perseguia somente Terroristas, Saqueadores, Comunistas que causavam desordem no Brasil, por isso a Dilma tem pavor do senhor porque você perseguiu ela e os aliados da KGB, parabéns Coronel. “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”

Aqui, ao referendarem Ustra que “nos livrou dos comunistas”, há uma relação intrínseca entre o já-dito e o que se está dizendo (interdiscurso e intradiscurso, respectivamente): os “comunistas” de antes, são os “comunistas” de hoje que subverteram a ordem e por isso têm medo de Ustra. Além disso, referem-se aos “comunistas” como sujeitos passíveis de eliminação e usam o termo “Cubão” pejorativamente, sem argumentação política sobre as escolhas políticas do país em questão, apenas desqualificando-o por não se enquadrar no que consideram um padrão aceitável no contexto biopolítico, de acordo com as concepções de Foucault (2005) sobre a temática.

Ainda, os seguidores de Jair Bolsonaro agradecem aos militares, já que os seus atos do passado teriam possibilitado a democracia atual. Nos comentários, ratificam que o Brasil só não vivenciou um “regime comunista” devido à intervenção do Exército, que teria agido em reação aos “terroristas”. Aqui, também podemos observar a constituição de sentidos em torno da palavra “terroristas”, sujeitos que historicamente são vistos como contra a ordem e que agem de maneira criminosa, portanto, a partir desse já-dito percebemos a atualidade nos sentidos do intradiscurso quando associados com a Dilma de antes (militante na ditadura) com a Dilma do presente (ex-presidenta do Brasil).

Em outros comentários, muitos escreveram que os militares teriam impedido Jango de dar um “golpe de esquerda” juntamente com os “guerrilheiros de Cuba” ou “treinados pela antiga União Soviética”. Há também pedidos para que os militares voltem a governar o Brasil e que isso poderia acontecer com Jair Messias Bolsonaro vencendo as eleições presidenciais no ano de 2018.

b) tortura e morte como algo necessário: são comentários corroborando que houve tortura durante o período da ditadura civil-militar brasileira, assim como pessoas também foram mortas pelo governo. Contudo, a análise dos comentários indicou dois motivos pelos

⁶⁷ Os comentários apresentados serão reproduzidos exatamente como foram escritos nas redes sociais e nos portais de notícias.

quais tanto as mortes como as torturas cometidas seriam justificáveis. Um deles trata-se da necessidade à época para garantir a liberdade nos dias atuais, o outro motivo refere-se às pessoas que foram torturadas ou mortas, enquadradas em “movimentos terroristas”, conforme explicitado em C2.

Além disso, discursos como os de quem foi morto não ser “santo” ou de que a Dilma foi torturada porque “mereceu” também foram encontrados durante a análise. Outro comentário recorrente diz respeito à declaração de Amado Batista em um programa televisivo que era apresentado por Marília Gabriela. Ele afirmou, conforme reprodução feita por um indivíduo em C3, ter sido preso e que levou um “corretivo” que o fez agradecer aos militares. Amado Batista é usado como exemplo durante os comentários para justificar a tortura, já que ele estava no caminho do “mau”, isto é, dos “comunistas”, de “Cuba”.

(C2) Eu entendo a repulsa que possa se ter ao elogiar alguém que é conhecido por ser torturador (embora nunca provado), no entanto, entendo também que Bolsonaro é uma figura cuja maior serventia pública é a reflexão. Já há quem comece a perceber que houve um passado feio onde a tortura e a morte foram necessárias para garantir a liberdade que gozamos hoje em dia. Por outro lado, afirmar que ele deveria omitir seu já conhecido apoio ao trabalho de quem participou do desmonte de movimentos terroristas comparados às FARCS da Colômbia apenas para não parecer desrespeitoso a mim parece uma meia aceitação. Ou se entende que o preço da liberdade de hoje foi a tortura do passado, e daí os malvados torturadores foram nossos heróis libertadores, ou então aceitamos que por uma questão de princípios deveríamos nos submeter a Dilma e aos Franklin Martins e Jean Wyllys da vida como forma de reparação histórica.

(C3) “Fui preso por uma semana sim, durante o Governo Militar e só tenho a agradecer... Eu estava errado! Era jovem e me deixei enganar entrando no Partido Comunista. Os militares fizeram o que um pai faria a um filho no mau caminho: me deram um corretivo! Se não fossem eles, hoje o Brasil estaria pior ou igual que Cuba!” Amado Batista – de Frente com Gabi

Com a formação discursiva em destaque, percebemos, novamente, como os sentidos circulam em torno da memória atualizada, remetendo aos termos “comunista” e “terrorista”, por exemplo. Outro ponto importante é como os seguidores de Jair Messias Bolsonaro acionam o discurso de ódio especificamente biopolítico ao assinalarem que para determinados casos a tortura é justificável. Além disso, não aceitam a diversidade e partem de uma perspectiva de controle dos corpos ao citar Jean Wyllys (PSOL), conhecido deputado homossexual e defensor das pautas do movimento LGBTQ+. Nesse momento, trazem também à tona a formulação de sentidos em torno da “família tradicional brasileira” determinada pela constituição de sentidos de outrora, conforme marchas na ditadura que tinham como lema “Deus, Pátria, Família”.

c) contra os comunistas: no Facebook, os comentários dos seguidores de Jair Bolsonaro na análise da postagem em questão, fazem referência a quem não concorda com eles ou com os militares de 1964 como “comunistas”. Seguidamente são usados termos como “esquerdopatas” e “porcos comunistas”, associam petistas e defensores dos direitos humanos diretamente com comunistas, além de igualarem “comunistas” aos “nazistas” ou “fascistas” e também aos “stalinistas” – sem qualquer argumentação a não ser que essa seria a “verdade” –, conforme elucidado em C4.

No quarto comentário (C4), a única fonte citada que explicaria as argumentações e as comparações entre “comunistas” e “nazistas”, por exemplo, é a de uma terceira pessoa. Segundo consta em C4, esta pessoa citada retrataria “tudo que nós queremos dizer”. Não há embasamento científico ou político no que é dito, mas o ódio de caráter biopolítico na circulação em fluxo adiante.

Novamente, ao se dizerem contrários aos “comunistas”, usam termos que os reduzem como “esquerdopatas” ou “porcos”, fazendo menção diretamente ao caráter biológico. Ainda, sendo contrapostos aos “trabalhadores de bem”, fariam parte do que é “ruim” na sociedade, portanto, podem ser eliminados. Na atualidade dos sentidos do intradiscursos, trazem, mais uma vez, o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Jean Wyllys, e Dilma Rousseff como desses setores alinhados ao comunismo, logo, que não detém a verdade, dita somente por aqueles que são do “bem”.

(C4) Marighella, Fidel, Lenin, Kim, Stalin, Che... Todos comprovadamente assassinos, torturadores, comunistas, monstros, homofóbicos, racistas, fascistas, mas aclamados pelos livros de história do mec e pelo nosso (des) governo. Ninguém acha horrível, ou se indigna, ou exige explicação. PCdoB usa foice e martelo como símbolo, sendo que em vários países qq apologia ao comunismo ou nazismo é considerado crime. Mas o coronel Ustra. Julgado “imparcialmente” pela comissão da verdade, que tinha o claro intuito de gerar indenizações milionárias para os que tentaram nos enfiar um comunismo goela abaixo, foi demonizado sem provas! Isso mesmo! As fotos que andam circulando de supostas vítimas da tortura, são de guerrilheiros mortos durante confronto armado ao tentarem praticar crimes. Pois é. Eu pesquisei, procurei saber. Até a Bete Mendes chegou a admitir que não tinha sido torturada nada. A Miriam Macedo tbm já disse que mentiu. Outros contaram que na época era a orientação de seus intelectuais, dizerem que tinham sido torturados... Engraçado como uma ditadura sangrenta e assassina deixou vivos e se sequelas os principais líderes dos guerrilheiros como Dilma, Dirceu, Genuíno... Estranho duvidar da palavra dos trabalhadores de bem, que viveram a época sem nada sofrer, e acreditar em depoimento de gente que diz que impeachment é golpe, que a Dilma é honesta e que vota em Jean Willis... Depois mandam os outros estudarem! Por Anna Guimarães que retrata tudo que nós queremos dizer, se você pesquisa e busca a verdade você encontra. Não se aliene, não seja ignorante!

Por fim, a partir dessa observação e posterior análise, salientamos que a postagem do dia 20 de abril de 2016 suscitou, imediatamente, entre os seguidores de Jair Messias Bolsonaro, a circulação de sentidos que reativaram a memória da ditadura civil-militar brasileira, a partir do discurso de ódio biopolítico. Além do mais, com as formações discursivas, verificamos, em diferentes momentos, como o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” pode articular, na circulação, a memória discursiva sobre a ditadura civil-militar e os sentidos do intradiscurso na atualidade. A seguir, daremos sequência nas interpretações deste cunho, agora, por meio dos comentários em notícias que circularam na ambiência digital e foram destacadas na linha do tempo do acontecimento.

4.3.2 Circulação nos portais

Na continuação da nossa investigação de como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” atualizando a memória da ditadura civil-militar, observamos os comentários realizados em oito notícias online de quatro portais: G1⁶⁸, Folha de S. Paulo⁶⁹, UOL⁷⁰ e O Globo⁷¹. A escolha por esses sites de notícias em detrimento de outros que foram analisados na linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”, ocorre pelo fato de esses ainda permitirem publicação e acesso aos comentários.

No geral, é explícito nos comentários a não aceitação da diversidade cultural, pluralidade de ideias e divergência política por um setor que se considerada superior, portanto, as outras pessoas são tidas como inferiores. Vista como inimiga, essa “raça inferior” está composta pelos comunistas de 1960 e pelos petistas dos anos 2000, além de todos aqueles que não estão dentro do padrão considerado “normal” para a “raça superior”. Além disso, os comentários tendem a desqualificar as pessoas que não são consideradas “cidadãos de bem” ou que resistem ao padrão imposto.

⁶⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/conselho-de-etica-arquiva-processo-de-bolsonaro-por-homenagem-ustra.html>> e <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/oab-rj-vai-ao-stf-pedir-cassacao-do-mandato-de-jair-bolsonaro.html>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁶⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1830828-conselho-de-etica-livra-bolsonaro-de-processo-por-homenagem-a-ustra.shtml>> e <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁷⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/19/oab-rj-diz-que-vai-ao-stf-pedir-cassacao-de-bolsonaro-por-homenagear-ustra.htm>> e <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/camara-diz-sim-ao-impeachment-de-dilma-pedido-vai-agora-ao-senado.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

⁷¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-aprova-processo-de-impeachment-de-dilma-que-segue-para-senado-19109151>> e <<https://oglobo.globo.com/brasil/pre-candidato-bolsonaro-percorre-pais-bancado-pela-camara-21719277>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

Ao todo, somaram-se 1.073 comentários, nos quais realizamos uma observação prévia com intuito de compreender as regularidades presentes e que se destacaram como formações discursivas. Um ponto a ser considerado é que, assim como na análise discursiva realizada anteriormente nos comentários da postagem no Facebook de Jair Bolsonaro, muitas vezes, esses conjuntos de enunciados também aparecem de forma conjugada nos comentários dos portais, isto é, um complementa ou reforça o outro. Dito isso, as formações discursivas são: a) desqualificação do outro; b) imposição de um padrão; c) eles são os inimigos.

a) desqualificação do outro: são comentários em circulação que desqualificam inclusive como seres humanos as pessoas consideradas inadequadas ao que uma raça que se diz superior considera como correto. Por vezes, os comentários referem-se aos homossexuais – usando, geralmente, Jean Wyllys como exemplo – em tom pejorativo, como se ser “gay” fosse um xingamento, sendo que a mesma observação é feita em relação à mulher ser mulher, constantemente na figura de Dilma. Também há um rechaço à população pobre e os setores da esquerda são equiparados a animais ou vistos como uma raça inferior. A seguir, apresentaremos comentários referentes à desqualificação dos seres humanos devido a sua orientação sexual e ao gênero feminino.

(C5) enquanto isso , aquele porco nojeto , facista , ignorante do jean munheca mole , ninguem fala nada ne? ele quebrou o decoro parlamentar , e ninguem fala nada de exonerar esse verme,!

(C6) e o jeanus willis quando se vestiu de che guevara, não fez apologia a tortura e assassinatos?

(C7) É vdd Carlos, é sem precedentes isso, realmente quem apoia esse Jean Gayzillys, é tão bandido quanto o próprio!

(C8) Comemoremos a justiça feita ao futuro PRESIDENTE DO BRASIL e aguardaremos pela cassação da “QUERIDA” Jean Wyllys por quebra do decoro parlamentar.

(C9) Imagina a brabeza da naja cuspeira kkkkkkkkkkkkk

(C10) Cadê os 200 votos contra o impeachment que a jararaca anunciou? Mada do que este cara fala pode-se acreditar!

(C11) Dizem que o Bolsonaro persegue as mulheres, mas é justamente o contrário. Essa matéria tinha que ser escrita por uma senhorita, é claro. Mas vejamos a primeira frase: “Pré-candidato à Presidência da República, o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) tem viajado pelo país com passagens aéreas bancadas pela Câmara para participar de atividades políticas”. Qual é o trabalho do Bolsonaro, senão ATIVIDADES POLÍTICAS? Ele foi a passeio, foi tirar umas férias na Europa com dinheiro público? MÍDIA LIXO.

Aqui, citam o episódio em que o deputado Jean Wyllys cospe em Jair Bolsonaro após ser insultado por ele durante a abertura do *impeachment* na Câmara. A tentativa é de equiparar o pedido de cassação realizado pela OAB - por Bolsonaro citar Ustra em seu voto - ao cuspe de Wyllys. Contudo, nos comentários está explícito o tom pejorativo que utilizam ao falar de Jean, referindo-se a sua orientação sexual. Entendemos que, por ser homossexual, ele é constantemente atacado por aqueles que não consideram serem aceitáveis relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo no contexto biopolítico, conforme as considerações de Foucault (2005) sobre o tema da biopolítica.

Compreendemos, assim, que esses sentidos em circulação tentam desqualificar a atuação política de homossexuais como Jean Wyllys, delegando a eles um papel inferior na sociedade, mesmo que democrática, devido a sua orientação sexual. Então, podemos observar a constituição de sentidos em torno da palavra “gay” e seus derivados, como sujeitos passíveis de deboche e que podem ser desrespeitados. Esses já-ditos também podem ser observados na atualidade quando relacionados ao papel da mulher na sociedade, conforme os comentários que se referem ao Jean Wyllys como se fosse do gênero feminino, portanto, inferior, além das referências a primeira e única mulher a ser presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

No comentário oito (C8), o autor faz referência a Jean Wyllys como “querida”, chamando-o no gênero feminino, mesmo sabendo que o deputado é do sexo masculino. Nossa análise mostra que, ao fazer isso, traz à tona o ódio de caráter biopolítico relacionado à mulher, pois o autor do comentário utiliza a flexão de gênero no feminino para desqualificar Wyllys.

Ainda, no comentário nove (C9), também relacionam o deputado Jean Wyllys ao gênero feminino e destacam as suas emoções em detrimento de suas habilidades racionais. Nesse comentário, chamam-no de “naja cuspidora” e no próximo (C10) referem-se à Dilma Rousseff como “jararaca”. Em ambas as expressões, podemos observar a constituição de sentidos em torno das características que possuem uma mulher, segundo setores da sociedade que não aceitam homossexuais e mulheres na política ou em cargos de liderança. Assim, desqualificam o gênero feminino, formulando sentidos em torno de já-ditos sobre uma serpente que induz Eva a comer a maçã: a mulher é traiçoeira e, portanto, não é confiável, além do que é facilmente influenciável. Sendo assim, somente homens heterossexuais são capazes de tomar decisões políticas benéficas ao país, de acordo com a análise discursiva realizada nos comentários.

No último comentário (C11), o autor desqualifica o trabalho jornalístico empregado na notícia por ter sido escrita por uma “senhorita”. Além do mais, sabe-se que tal palavra, em um passado não muito distante, era comumente utilizada para designar mulheres solteiras, enquanto a palavra “senhora” era atribuída a mulheres casadas. Dito isso, podemos inferir a partir da análise discursiva, que não só a jornalista é desqualificada por ser mulher, como também pelo seu estado civil. Nos comentários, a seguir, podemos ver igualmente a circulação do ódio biopolítico quando os seres humanos são subjugados à condição de animais.

(C12) E a OAB/RJ vai propor a cassação de Glauber Braga (Psol/RJ) e do nojento Jean Willys também??? Afinal o 1º homenageou Marighella, quando votou contra o impeachment da presidAnta...E o 2º cospe quando não tem argumentos... Essa OAB/RJ é puxadinho do Wadih Damous, advogado “cumpanhero” da quadrilha vermelha...Aliás, um dos mais asquerosos da facção...

(C13) O Brasil esta parado desde qd Dilmanta assumiu a presidencia. So n ve quem n quer. Acho q ja deu! Ela tem q sair mesmo!

(C14) Uma pena esse coronel não ter dado cabo da ratazana!!!

No primeiro (C12) e no segundo comentário (C13), é feito um trocadilho com a palavra “presidenta” e “Dilma”. Referem-se à presidenta do Brasil, como “presidAnta” e “dilmanta”, formulando sentidos em torno do que já se constituiu sobre o animal “anta”. Sendo assim, comentários desqualificam Dilma Rousseff, salientando que ela não possui inteligência suficiente para governar um país e, assim sendo, deve ser destituída do cargo de presidenta.

Outro sentido em circulação, que atualiza a memória da ditadura civil-militar brasileira, pode ser visto no terceiro comentário (C14) ao determinar que algumas pessoas possam ser tratadas como animais. Essas pessoas são as que lutaram contra o regime militar 50 anos atrás e, por esse motivo, foram torturadas. Como nem todas as pessoas torturadas foram mortas, as que sobreviveram naquele período – Dilma Rousseff, por exemplo – podem ser tratadas como animais, pois são desqualificadas para viverem em sociedade e perpetuarem as novas gerações. Cabe dizer também, que essas pessoas são consideradas uma raça inferior, conforme demonstram os comentários a seguir.

(C15) Pensantes? Comunistas são pensantes? Agradeço aos militares que pararam o avanço comunista em nosso país, todos os torturadas não eram boa gente pode ter certeza.

(C16) A OAB está simplesmente defendendo seu pão!! Porque, imaginem um país sério, onde não tenha quase a necessidade dos serviços de um (adEvogado), onde as leis e a ordem prevaleça, o que essa raça de defensores de seja lá o que for fará? Tenderam?

(C17) Diego Peroz, brasileiro não sabe votar porque se iludem com entrevistas e imponência frente às câmeras! Países onde se votam pelo currículo, prosperam. Os que votam por ideologia, criam intolerância e estimulam a violência!

(C18) Um país onde não podemos deixar nossos filhos brincarem na rua como eu fiz na minha infância onde tínhamos liberdade para correr e jogar bola na rua até 11 horas da noite, depois de termos feito nossas obrigações: lição de casa, lavar a louça, arrumar a cama e quando mereciam até tomava umas palmadas do pai e da mãe e isso nos deixou mais fortes e confiantes, sabendo que os nossos pais faziam isso para o nosso bem, nos mostrando que temos que ter limites. Ver uma “cracolândia” em plena luz do dia debaixo dos nossos narizes e tratar como se fosse normal, que ali não são seres humanos, mas lixos humanos que queremos empurrar para debaixo do tapete. Um país onde quem trabalha honestamente é tratado como otário. Um país onde o governo da escola ao povo disfarçada da Política Social ao invés de investir em educação de qualidade e geração de emprego.

O primeiro comentário (C15) afirma que quem foi torturado durante a ditadura civil-militar não era “boa gente”, distinguindo essas pessoas do “cidadão de bem”. Ainda, segundo o autor do comentário, graças aos militares foi possível barrar o avanço do comunismo no Brasil. Contraditoriamente, o comunismo seria instaurado por pessoas que não possuem nem capacidade de pensar, se partirmos do questionamento que o autor inicia o comentário.

Já no segundo comentário (C16), o autor desqualifica o trabalho da OAB e chama as pessoas da instituição de “raça de defensores de seja lá o que for”, por serem favoráveis aos direitos humanos. Podemos dizer ainda que, assim como aconteceu com a instância midiática ao apresentar considerações contra Jair Bolsonaro, a instância jurídica também é desqualificada se fizer o mesmo.

Por fim, o quarto comentário (C18) deixa explícito o ódio biopolítico aos setores marginalizados da sociedade. Os dependentes químicos de drogas como o craque, devem ser eliminados ao invés de o governo investigar em políticas públicas que permitam a ressocialização destas pessoas. Aliás, o autor do comentário não quer nem ver esses indivíduos nas ruas, pois, para ele, sequer são seres humanos, mas, sim, “lixos humanos”. Ainda, ele não vê necessidade de políticas sociais às pessoas pobres, pois isso seria como dar esmola, desconsiderando as condições de vida de cada um. Comentários com discurso de ódio biopolítico contra quem é pobre também foram encontrados, conforme ilustrado a seguir.

(C19) Fora PT. Cade os comentários dos mortadelas?

(C20) Não vai ter Golpe kkkkkk Tchau Querida.... Tchau Mortadelas ! hahahaha

(C21) Ô Gisela – tenho certeza que NINGUEM aqui ou no Brasil é a favor do Cunha ou do Temer – mas era preciso dar o 1º passo, que era o Impeachment – a corrupção tomou conta dos Mortadelas, e está matando o mercado Brasileiro... gerando desemprego e desespero.

(C22) Já era de se esperar você era mais um idiôta da massa de manobra que não pesquisa, ou assistem estes vídeos editados pelos pelegos pão com mortadela. Política não é para você, vai para página de entretenimento, vai saber da novela!!!

(C23) Segura aí, ralé esquerdista! Viva Brilhante Ustra, seus desgraçados! Viva os heróis de 1964! Parabéns ao futuro presidente. Trump 2016, Marine Le Pen 2017, Jair 2018! E estamos conversados!

(C24) Sobre o regime Militar no Brasil, foi a melhor coisa que teve, pois se não houve hoje seria uma Nova Cuba. O comunismo é a a revolução no campo social. Nivelar a todos. O comunismo na Rússia matou mais que a 1 e 2 guerra juntas.

(C25) Ricardão2000 é... realmente, vivíamos num paraíso chamado Brasil na época FHC, crescimento econômico esplêndido, éramos a Suíça da América do Sul. Nossa, nem sei como fomos parar em um país de terceiro mundo, gente... é tudo culpa do PT. Depois que o PT entrou o país virou trevas, pobre começou a ter dinheiro (pra quê?), a fazer faculdade e cursos técnicos (credo!) e até a biazar de avião (ahhh que gentalha). Imagina? Que petulância dessa petralhada! Dando direito de gente para esse povinho. Gastando dinheiro com a fome do povinho do nordeste, ah faça me o favor... Vc quer que eu pare por aqui ou preciso desenhar a ironia?

Muitos foram os comentários encontrados que usam o termo “mortadela” para a disseminação de ódio biopolítico, de acordo com a leitura de Foucault (2005) sobre o conceito. Ainda, as observações, nessa parte da análise, indicaram proximidade com o conceito de aporofobia, de Cortina (2017), devido ao rechaço à população pobre.

A palavra “mortadela” é constituída de sentidos que remetem a um alimento de baixo custo, por isso preferido por quem não detém poder aquisitivo para adquirir alimentos semelhantes e de melhor qualidade. O termo passou a ser utilizado em tom pejorativo para falar de pessoas ligadas ao PT, que defendem pautas à esquerda, pobres e etc. Isso pode ser observado nos quatro primeiros comentários (C19, C20, C21, C22), inclusive, ironizando a cultura popular ou mesmo indicando que pessoas de baixa aquisição econômica não têm capacidade de compreender e discutir política, visão explicitada no quarto comentário (C22).

Outro termo usado para desqualificar os movimentos de esquerda é “ralé”, pois “ser de esquerda” implica ser intelectualmente inferior à classe dominante. Esse setor que se denomina superior aos outros é o mesmo que glorifica Ustra em 1964, Trump em 2016, Marine Le Pen em 2017 e Jair Bolsonaro no ano corrente de 2018. O quinto comentário (C23) ilustra essa análise.

Ainda, pode-se dizer, conforme demonstrado no sexto comentário (C24), que a intenção da classe dominante não é que os pobres tenham melhores condições de vida e que haja certo

nivelamento social. Pelo contrário, a intenção é que as desigualdades sejam mantidas, distinguindo aqueles que são considerados dignos de viver daqueles que não merecem perpetuar em novas gerações. Não por menos, esses sentidos atualizam a memória da ditadura civil-militar, pois, tais setores indignos de viver fazem parte de um comunismo que foi impedido de ser instaurado em 1964 graças aos militares, conforme é avaliado no sexto comentário (C24).

Já o último comentário (C25) resume, de forma irônica, os sentidos em circulação vindo desses setores que se dizem superiores. O ódio ao pobre e ao PT é desmistificado quando o autor do comentário atribui a ira de alguns ao fato de os setores mais pobres da população serem beneficiados com políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, garantir direitos sociais, a retirada de pessoas da miséria, etc.

b) imposição de um padrão: são comentários que atualizam a memória da ditadura civil-militar brasileira ao tentarem impor um padrão de vida e de sociedade em detrimento de outros tantos que são possíveis. A análise discursiva dos comentários indicou que esse padrão imposto por um setor que se considera superior é defendido por Jair Bolsonaro e seus seguidores – que o tem como um líder. Frequentemente foram encontrados comentários referentes à “família tradicional brasileira”, sobre a “moral e os bons costumes”. Ainda, nesse regime ideal, segundo os comentários, há que ocorrer uma espécie de higienização social no Brasil, para que o país não se assemelhe a Cuba. Além do mais, nos comentários não era aceita a pluralidade de opiniões e nem críticas da mídia ao Jair Bolsonaro, geralmente desqualificavam o trabalho jornalístico e tratavam como perseguição ao deputado. A seguir, podemos ver exemplos de comentários com afirmações de que o Brasil precisa de uma “limpeza” devido aos “comunistas imundos”.

(C26) Idiota, quem defende bandidos e vc COMUNISTA imundo!!!

(C27) Brasil precisa ficar livre da praga que esta grudado faz 13 anos. Muda Brasil Limpa Brasil Moro e Policia Federal vao em frente

(C28) pior é torturar um país inteiro, durante 13 anos com mentiras na tentativa de implantar um regime socialista que ninguém aceita e deseja para o Brasil.

(C29) Se não fosse o coronel Ustra simplesmente seríamos igualzinho Cuba.

(C30) Deveriam estar tentando tirar o Cunha, quanto ao Ustra se ã fosse ele seríamos como Cuba ou C. do Norte aí cada um tire sua conclusão quem foi o vilão da história.

Percebemos com essa formação discursiva como a memória da ditadura civil-militar é atualizada nos sentidos que circulam nos comentários. Além do mais, é evidente o ódio biopolítico quando expressões como “comunistas imundos” e “limpa Brasil” são usadas referindo-se a uma “limpeza social necessária ao país”. O primeiro (C26) e o segundo comentário (C27) ilustram essas questões. Acrescentamos, ainda, que pela análise discursiva, podemos inferir que se uma limpeza é necessária no Brasil, devido aos 13 anos do PT no governo, é porque o PT é sujo como os comunistas de outrora e, assim como eles, queria implantar o comunismo (ou o socialismo, indica o C28).

É interessante notar que há comentários que afirmam que se não fosse Ustra, o Brasil seria igual a Cuba ou Coreia do Norte. Isso quer dizer que Ustra impediu que o país se tornasse comunista – e imundo. Logo, podemos dizer que, a partir dos comentários, Cuba e Coreia do Norte não são países higienizados socialmente. Essa limpeza social também pode ser vista como uma “branquização” da sociedade ou o que Foucault (2005) chama de racismo, pois, esses setores, para a classe dominante, atrasam o desenvolvimento da população e por isso não necessitam viver. Outra imposição dentro de um padrão considerado ideal de sociedade, encontrado nos comentários dos portais de notícias, é a “família tradicional brasileira”, conforme exposto a seguir.

(C31) Esse joaquim deve ser mais um movimento LGBT , que todo ano o governo petista da 15 milhoes .

(C32) Antônio você é um g a y? Só sendo um para ter tanto ódio do nosso herói BOLSO'MITO. Engole e o soluço e ta proibido de vir comentar aqui. Não quero ver mais nenhum comentário seu aqui.

(C33) AntonioPreservar a família a implica defender todas as pessoas que andam em retidão e nos caminhos do Senhor. Talvez pra você isto nao tem importância porque voce nem deve ter mais família.

(C34) Deus criou Adão e Eva, não Adão e Ivo. ponto

(C35) Daniele por defender a família. Por preservar aquilo que criou. Por mostrar ao povo que temos que perpetuar a família.

(C36) Tem gente que fica ai dando opinião a respeito da época da ditadura e só sabem reproduzir o que ouviram falar a respeito. Faço uma sugestão, perguntem aos seus pais, avós e tios a respeito. Ninguem melhor do que quem viveu esta época e nao tem motivo nenhum pra distorcer os fatos. No meu caso ja o fiz, e por unanimidade me disseram que cidadão de bem não sofreu nenhuma violação de seus direitos. Diferente dos que adoravam “libertinagem”

(C37) há pq quem cuspiu foi um BBB. esse sim é um político de vergonha , querendo fazer com crianças de 6 anos descubram o sexo e sua opinião sexual. parabéns quando alguém passar a mão na bunda de suas filhos na escola , não é para irem brigar na escola não , aplausos para o EX BBB Deputado ..

(C38) pq ele fala a verdade é limpo , defende as crianças e a família , pq ele não é conivente com coisas erradas . um deputado que não tem escrúpulo nenhum cuspiu nele , e ai pq a globo Não comenta ?

Dentro desse padrão imposto há que se preservar a família, portanto, os relacionamentos devem ser estritamente monogâmicos (por parte da mulher) e não podem ocorrer entre pessoas do mesmo sexo, já que, deste modo, não há perpetuação da família – sem contar que, assim, a mulher não cumpre um de seus papéis na sociedade que é procriar. Durante a ditadura civil-militar, também havia uma constituição de sentidos em torno da palavra família. Nos sentidos da atualidade, esses valores atualizam-se e remetem a esse passado.

Nos comentários, há críticas aos governos petistas por pautarem e proporem políticas públicas que promovam a diversidade sexual. Além do que, menosprezam o movimento LGBTQ+. Outra observação a partir da análise discursiva dos comentários é que há uma forte ligação com a religião o que tange ao modelo familiar imposto. Consequentemente, Jair Messias Bolsonaro é um defensor da família, conforme observado nos comentários.

Ainda, podemos ver outras características presente no padrão imposto, que são a moral e os bons costumes. Seguidamente, surge a defesa do “cidadão de bem” e que o mesmo não teria problemas durante a ditadura civil-militar, ao contrário dos que presavam pela “libertinagem”. Ao dizer isso, fica implícito que há pessoas que merecem ser torturadas e mortas. Outro ponto que se destaca é que, dentro dos padrões morais, a educação sexual nas escolas é vista como errada. Aliás, a sexualidade é um assunto que não deve ser falado. Os comentários, a seguir, mostram como seria esse padrão imposto visto por quem não concorda com ele, além de destacarem Bolsonaro como quem impõe esse padrão e que as pessoas devem seguir ou acostumar-se a isso.

(C39) Ele é recista, homofóbico, machista e apoia a ditadura militar. Existem motivos de sobre para não querer votar nele e as pessoas votam é porque são da mesma laia.

(C40) Chora Rede Globo – Melhor JAIR se acostumando!

No primeiro comentário (C39) o autor discorda da postura de Jair Bolsonaro e de seus seguidores, já o segundo comentário (C40) é certamente de um apoiador de Bolsonaro e avisa para as pessoas que esse padrão considerado por eles como correto vai vencer. Nos comentários, a seguir, é observada outra característica desse padrão imposto.

(C41) quero entender porque a globo persegue tanto o mito.

(C42) O GLOBO,não tente com calúnias,com mentiras,com inverdades desqualificar o Dep Jair bolsonaro. Parecem estar com muito medo ao viverem difimando a postura do candidato. Falem mal do Lula,ou será que vcs tem o rabo preso??

(C43) Vou esperar aqui a globo divulgar meteria de todos os outros politicos que viajam bancados pela câmara, como por exemplo Jean willis, jandira feghali que só voa de 1a classe, o Lula que já está fazendo campanha no nordeste com caravana que ninguém sabe de onde vem o dinheiro!! vou esperar ansiosamente, pois a globo é honesta de democrática!

(C44) Tchau UOL, Folha de São Paulo, inicia seu fim junto com o PT.

Dentro dessa formação discursiva de um padrão imposto, encontramos comentários que não aceitam que Jair Bolsonaro seja criticado. Se algum veículo jornalístico o critica, é considerada calúnia, mentira ou tentativa de desqualificação e até perseguição ao deputado. Outros comentários cobram os portais para apurarem outros políticos – de esquerda, petistas, etc – quanto aos gastos públicos. Há também comentários referentes a alguns veículos jornalísticos acabarem suas atividades com o PT saindo do governo devido ao *impeachment*.

c) eles são os inimigos: os comentários nos portais de notícias analisados não aceitam as divergências políticas que possam existir em sociedade, tratam quem não concorda com a sua visão de mundo, como inimigos. Mobilizam sentidos que atualizam a memória da ditadura civil-militar quando sugerem a quem discorda ir embora do Brasil. Por vezes, nos comentários, clamam pela eliminação desse inimigo, que são os considerados “vermelhos”, “subversivos”, logo, uma “raça inferior”. Encontramos também comentários que dizem que a esquerda está chegando ao fim ou que são minorias, além de muitos que distorcem informações sobre o que ocorreu na ditadura com os considerados inimigos ou sobre quem eram esses inimigos. A seguir, há exemplos de comentários em que os “vermelhos” são considerados inimigos e que por isso devem ser eliminados.

(C45) Esquerdistas, podem chorar! o Ustra estará sempre no coração da minha família, eu passarei para meus filhos, Ustra o Homem que salvou o país do Comunismo.

(C46) uma pena que ustra não acabou com esta, que viria a ser a mãe do pt hoje

(C47) Pena que os militares não terminaram o trabalho. Viveríamos num país bem melhor hoje com esses esquerdistas na cova.

(C48) Pestistas de plantão vão estudar e trabalhar para ganhar dinheiro na vida com trabalho não de graça . Acordem socialismo não existe . Essa mulher junto com

todos desse partido e todos aliados tem que ser presos . Guerra contra petistas vamos acabar com essa raça pra sempre . Vai estudar

A eliminação do outro (comunistas, esquerdistas, vermelhos, petistas, etc) é mais um elemento que aparece com frequência dentro da formação discursiva que diz respeito à visão de mundo de que os que são diferentes são inimigos. Ustra é reverenciado por ter “salvado o país do comunismo”, entretanto, ele deveria ter “acabado o serviço”, para que os cidadãos brasileiros vivessem em um país melhor sem a “mãe do PT” e tantos outros “esquerdistas”.

Segundo os comentários, essa “raça” deveria acabar para sempre, explicitando o ódio biopolítico de um setor que se entende como superior contra outro setor, visto como inimigo e que não merece sequer viver. Esses sentidos em circulação atualizam a memória da ditadura, pois são sentidos que já foram significados no passado. A seguir, há comentários afirmando que o “Brasil jamais será vermelho” e podemos perceber o ódio biopolítico em cena ao tratar o outro como inferior.

(C49) Guerra é guerra, o coronel Ustra estava do lado certo !!!! ajudou a salvar o Brasil dos comunistas O BRASIL JAMAIS SERÁ VERMELHO !!!! não importa o preço a ser pago por isso !!!!

(C50) Naquela época existia um monte de bandido , tentando colocar o comunismo a força no Brasil . Graças as Forças Armadas isso nao aconteceu, nesse momento estaríamos igual cuba ou pior.

(C51) Viva todos os brasileiros que respeitam a Nação. Sejam fortes contra os comunistas! Nosso País é verde, amarelo, azul e branco e jamais será vermelho! Parabéns Capitão, pela defesa de nossa Pátria! Ass: Fernando de Castro Pargas

(C52) Adeua dimantra.Adeus PTezada facção criminosa .Acabou o Partido dos destruidores do Brasil. Nossa bandeira é verde e amarela.Vermelha deve estar a cara do lu-rapio mor agora.Filho de um demonio sai e volta pro inf*mo

(C53) Meu pai tem 78 anos e sequer ouviu falar nisso. Sempre foi uma pessoa de bem. Essa gente nao queria democracia, queria o comunismo. E so ver o governo atual, os mesmos de 64. Bandidos ontem bandidos hoje.

(C54) Falou tudo Edcarlos, tinha que proibir também essas bandeiras vermelhas com foice e o martelo ,vermelho que representa o sangue das vítimas desses comunistas, Se for uma bandeira nazista não pode, mais uma bandeira que represente o comunismo que no mundo já mataram 100 milhões de pessoas pode.

(C55) Bolsonaro Pode Tudo, quem não pode é lula que não tem cargo algum e ainda vive as custas do povo, prevejo o fim da esquerda no brasil em 2019, quero vê-los fugindo do Brasil pra venezuela, a Direita tem que esmagar vermelhos, chega de tolerância , direita Radical tem que se impor e o momento está chegando.

(C56) Boa viagem. Te sugiro Cuba ou Venezuela. Lugares “maravilhosos” p/ se viver. O Brasil... É BOLSONARO 2018!

No primeiro comentário (C49), há a visão de que foi travada uma guerra contra os comunistas em 1964 e que Ustra estava do lado “certo” (dos vencedores) contribuindo para salvar o país desses inimigos. Segundo consta no comentário, “não importa o preço a ser pago”, o importante é que o “Brasil jamais será vermelho”. O segundo comentário (C50), que é semelhante ao primeiro, complementa afirmando que se não fossem as Forças Armadas, hoje em dia o Brasil seria igual a Cuba.

Já no terceiro comentário (C51), o autor saúda a todos os brasileiros que respeitam a sua nação que, logicamente, são aqueles que são contra o “perigo comunista”. A defesa do nacionalismo é reafirmada neste comentário e Jair Bolsonaro é parabenizado pelo voto na Câmara dos Deputados, feito em “defesa da pátria brasileira”. Na sequência, o quarto comentário (C52) confirma a defesa da bandeira verde amarela em detrimento de uma vermelha vinda do Partido dos Trabalhadores que, em 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, chegaria ao fim e o Brasil seria salvo novamente. Enquanto isso, o quinto comentário (C53) traz de forma explícita que os “comunistas bandidos” de 1964 são os mesmo de 2016, já que a presidenta do Brasil até então era Dilma, presa política e torturada durante a ditadura civil-militar.

O sexto comentário (C54) representa, ainda, a vontade de que a história dos vencidos seja esquecida e que apenas a dos vencedores prevaleça, com a sugestão de que as bandeiras que simbolizam o comunismo e que são usadas por muitos partidos políticos sejam retiradas de circulação. Já no sétimo (C55) e no oitavo comentário (C56), os “vermelhos” são considerados inimigos e que por isso teriam que fugir do Brasil caso Bolsonaro fosse eleito em 2018.

Esses últimos comentários afirmam que a direita vai “esmagar os vermelhos” e, portanto, é melhor que esses saiam do Brasil e procurem países como Cuba e Venezuela já que, segundo os autores, esses lugares são mais condizentes para os “vermelhos” viverem. Cabe lembrar que durante a ditadura civil-militar um dos *slogans* do regime era: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. A seguir, podemos ver comentários que afirmam que a esquerda está chegando ao fim.

(C57) Paulo, nossa estou tremendo de medo, idiota, faz o print, larga de ser ridículo o tempo de vcs comunas passou, já era, o que fizerem de agora em durante correm riscos de serem presos e responsabilizados..

(C58) Enfim a quadrilha do PT está derrotada!!! Viva o Brasil!!!

(C59) A Esquerdalha Radical, do partido único, raivosa, ultrapassada, camaleônica e violenta está mesmo em declínio. Vão virar peça de museu. Fracassados!

(C60) Esquerda sumindo da América Latina, até que enfim esse lugar indo pra frente.

(C61) ... os petralhas ainda não se tocaram que agora eles são minoria ... e que em breve serão “eliminados” da vida pública do país ...

(C62) Ainda bem que a maioria dos brasileiros acordaram e não querem mais ouvir mentiras, Bolsonaro é o inimigo numero 1 do PT. Mas não adianta tentar derruba-lo. Somos maioria.

(C63) Quadrilha é essa que vem ai.....perdeu a boquinha mas quer de novo....nas eleições não consegue ganhar nada pois são a minoria... as propinas da petrobras são antigas.... e os vermelhinhos que morreram contra o exercito tem o meu respeito morreram pelo que acreditavam contra força maior. e vc acredita em que?

Aqui há exemplos de comentários afirmando que os comunistas e petistas estão derrotados, ainda ratificam que o fim da esquerda está próximo em todos os países da América Latina e que com isso haveria desenvolvimento. Com a análise discursiva, podemos dizer que o fim da esquerda, dos considerados inimigos e dos que são inferiores, faria com que os países progredissem por meio de novas gerações de “cidadãos de bem”. No quinto comentário (C61), essa eliminação é pautada e referem-se aos “petralhas” como minoria. A relação entre minoria e maioria é apontada também nos dois últimos comentários (C62 e C63).

Nesses comentários é explícita a transformação do outro - que compartilha valores diferentes dos seus - em inimigos. Os inimigos, segundo os comentários, são os comunistas de outrora e os de 2016 representados na figura do PT. Ainda, nos comentários, há afirmações de que Jair Bolsonaro é o inimigo número um dos petistas, que são minoria. A maioria é quem diz ser contra os “vermelhos”. Por fim, apresentamos comentários em que fatos históricos são distorcidos em favor da “maioria” e contra os “inimigos” e relativizações das ações de um com o outro, conforme exposto, na sequência.

(C64) Na época da ditadura, as forças armadas tava em guerra contra os terroristas comunistas. Você tinha que escolher um lado: ou você era a favor, ou era comunista. Só que havia uma galera que era terrorista também (matavam, roubavam e sequestravam). E, então o exército pegava. Eles tinham informações de Cuba e não falavam. Então o exercito agia dessa maneira. Ou você acha que nos EUA, quando pegam um terrorista, eles agem diferente?

(C65) Eu não teria problemas, afinal, só membros de grupos de guerrilha foram torturados para entregarem seus líderes. O cidadão de bem não teve problemas.

(C66) Papa max se você fosse militar e os guerrilheiros fossem para te matar ? Igual muitos fizeram. O que você faria ? Atirava ou morreria? Guerrilheiros morreram em combate sabiam que isso poderia acontecer. Não tinha ninguém santo lá, mataram

centenas de pais de família. Isso ninguém fala nada, esquerda tem mania de VITIMISMO.

(C67) Engraçado!!! Porque a DIL-MA é tratada com diferença? O Coronel Ustra, estava cumprindo seu dever e obedecendo ordens contra os subversivos. Dil-ma era sequestradora, assaltante de banco e assassina, ou seja, era e é PIOR que o Coronel Ustra.

(C68) Esse parlamentar tem o direito de falar o que quiser, isso é democracia. Os falsos comunistas dedicaram votos a Carlos Marighella um marginal que achava o terrorismo nobre e honrado, que defendia sabotagem a trens de passageiros e que pregava a emboscada para executar o inimigo sem chance de defesa.

Aqui permanece a ideia de que o outro é inimigo e que o Estado brasileiro deve combatê-lo. Esses inimigos, segundo consta nos comentários, são “terroristas comunistas” que possuíam informações diretamente de Cuba e por negaram-se a dar ao exército brasileiro essas informações, eram torturados. Ainda, tratam as pessoas que tem opiniões políticas diferentes das suas durante a ditadura civil-militar, como guerrilheiros, que eram torturados para que entregassem seus líderes revolucionários. Quando mortos, era em combate. Logo, questionar prisões, torturas e mortes daquela época é considerado “vitimismo por parte da esquerda”.

Outro ponto observado nos comentários anteriores é a tentativa de equiparar ações dos “comunistas” com as do exército. Ou, ainda, utilizar-se da liberdade de expressão dentro de uma sociedade democrática para exigir que qualquer coisa possa ser dita sem que haja consequências devido ao que é falado, como fazer homenagem a um torturador e apoiar a ditadura.

Ao fim desta análise discursiva, em que observamos comentários de oito matérias de quatro portais de notícias (G1, UOL, Folha de S. Paulo e O Globo), destacadas na linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, foi possível demonstrar como o ódio biopolítico circula a partir desse acontecimento e atualiza a memória da ditadura civil-militar. Com as três formações discursivas (desqualificação do outro, imposição de um padrão e eles são os inimigos) podemos ver também como o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” articula, na circulação, a memória discursiva sobre a ditadura civil-militar e os sentidos atualizados. A seguir, no próximo subcapítulo, apresentamos reflexões sobre o poder de revelação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

4.4 O PODER DE REVELAÇÃO DO “VOTO DE JAIR BOLSONARO”

O poder de revelação do acontecimento pode ser trazido à tona por meio do seu passado e do seu contexto de inserção, ambos compreendidos em função dos novos e velhos sentidos possibilitados por ele (QUÉRÉ, 2005). Tendo em vista os apontamentos sobre o aporte teórico em que fundamentamos o acontecimento, partimos do pressuposto de que o “voto de Jair Bolsonaro” pode ser entendido como um acontecimento que revela um passado em conjunto com um problema público instaurado, sendo que tanto um quanto o outro contribui para a constituição do acontecimento. Logo, há uma rede de significações sociais com capacidade de afetar a vida pública (FRANÇA, 2012).

Ainda, segundo Quéré (2005, p. 60), esse poder do acontecimento pode “[...] revelar uma situação problemática que aguarda resolução [...]” e a mídia é, em parte, decisória tanto na constituição como na evolução de um campo problemático considerado público. De acordo com o sociólogo, o papel da mídia pode ser visto não só na identificação e exploração dos acontecimentos, mas, também no debate público para elaboração ou experimentação de soluções.

Então, a partir desse viés teórico, das análises e interpretações, percebemos o poder revelador do acontecimento. O “voto de Jair Bolsonaro” convoca um passado e aponta futuros, já que o acontecimento atualiza sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira, reverberando um passado que não foi resolvido: muitas pessoas desapareceram, foram torturadas, mortas e até hoje há um hiato entre a justiça e as vítimas, mesmo após três décadas de redemocratização.

Desse modo, percebe-se o problema público na espera de uma resolução futura, ou seja, abre-se um horizonte de possíveis e criam-se expectativas. Podemos, por conseguinte, visualizar como se dá na esfera midiática a construção de narrativas em torno do acontecimento, as disputas de sentidos, a espetacularização de discursos midiáticos que ganham significação e circulação na sociedade ou a resolução de uma questão pública instaurada em um campo problemático, contudo, assinala França (2012), sem desviar o foco do próprio acontecimento e das suas duas dimensões de forma equivalente – a existencial e a simbólica.

Para além da dimensão existencial e da dimensão simbólica do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, é possível afirmar que há diversas camadas desse acontecimento, do *impeachment* e da ditadura civil-militar, em seus aspectos por vezes micro, outras macro.

Cabe salientar, ainda, que é nessa inter-relação de níveis do acontecimento que está disposta a complexidade do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”.

Em nossa pesquisa, percebemos que o acontecimento mobiliza sentidos na circulação que, por sua vez, atualizam uma memória discursiva por meio do discurso de ódio biopolítico. Além do mais, o poder de revelação do “voto de Jair Bolsonaro” emerge pelo resgate do seu passado e do contexto de sentidos, então, traz à tona uma problemática de interesse público e que mesmo em um período considerado democrático, segue a espera de um encaminhamento e uma resolução.

Ainda assim, se formos pensar no acontecimento jornalístico, podemos dizer que esse, sim, ao chegar à normalização, quando a curva de interesse pelo acontecimento caí, tem um fim. O final ocorre após a Comissão de Ética da Câmara dos Deputados decidir arquivar o processo contra Jair Bolsonaro. Em contrapartida, podemos dizer que o poder de revelação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” é bastante explícito e, justamente por esse motivo, não é possível afirmar que o acontecimento na ordem da experiência tem um fim. Isso quer dizer que o acontecimento segue acontecendo à sociedade, segue suscitando sentidos e fazendo com que eles circulem. Ainda, fazendo uma leitura a partir dos diferentes níveis do acontecimento, temos, então, que o assunto do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” seguiu circulando ou mesmo que o macroacontecimento ditadura civil-militar não acabou.

As análises em torno do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” demonstraram que a circulação desse acontecimento atualizou sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira, reverberando um passado no presente e dando a ver futuros. Em outras palavras, o acontecimento está à procura de uma conclusão que está em aberto, tanto relacionada ao presente como ao passado e ao próprio futuro.

Essa complexidade ocorre porque o poder revelador do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” além de ser explícito é também intensificado nos últimos anos. O problema público trazido à tona, de um passado ainda não resolvido sobre a ditadura civil-militar brasileira que, inclusive, autoriza defesas desse período e das atrocidades cometidas em nome “da lei e da ordem”, de uma constante disputa de sentidos sobre o que ocorreu naquele período ou mesmo da memória dos vencidos surgir em contraposição a dos vencedores com mais frequência do que antes ocorria historicamente, dá a ver futuros antes não abertos com o contexto de sentidos que se tinha.

Assim como o problema público foi instaurado com o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” e revelado um passado de sentidos, há outro elemento crucial nesse

acontecimento, que é o ódio biopolítico, entendido por nós conforme as reflexões de Foucault (2005) sobre a biopolítica. Logo, podemos dizer que a memória da ditadura civil-militar é também atualizada com o ódio biopolítico, sendo um dos elementos do “voto de Jair Bolsonaro”. Dito de outra forma, o discurso de ódio de caráter biopolítico ressuscita e ressignifica a memória da ditadura trazida à tona.

O poder revelador do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” nos mostrou que o contexto de sentidos de outrora, ressurgiu por meios de outros sentidos que são reverberados em circulação contínua e sempre adiante. Não por menos, mesmo após o acontecimento jornalístico acabar, o tema da ditadura civil-militar prosseguiu. Prosseguiu após o *impeachment*, esteve presente na campanha de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil no pleito de 2018 e mesmo após ele vencer, o assunto segue circulando.

Cabe-nos dizer, ainda, que no nosso entendimento, o ódio biopolítico é um elemento central para que tais sentidos sigam em circulação, reverberando e afetando a sociedade. Esse ódio biopolítico está presente no antipetismo e no anticomunismo de setores que pautam a eliminação do outro em seus discursos. De acordo com as análises realizadas ao longo da pesquisa, a eliminação do outro pelo discurso, dos considerados comunistas, “vermelhos” e “subversivos”, portanto, de uma “raça inferior”, era algo frequente no período da ditadura civil-militar brasileira. Assim como naquela época, no discurso, há sentidos em circulação que afirmam existirem vidas que merecem serem vividas e vidas que não têm importância ou que não merecem serem vividas.

No espaço temporal em que a dissertação foi escrita (pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, eleições presidenciais de 2018, movimentos de resistência à candidatura de Jair Bolsonaro como a mobilização social #EleNão), houve certa intensificação da polarização política do país, o que nos permitiu identificar que o ódio biopolítico é capitalizado de diferentes formas, mas, conglomerado, neste caso, no antipetismo e no anticomunismo. Assim sendo, podemos dizer que o poder revelador do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” está no passado que ele convoca e no problema público que ele aponta por meio da atualização da memória da ditadura civil-militar reverberada na circulação de sentidos na ambiência digital (nosso lócus de observação) e ainda pela intensificação do ódio biopolítico na conjuntura brasileira.

Logo, esse poder revelador do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” também descortina futuros que, conforme nossos estudos apontam, ainda está em aberto. Isso quer dizer que além dos sentidos seguirem em circulação no presente, é constante o surgimento de

novos elementos do passado que dão potencialidade para que o macroacontecimento ditadura civil-militar tenha novos desdobramentos, revelações ou mesmo disputa de sentidos em torno da memória e do esquecimento do que esse assunto suscita. Esses elementos que atualizam a memória da ditadura, também são os microacontecimentos com extenso potencial para ser acontecimento, como o próprio voto de Jair Messias Bolsonaro, inicialmente, em relação o *impeachment*.

Por fim, a conclusão sobre o problema público instaurado segue em aberto e há uma constante movimentação de temporalidades, modificando passado, presente e futuro, dando a ver significações e confirmando o poder de revelação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Esse momento no contexto histórico presente e que aciona outros contextos de sentidos, é semelhante a um caleidoscópio que não só desafia as regras como também abre possibilidades de reinterpretação do passado e de novos futuros. Não por menos, a circulação em fluxo contínuo ao mesmo tempo em que fecha episódios comunicacionais também abre novos episódios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Deste lado os bons, do outro os maus”
 gritará um deus com voz de trovão
 assombrado com a multidão de indecisos
 trocando acusações,
 escrevendo dissertações
 escrutinando eleições [...]

 Que fazer se vejo, demente, o germe do futuro
 se alimentar dos restos podres do presente?
 Mesmo caindo pelo fim dos oceanos
 no vazio infinito dos enganos
 cairei descrevendo moribundo
 as praias intocadas de um novo mundo.
 Mesmo que o fim do século
 me soterre nas areias da velha ampulheta
 reafirmarei num último suspiro
 que é o novo que enfim floresce,
 que haveremos de virá-la pelo avesso
 para que do tempo assassino
 um novo tempo recomece.*

(Utopia e fim de século – Mauro Iasi)

Ao chegarmos ao momento final da dissertação, desenvolvemos um relato com as reflexões do que foi trabalhado relacionando as tentativas e tomadas de decisões aos itens básicos da pesquisa. Lembramos, então, que o objetivo principal da pesquisa foi analisar como a memória sobre a ditadura civil-militar é atualizada no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, mobilizando sentidos na circulação em torno da ambiência digital. Já, os objetivos específicos, foram: 1) constatar como se constrói o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”; 2) mapear como se deu a circulação desse acontecimento; 3) investigar como o ódio biopolítico circula a partir do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. Por sua vez, o problema que moveu esforços teóricos e analíticos e, portanto, norteou este trabalho foi: como a circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” mobilizou sentidos sobre a ditadura civil-militar brasileira?

Lançado o olhar comunicacional para o voto de Jair Bolsonaro no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, compreendíamos a riqueza desse fenômeno no âmbito da produção de sentidos, contudo, em um primeiro momento, negligenciávamos mesmo que inconscientemente, a circulação de sentidos em torno do voto. Na busca de nos atualizarmos academicamente com as mudanças no campo midiático, sobre o uso crescente das tecnologias digitais, as novas interações que os meios possibilitam, bem como os formatos e práticas sociais emergentes, adentramos no contexto da midiaticização.

Neste instante, mesmo convicta da importância dos estudos sobre a produção jornalística em torno de um assunto tão recente – considerada a data da minha entrada no mestrado - como o *impeachment* de Dilma Rousseff, fui instigada a procurar algo mais, perceber não apenas o centro, o ponto de chegada ou o ponto de partida, todavia as margens, as curvas e as indeterminações nos caminhos da circulação. Na ânsia de pistas sobre como esse processo histórico tornou-se o que se tornou, vimos na circulação de sentidos sobre o voto de Jair Bolsonaro a potencialidade para descobertas futuras.

Após situarmos o voto de Jair Bolsonaro no contexto da sociedade em midiatização, em que produtores e receptores estão no mesmo patamar na escala comunicacional, podendo participar ativamente da narração dos acontecimentos – ação realizada anteriormente apenas pela produção –, percebemos como necessário indagar sobre o cenário político do Brasil. Visualizamos a ascensão da direita conservadora, orientada com pautas que distinguem quem pode ou não deter direitos políticos, que avalia os indivíduos conforme as suas características biológicas e reconhece que há vidas que nem sequer merecem serem vividas. Portanto, esse setor considera-se superior e com frequência dissemina, potencializando nas redes sociais, o que caracterizamos como discurso de ódio biopolítico.

Sendo assim, as reflexões sobre o contexto comunicacional e o contexto político brasileiro estão presentes no primeiro capítulo após a introdução da dissertação, por conseguinte, o capítulo 2. Considerados os conceitos de midiatização e circulação, tensionados aos propósitos da nossa pesquisa, bem como o conceito de biopolítica, buscamos com o capítulo 2 inferências sobre o discurso de ódio biopolítico de Jair Bolsonaro nas redes sociais.

Ainda, frente à complexidade do objeto em movimento, vimos que o voto de Jair Bolsonaro não está inserido apenas na ordem do que ocorre, mas ele afeta a sociedade, traz à tona um passado e é capaz de explicar um contexto de sentidos, conseqüentemente, o voto é um acontecimento. Vale dizer que, inicialmente, o ato do voto em si pode ser pensando como um microacontecimento com potencialidade para ser acontecimento em relação ao *impeachment*, entretanto, tendo em vista os níveis de camadas verificados no acontecimento, na circulação de sentidos o voto de Jair Bolsonaro torna-se acontecimento. Ainda, observamos que a circulação de sentidos no acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”, por meio do discurso de ódio biopolítico, atualiza a memória da ditadura civil-militar brasileira. Isso foi teorizado no capítulo 3, a partir do tensionamento de três conceitos considerados norteadores da pesquisa: memória, discurso e acontecimento.

No capítulo 4, além de apresentarmos as nossas proposições metodológicas capaz de alcançar nossos objetivos de pesquisa, detalhamos a seleção dos observáveis bem como a construção do *corpus* de análise. Para constataremos como o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” foi construído e mapearmos a circulação do mesmo - respectivamente primeiro e segundo objetivo específico -, resgatamos e refletimos sobre os movimentos dessa circulação, além de reconstituirmos a linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro” na ambiência digital por intermédio de cinco categorias analíticas.

A partir da circulação de sentidos nos portais de notícias, redes sociais e especificamente a página de Jair Bolsonaro no Facebook, notamos que houve uma disputa de sentidos em torno do acontecimento. Na circulação de sentidos em fluxo adiante nas redes sociais (Twitter e Facebook, com exceção das páginas de Jair Bolsonaro, em que os comentários são geralmente favoráveis a ele) as reações eram contrárias enquanto os portais de notícias banalizaram a homenagem feita ao Ustra, torturador reconhecido judicialmente.

Além do mais, foi possível notar quais atores foram acionados agregando sentidos na circulação, são eles: Jair Messias Bolsonaro, Carlos Alberto Brilhante Ustra e OAB, sendo que a última entrou na narrativa após abrir um processo penal e pedir a cassação de Jair Bolsonaro como parlamentar. Outro ponto observado na circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” diz respeito à movimentação de temporalidades, já que há um resgate evidente da memória da ditadura civil-militar ao mesmo tempo em que dá a ver futuros quando novas possibilidades de contar a história são abertas.

Há que se comentar também, ainda sobre a linha do tempo do “voto de Jair Bolsonaro”, que a recepção à homenagem feita pelo então deputado federal ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi contrariada ao ponto de verificarmos certas modificações na postura de Bolsonaro. Observamos que após repercussões negativas, Jair Bolsonaro optou por dizer que não reconhecia Ustra como torturador, mas, sim, como um defensor da pátria, por isso, manteve a sua homenagem a quem ele mesmo considera como o “pavor de Dilma Rousseff”, conforme expressou em seu voto na Câmara dos Deputados.

Dito isso, ressaltamos dois pontos que nos chamaram atenção ao longo de nossas reflexões teóricas e analíticas. O primeiro deles refere-se ao acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” revelar um passado de sentidos sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira como um problema público que afeta a sociedade. Esse passado não resolvido é frequentemente evidenciado quando novos fatos sobre o período da ditadura são trazidos à tona. O segundo ponto, que está intrinsecamente relacionado ao primeiro, diz respeito ao que

chamamos de normalização do acontecimento, sendo que neste caso, podemos afirmar que apenas o acontecimento jornalístico termina, já que o macroacontecimento ou mesmo o assunto ditadura civil-militar segue circulando. Não por acaso, percebemos que o discurso de ódio biopolítico é um fenômeno que atualiza sentidos sobre esse período, sendo que os sujeitos sentem-se autorizados para proferir tais discursos.

Assim, ainda no capítulo 4, analisamos discursivamente os comentários da postagem realizada no dia 20 de abril de 2016, na página oficial no Facebook de Jair Bolsonaro, além dos comentários em circulação de oito matérias de quatro portais de notícias (G1, O Globo, UOL, Folha de S. Paulo) destacadas na linha do tempo do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. A análise foi realizada com o propósito de investigar como o ódio biopolítico circula atualizando a memória sobre a ditadura civil-militar brasileira, nosso terceiro objetivo específico. Além do mais, podemos dizer que muitos foram os indícios do poder de revelação do “voto de Jair Bolsonaro” que expõe um problema público trazido à tona pelo próprio acontecimento, relacionado ao período de 21 anos em que se instaurou o autoritarismo no Brasil.

Assim sendo, podemos inferir que o “voto de Jair Bolsonaro” possui ricos elementos teóricos e analíticos para a investigação. Ele resgata um passado e atualiza a memória da ditadura civil-militar, por meio do discurso de ódio biopolítico na circulação, quando indivíduos são reduzidos as suas características biológicas e são eximidos do seu direito de viver por aqueles que se consideram superiores. Além do mais, com o poder de revelação do acontecimento, percebemos que ele não só afeta a vida pública como também diz muito sobre o contexto de sentido em que o acontecimento acontece.

Podemos constatar, ainda, que o poder de revelação do “voto de Jair Bolsonaro” é algo tão explícito que não se pode afirmar que o acontecimento tenha um fim no que tange a ordem da experiência. O acontecimento continua afetando a sociedade, expondo as amarras sociais existentes quando indivíduos são autorizados a silenciar, pelo discurso, quem não têm posicionamentos considerados dentro da “lei e da ordem” e da “moral e dos bons costumes”, além do que, esses mesmos indivíduos são autorizados a definir quem merece ou não viver, mesmo que discursivamente, por meio do que considerados ódio biopolítico. Logo, entendemos, ao longo da pesquisa, que se no período da ditadura a eliminação dos “comunistas” e “subversivos” era necessária, no contexto atual, para os que se consideram uma “raça superior” a dos “vermelhos”, quem é petista, quem não se enquadra em um padrão considerado adequado ou que tem um viés mais a esquerda, deve ser eliminado.

Ao mesmo tempo, tornou-se nítida, nos últimos anos, a intensificação desse problema público que o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” suscita. Há uma constante disputa de sentidos sobre o que aconteceu exatamente no período da ditadura civil-militar no Brasil ou mesmo os motivos que levaram a tais fatos e atrocidades acontecerem. Ao passo que surgem novas versões sobre os ocorridos nos porões da ditadura civil-militar, também são atualizadas as disputas entre a memória dos vencidos em contraposição a dos vencedores. É esse fluxo adiante e contínuo na circulação de sentidos que dá a ver também as possibilidades de novos futuros.

Assim, é possível afirmar que a circulação do “voto de Jair Bolsonaro” revela um passado não resolvido sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil. Mesmo após anos de redemocratização, o Estado brasileiro não reconheceu suas atrocidades cometidas na época e ainda encontramos resquícios daqueles tempos nos dias atuais. Pessoas foram torturadas, desapareceram, morreram e até o momento pouco foi feito por justiça a essas vítimas e familiares. Esse problema público instaurado é tão conflituoso que vemos, ainda no ano de 2018, defesas da ditadura civil-militar e dos atos de tortura cometidos pelos militares, além de constantes pedidos de intervenção militar ou, até mesmo, a negação das mortes e torturas desse período.

Essas afrontas à democracia bem como o uso intenso das redes sociais tornaram-se constantes no recente contexto político brasileiro, por isso consideramos necessário manter um olhar atento aos momentos significativos do presente, que trazem à tona um passado de sentidos bem como dão a ver à sociedade. Como exemplo e dentro do transcurso da nossa pesquisa, assinalamos os sentidos em torno da própria candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República, sobre a qual trazemos alguns apontamentos pertinentes neste momento final da dissertação.

A campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro, construiu-se na ambiência digital, especialmente com o uso de redes sociais. Já conhecido por essa abordagem para defender as suas pautas e emitir as suas opiniões como deputado federal ao longo dos últimos anos, Jair Bolsonaro, usufruidor de poucos segundos do horário gratuito eleitoral, direcionou quase que a totalidade da sua campanha para as redes. Acusado de ter a sua campanha financiada por empresários que contribuiriam economicamente na disseminação de *fake news* especialmente pelo WhatsApp⁷², deslegitimando o trabalho de apuração jornalística, sem participar dos

⁷² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

últimos debates do primeiro turno das eleições e de nenhum do segundo turno, Bolsonaro sagrou-se o presidente eleito em 2018.

Como contraponto à candidatura de Jair Bolsonaro, milhares de mulheres insatisfeitas com os discursos considerados por elas como machistas, misóginos, racistas e homofóbicos juntaram-se, em um primeiro momento, na rede social Facebook e, posteriormente, saíram às ruas em defesa dos seus direitos, atuando no movimento que ficou conhecido mundialmente como #EleNão. A identificação da intensa polarização política no país, tanto com a eleição de Jair Bolsonaro como também por meio do movimento de resistência #EleNão, tendo a ambiência digital como um dos palcos dessas ações, confirmou duas relações que vínhamos refletindo ao longo da dissertação: a primeira, que o ódio biopolítico pode ser manifestado de diferentes formas, uma delas, mais presente neste trabalho, é o anticomunismo e o antipetismo; a segunda, de que o acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” não se findou na dimensão da experiência, já que os assuntos relacionados à ditadura civil-militar seguiram quando movimentos contrários à candidatura do mesmo a consideraram com aspectos, até mesmo, fascistas.

No âmbito da nossa pesquisa, ratificamos, ainda, que a eleição de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente do Brasil no pleito de 2018, demonstra a continuidade do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro” considerando que a eleição atualiza o acontecimento de longo prazo (ou macroacontecimento), que é a memória da ditadura civil-militar. Além do mais, as eleições atualizaram também o microacontecimento o voto, quando diversas vezes esse momento foi retomado no pleito eleitoral, assim sendo, por hora, o acontecimento jornalístico também foi atualizado.

Como exemplos, na tentativa de elucidar essa complexidade, podemos citar as próprias declarações de Jair Bolsonaro durante a sua campanha à presidente. Em participação no programa televisivo Roda Viva, Bolsonaro voltou a enaltecer o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e afirmou que não existiu golpe em 1964⁷³, retomando tanto o acontecimento do voto como o macroacontecimento ditadura. Nesse sentido, podemos refletir também o que diz respeito ao acontecimento experienciado e ao jornalístico. O primeiro segue em fluxo adiante, afetando a sociedade conforme já havíamos demonstrado em nossas análises; o segundo, embora no nosso eixo temporal de análise - que vai desde o pronunciamento do voto no *impeachment* até o lançamento da pré-candidatura antecipada de Bolsonaro - tenha

⁷³ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-houve-golpe-militar-em-64-afirma-bolsonaro-no-roda-viva,70002423000>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

chegado ao fim, ele retorna no período das eleições, podemos confirmar devido à potencialidade e o poder de revelação do “voto de Jair Bolsonaro” que é constante e segue em circulação com suas dimensões existenciais e simbólicas, ou seja, o contexto de existência e as simbologias em torno dos sentidos em circulação nas eleições.

Assim, cabe dizer que em tempos de embates ideológicos, ataques aos direitos conquistados historicamente, intensificação dos mecanismos de disciplina e controle dos corpos, não podemos nos eximir de refletir academicamente sobre questões pertinentes à sociedade de modo geral, a quem, sobremaneira, devemos contribuir com os ensinamentos que nos foi permitido ao longo do curso de mestrado. Nosso intuito, ainda, é que o trabalho também possa inspirar aqueles considerados à margem, pois, do mesmo modo como ocorre na circulação de discursos e sentidos, eles são a potencialidade de um todo complexo.

Dito isso, considerando o avanço do conservadorismo e a memória da ditadura civil-militar que esta a isso atrelada, apontamos perspectivas futuras de análise e que as atenções sejam mantidas em acontecimentos que, no presente, afetam a sociedade, ao mesmo tempo em que suscitam um passado de sentidos bem como explicam os contextos de inserção e abrem possibilidades de futuro. Destacamos, ainda, os fenômenos de mobilização coletiva gerados na ambiência digital, porém, que os olhares devem recair para o que deles transcendem. Sem a ingenuidade ou o romantismo que possamos depositar nas redes sociais, ao mesmo tempo sem cair em um determinismo tecnológico, necessitamos ter embasado cientificamente relações que dizem respeito aos novos modos de viver no mundo, campo explorado pela teoria da midiatização. Ao mesmo tempo, precisamos denominar sentimentos, ações, discursos, simbolizações que percebemos na circulação de sentidos na sociedade, como é o caso do ódio biopolítico, tão presente em nosso tempo.

Por fim, salientamos que devemos estar atentos em nossos estudos não só em narrativas que podemos considerar hegemônicas, vinda de setores que exercem mais fortemente relações de poder frente a outros, mesmo que se mantenha o olhar crítico necessário às pesquisas. Mas, necessitamos, inclusive, refletir sobre os circuitos das contra-narrativas ou mesmo narrativas de alteridades ou de resistência e, se precisamos dar nome aos sentidos em circulação, com o decorrer do tempo, podemos encontrar o termo adequado para essas narrativas insurgentes.

REFERÊNCIAS

- BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica**: um mapa conceitual. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.
- BEDRITICHUK, Rodrigo Ribeiro. **Da popularidade ao impeachment**: Medidas provisórias, mudanças institucionais e a crise política no governo Dilma. 2016. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BERGER, Christa. Lembrar, esquecer, narrar, expor, anistiar, cobrar. Política de memória e memória midiaticizada. In: BERGER, C.; MOROCCO, B. (Org.). **Ilha do presídio**: uma reportagem de idéias. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- _____. Trajetória de vida e acontecimento: Simonal na ditadura. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. v. 2. Florianópolis: Insular, 2011.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. P. da S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.
- BOLSONARO, Jair Messias. Sessão deliberativa. **Câmara dos Deputados do Brasil**. Brasília, 17 abr. 2016. Transcrição da autora. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=14417s>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A. S.; ARAUJO, D.; BRUNO, F. (Org.), **Imagem, Visibilidade e Cultura Mediática**, Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 141-167.
- _____. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista E-Compós**, Brasília, v. 14, n. 1, jan-abr 2011.
- _____. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JR, J.; JACKS, N. (Org.). **Mediação e mediatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- _____. Circuitos de Comunicação. In: BRAGA, J. L.; CALAZANS, R. (Org.). **Matrizes Interacionais: A Comunicação Constrói a Sociedade**, vol.2. Campina Grande: EDUEPB, 2017.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados**, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/#>>. Acesso em: 14 out. 2016.
- CANCIAN, Allan; MALINI, Fábio Luiz. O Movimento Brasil Livre: um estudo sobre o grupo e suas dinâmicas e narrativas no ciberespaço. In: X SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER. **Anais...** São Paulo/SP, 2017.
- CAPOVILLA, Júlia. Ecologia e dor. In: BERGER, C.; MOROCCO, B. (Org.). **Ilha do presídio**: uma reportagem de idéias. Porto Alegre: Libretos, 2008.

CARTACAPITAL. Ativistas do Movimento Negro se manifestam em repúdio ao assassinato de Marielle Franco. **CartaCapital**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/03/15/ativistas-do-movimento-negro-se-manifestam-em-repudio-ao-assassinato-de-marielle-franco/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CERVI, Emerson. Redes Sociais. In: GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe – Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia**. Madrid: Ediciones Paidós, 2017.

DALTOÉ, Andréia da Silva; MARQUES, Juliene da Silva. A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória. **Revista Memorare**. Tubarão, v. 4, n. 3. set./dez. 2017, p. 61-77.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. Sem Lula, Bolsonaro só é superado por brancos e nulos. **Folha de S. Paulo/UOL**, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/06/1971537-sem-lula-bolsonaro-so-e-superado-por-brancos-e-nulos.shtml>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

FACEBOOK. Página oficial de Jair Messias Bolsonaro, 25 set. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

FALCÃO, Márcio; GUERREIRO, Gabriela. Para rebater deputada, Bolsonaro diz que não a ‘estupraria’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559815-para-rebater-deputada-bolsonaro-diz-que-nao-a-estupraria.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, ECA/USP, ano 1, n. 2, 2008, p. 89-105.

_____. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO A.; VALDETTARO, S. (Org.). **Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina**. Rosario, Argentina: Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. “Tchau-querida”: Leitura do impeachment-revista. **Animus**, Revista Interamericana de Comunicação Midiática, Santa Maria, v. 15, n. 30. 2016a.

_____. Impeachment segundo as lógicas de “fabricação” do acontecimento. **Rizoma**, Santa Cruz, v. 4, n. 2. 2016b, p. 8-36.

FERRARI, Bruno; CAPELO, Rodrigo. O sobe e desce dos políticos no Facebook. **Época**, São Paulo, 8 abr. 2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/04/o-sobe-e-desce-dos-politicos-no-facebook.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FLORIANI, Adriano Warken. **O discurso do impeachment de Dilma na Folha de S.Paulo**. 2017. 207f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24. 2012a. p. 10-21.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 39-51.

FRANÇA, Vera Regina Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. **Anais...** Goiânia/GO, 2016.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 2. 2016.

GONÇALVES, Carmen Regina Abreu. **Comissão Nacional da Verdade: Um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil**. 2016. 351f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

HENN, Ronaldo. Acontecimento em rede: crises e processos. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2011.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35. 2003. p. 101-121.

JESUS, Gilvan Santana de. **Impeachment da presidente Dilma Rousseff: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático**. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

LADEIRA, Francisco Fernandes. Prova força reflexão sobre feminismo. **Observatório da Imprensa**, Campinas, 27 out. 2015. Disponível em:

<<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/prova-provoca-reflexao-sobre-feminismo/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

MALINI, Fábio. 17 de abril: quando a Câmara dos Deputados virou alvo do #impeachmentday. **Medium**, 22 abr. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@fabiomalini/17-de-abril-quando-a-c%C3%A2mara-dos-deputados-virou-alvo-a2a6f0e2f48b>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARIANI, Bethania. **O PBC e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

MELO, Demian Bezerra de. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 10-29, mai. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n22p10>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. Reflexões sobre a intolerância política. **Revista FACISA ON-LINE**. Barra do Garças, MT, v. 6, n. 2. jul./dez. 2017, p. 69-75.

MOTTA, Suelen Homrich. **O espetáculo da política brasileira em cena: Jean Wyllys e Jair Bolsonaro**. 12º Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PERBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PONTES, Felipe Simões; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. P. da S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

PORTAL ANDES-SN. Professor da UFBA é intimado a depor por disciplina sobre ‘golpe’. **Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior**, Brasília, 12 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9371>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PORTAL PLANALTO. Michel Temer assume definitivamente a presidência e toma posse nesta quinta, 31. **Presidência da República do Brasil**. Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/08/michel-temer-assume-definitivamente-a-presidencia-e-toma-posse-nesta-quarta-31>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. As razões da eleição de um Congresso conservador. **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**, Brasília, 7 out. 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/24542-as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6. 2005, p. 59-75.

_____. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. de (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 39-51.

RAMOS, Beatriz Drague; LIMA, José Antonio. No Brasil, 64% dos presos são negros. **CartaCapital**, São Paulo, 8 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-64-dos-presos-sao-negros>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

RODRIGUES, Duarte Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e estórias**. Lisboa: Vega. 1993.

ROSSI, Marina. Antes de banir ‘app’ usado pelo MBL, Facebook aceitou seu criador em seleta conferência anual. **El País**, São Paulo, 3 abr. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/tecnologia/1522697464_115554.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, São Paulo, Rio de Janeiro e Londres, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SCHIRMER, Leandra Cohen; DALMOLIN, Aline Roes. O discurso de ódio biopolítico nas redes. In: 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. **Anais...** Santa Maria/RS, 2017.

_____. Discurso de ódio biopolítico no caso Marielle Franco. In: **I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos**, [S.l.], jul. 2018. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9294>>. Acesso em: 25 set. 2018.

SILVA, Luan Barbosa da; PAIVA, Cláudio Cardoso. Os embates discursivos entre os parlamentares Jean Wyllys e Bolsonaro durante a votação do impeachment. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** Caruaru/PE, 2016.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, D. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21-31.

SOUZA, Giselle. OAB-RJ pede cassação do mandato de Bolsonaro por homenagear a Ustra. **Consultor Jurídico**, Rio de Janeiro, 25 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-25/oab-rj-cassacao-mandato-bolsonaro-homenagem-ustra>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Revistas Semanais. In: GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe – Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; BERGER, Christa; VAZ, Paulo Bernardo. Um golpe anunciado: Lula, Dilma e o discurso pró-impeachment na revista Veja. **Revista Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, jul/dez. 2016, p. 20-44.